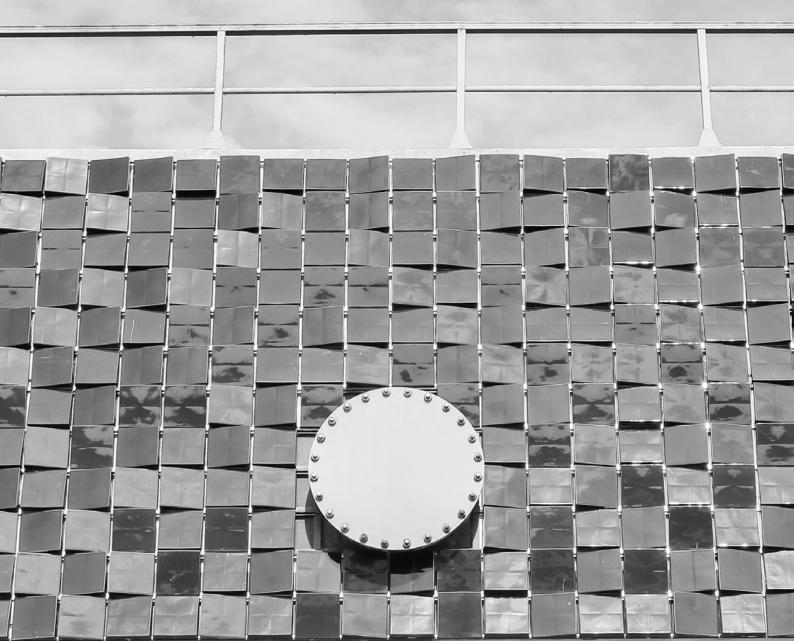
# Relatorio & Z. O. 18





# Relatório Ez Contas Ez 2018





Mensagem do Presidente	0
A Empresa	10
Quem somos	1
Missão, visão e valores	1
Descrição e atividades	13
Cadeia de Valor	1.
Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais	1.
Carteira de Participações e Sucursais	13
Síntese de indicadores	13
Reconhecimento / Prémios / Certificações	2
Destaques do ano / Principais acontecimentos	2
O Negócio – Relatório de Gestão	2
Linhas Estratégicas	2
Enquadramento	3
- A Envolvente	3:
- O Setor	3.
- A Regulação	3'
O Negócio	4
- Introdução	4
- Água em Alta	4:
- Água em Baixa	4
- Outras Atividades	4
Sustentabilidade	4.
- Enquadramento	4.
- Stakeholders / Partes Interessadas	4
- Gestão do Risco	5
- Atividade Operacional	5.
- Gestão do Capital Humano	8
- Financeira	8.
- Investigação e Desenvolvimento / Inovação	9
- Eventos Posteriores ao Fecho	9:
- Cumprimento da Orientações Legais	9.
Perspectivas Futuras	11.
Considerações Finais	11.
Proposta de Aplicação de Resultados Anexo ao Relatório	11' 11'
Anexo ao Relatorio	111
Demostrações Financeiras do Exercício de 2018	12
Demonstrações Financeiras	12
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	183
Certificação Legal das Contas	180

# José Manuel Sardinha

Presidente do Conselho de Administração

A EPAL, uma empresa com 150 anos, continua a apostar na inovação e no desenvolvimento, procurando sempre melhorar as suas competências e capacidades, consciente das condições que reúne para o efeito e das vantagens que advêm para a sociedade, em termos de prestígio, de experiência e de reforço do seu know-how.



O ano de 2018 ficou marcado pela comemoração dos 150 anos da EPAL, com inúmeras iniciativas vocacionadas para as trabalhadoras e trabalhadores da empresa e, também, para a comunidade, concretamente através de visitas gratuitas ao Museu da Água, que levou a que mais de 100 mil pessoas tivessem visitado os espaços museológicos (verificando-se um acréscimo de 24% face ao ano anterior), salientando-se ainda a realização de vários concertos e de originais Peddy Paper em recintos da empresa, tendo-se ainda promovido diversas iniciativas, na televisão e rede de outdoors e mupis para incentivo à utilização da água da torneira.

Outro facto que marcou o ano de 2018 resultou dos efeitos decorrentes do período de seca prolongada verificado em 2017, situação que afetou, negativamente, o rio Tejo, tendo-se registado em janeiro um agravamento da qualidade da água.

Por determinação do Senhor Ministro do Ambiente foi então concebida a "Operação Tejo 2018", na qual a EPAL teve uma papel essencial e determinante, tendo sido nacional e internacionalmente reconhecido como um enorme sucesso.

Ao nível da gestão das atividades da empresa, que incluem a gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, deu-se continuidade ao aperfeiçoamento de metodologias e implementação de boas práticas, tendo como fim a melhoria generalizada dos processos da empresa, bem como o relacionamento com os municípios por ela servidos. A este nível foram desenvolvidas, com enorme sucesso, metodologias, as quais também envolveram os municípios abrangidos, para lidar com os efeitos das cinzas resultantes dos enormes incêndios que ocorreram em 2017, assegurando assim planos de contingência para garantir a produção de água de qualidade mesmo perante eventos extremos, o que só foi possível devido ao enorme profissionalismo dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa.

A EPAL atingiu mais uma vez resultados ímpares e de excelência, não só ao nível económico e financeiro, mas igualmente ao nível da qualidade do serviço público que presta. Os resultados líquidos do exercício, no montante de 49,1 milhões de euros, foram determinantemente influenciados pela redução da procura em 2018, resultante essencialmente da pluviosidade verificada no primeiro semestre do ano, levando assim a que o volume de atividade tivesse reduzido face ao período homólogo.

Com o valor anual de 12,4 milhões de euros, a execução do investimento centrou-se sobretudo ao nível da construção e reabilitação de infraestruturas com a preocupação de recorrer a tecnologias limpa e ambientalmente corretas, cada vez mais eficientes na utilização dos recursos. Em 2018, e em

alinhamento com o investimento que tem sido efetuado em termos dos seus ativos, a EPAL viu o seu sistema de gestão de ativos certificado pela norma ISO 55001, o que contribui para modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados.

Em 2018 assistiu-se, novamente, a uma melhoria da eficiência energética da empresa, com redução do consumo especifico de energia, tendo sido desenvolvidos os projetos para implementar no terreno o projeto "ETA da Asseiceira 0%", tornando aquela a primeira instalação, a nível mundial, autossustentável em energia, sem recorrer a painéis solares. Destaque ainda para a certificação do Sistema de Gestão de Energia.

Relativamente a prémios e distinções externas, foram atribuídos pela ERSAR em parceria com o Jornal "Água e Ambiente", um Prémio de "Excelência de Qualidade do Serviço de Abastecimento Público" e os Selos de "Qualidade do Serviço de Abastecimento Público de Água" em Alta e em Baixa, os quais visam distinguir e divulgar as boas práticas na prestação dos serviços de abastecimento público de águas e saneamento de águas residuais urbanas. É ainda de destacar a medalha de "Membro Honorário da APDA" como reconhecimento do contributo essencial, da EPAL, na vida e continuidade dessa entidade.

Refira-se igualmente que a EPAL entrou em 2018, de forma pioneira, para o célebre Índice de Reputação de Marcas da MARKTEST, uma referência nacional em estudos de mercado e marcas, juntando-se a cerca de uma centena e meia de grandes marcas do tecido empresarial nacional.

Uma especial referência ainda para o protocolo de cooperação na área da formação, que a EPAL estabeleceu com o Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG), com o objetivo de promover ações de formação, investindo, assim na qualificação profissional dos quadros do setor da Água e do Ambiente em Moçambique e nos PALOP, através dos Centros de formação de cada uma das entidades, o que visa reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada do desenvolvimento de capacidades em países em desenvolvimento, destacando-se ainda a consolidação do sucesso do curso de Pós-Graduação em "Tecnologias e Gestão da Água", que junta as competências de duas faculdades de referência nacional e internacional – a FCT, na área da engenharia sanitária, e a NOVA SBE, na área da gestão que se aliam às competências de um conjunto de formadores oriundos do mundo empresarial do setor.

AAAA | Relatório e Contas 2018 9/190

Uma palavra de agradecimento aos trabalhadores e excelentes resultados, ao nível económico, da sustentabilidade e municípios envolvidos, e com a preciosa ajuda do Acionista, da Entidade Reguladora e da Tutela, nos permitiram alcançar

trabalhadoras da EPAL pela excelência do trabalho realizado dos indicadores de qualidade de serviço da empresa, afirmandoo qual, com a permanente cooperação da empresa com os se como uma das principais referências, internacionalmente reconhecidas, do setor da água.



#### Quem somos

#### Missão, visão e valores

#### Missão

A EPAL tem por missão conceber, construir, explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sob sua responsabilidade, envolvendo todas as atividades e negócios relacionados, e assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal do Vale do Tejo, nos termos da legislação aplicável e em vigor, e do contrato de concessão, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

#### Visão

Ser uma empresa de referência no setor da água e orientarse pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, preservando o recurso natural de que depende - a Água - e o ambiente.

#### Valores

Os valores fundamentais da empresa assentam na sustentabilidade dos recursos naturais, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

#### Princípios

Os Princípios de atuação da EPAL, na prossecução da sua missão, devem ter em consideração:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos/as trabalhadores/as;
- Respeito pela igualdade do género;
- Luta contra a corrupção;

- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

#### Política de Gestão

No âmbito do contexto organizacional da EPAL e Águas do Vale do Tejo, e por forma a dar cumprimento à legislação e normas aplicáveis e à missão, visão e valores, de modo socialmente responsável, económico e ambientalmente sustentável e prevenindo riscos para a segurança e saúde das/ os trabalhadoras/es, assumem-se os seguintes compromissos:

- Gestão Delegada do Sistema Multimunicipal da Águas do Vale do Tejo Assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o Concedente e Entidade Reguladora;
- Responsabilidade empresarial Garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados, essenciais para a saúde pública e preservação do ambiente, assegurando e disponibilizando os recursos necessários, nomeadamente a informação, o recurso a profissionais qualificados e a implementação de planos, processos e procedimentos adequados para atingir os objetivos e metas;
- Satisfação dos/as Trabalhadores/as, Clientes e das outras Partes Interessadas Auscultar e promover o reforço da satisfação, das necessidades e expectativas dos/as trabalhadores/as, clientes, comunidade e restantes partes interessadas, visando sempre a melhoria dos serviços prestados e as interfaces existentes;
- Responsabilidade social Apoiar, promover e desenvolver ações socialmente responsáveis, assegurando o bem-estar dos/as seus/suas trabalhadores/as, através da implementação de práticas de organização do trabalho que potenciem a conciliação e o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- Melhoria contínua Desenvolver as atividades da Empresa de forma eficiente, eficaz e inovadora, otimizando os processos e os recursos necessários com o objetivo de promoção contínua do seu melhor desempenho;

- Conhecimento e Formação Potenciar o conhecimento pessoal e a capacitação profissional das pessoas, através da adequação e atualização de competências, fomentando o seu envolvimento, criatividade e responsabilidade individual;
- Preservação da condição humana Avaliar e controlar os perigos e riscos ao nível da saúde e segurança das pessoas, estimulando a sua participação ativa no encontro de soluções que melhorem as condições de trabalho, prevenindo a ocorrência de lesões e afeções para a saúde e a ocorrência de acidentes;
- Promover e implementar práticas para a igualdade de género Garantir a participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais, ao abrigo de políticas adequadas, como fator de desenvolvimento e de contributo ativo para a evolução da empresa, e da sociedade:
- Integridade, transparência e ética Promover e assegurar práticas íntegras e transparentes de acordo com os princípios do pacto global das nações unidas e instruções nacionais e internacionais aplicáveis;
- Desenvolvimento sustentável Contribuir ativa e responsavelmente para um futuro sustentado, promovendo a proteção do ambiente e o uso eficiente dos recursos naturais, prevenindo a poluição e os acidentes ambientais em todas as atividades e contribuindo, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, compensação da pegada ecológica e para a preservação da biodiversidade. Melhorar o desempenho energético e hídrico global, nomeadamente o uso e consumo de energia e a eficiência energética, promovendo a aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes, bem como reduzindo ou mantendo as perdas em níveis aceitáveis;
- Reforço da resiliência Promover a adequada proteção e a segurança das infraestruturas críticas, identificar e avaliar oportunidades e ameaças, definindo e planeando estratégias e táticas, de forma a potenciar a gestão dos riscos e de crises, para poder responder a situações de força maior ou de disrupção, garantindo a continuidade do negócio;
- Segurança da informação Gerir, adequadamente, o risco dos sistemas de tecnologias de informação, contribuindo para uma utilização mais segura dos sistemas que suportam

o negócio, de forma a garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação da empresa e dos seus clientes;

- Gestão de Ativos gerir os ativos numa lógica de criação de valor, garantindo um equilíbrio entre o custo, o risco e o desempenho ao longo do seu ciclo de vida, através da disponibilização de recursos e da otimização dos investimentos e de exploração, da maximização do ciclo de vida dos ativos, garantindo um equilíbrio entre o seu custo, risco de falha e da melhoria da eficiência hídrica e energética;
- Envolvimento da cadeia de fornecimento Fomentar os fornecedores e prestadores de serviços a partilharem os mesmos valores, estimulando a sua adesão ao compromisso de respeitar e aplicar as boas práticas implementadas, criando valor para ambas as partes.

#### Descrição e atividades

A EPAL é sucessora da centenária CAL — Companhia das Águas de Lisboa, concessionária do abastecimento de água à cidade de Lisboa, entre abril de 1868 e outubro de 1974, altura em que terminou o contrato de concessão. É então constituída a EPAL — Empresa Pública das Águas de Lisboa designação que mantém até 1981, quando passa a denominarse por EPAL — Empresa Pública das Águas Livres. Em 21 de abril de 1991, por força do Decreto-Lei n.º 230/91, a EPAL — Empresa Pública das Águas Livres é transformada em sociedade anónima de capitais integralmente públicos, situação que lhe confere maior flexibilidade de gestão para concretizar o seu desenvolvimento estratégico e realizar a sua missão, passando a ter a denominação social de EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA. A partir de 1993 é integrada no então criado, Grupo Águas de Portugal.

Atualmente a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, é uma empresa do setor empresarial do Estado, detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA.

A área de intervenção da EPAL, até 1935, limitava-se ao abastecimento e distribuição de água ao concelho de Lisboa. A partir desse ano, a EPAL passa a abastecer em Alta o município de Oeiras, tendo ao longo do tempo vindo a expandir esta atividade a outros municípios, servindo à data 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa). Os 35 municípios abastecidos são: Alcanena, Alenquer, Alcobaça, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Batalha, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cartaxo, Cascais, Constância, Entroncamento, Leiria, Lisboa,

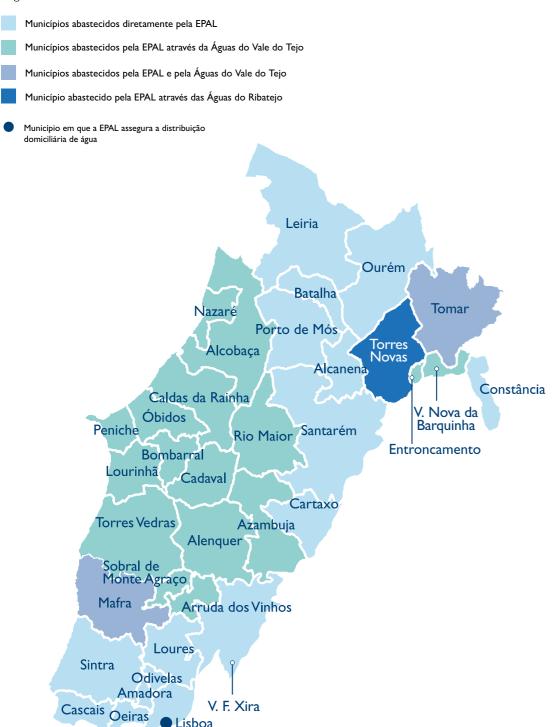
Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Ourém, Peniche, Porto de Mós, Rio Maior, Santarém, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Torres Novas, Tomar, Vila Franca de Xira e Vila Nova da Barquinha.

No âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e na sequência da publicação do Decreto-Lei n° 34/2017, de 24 de março, que promoveu a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, e cuja gestão delegada se encontrava atribuída à EPAL através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, foram criados dois novos sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais: o sistema da Grande Lisboa e Oeste e o Sistema da Península de Setúbal, tendo ainda sido redenominada a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo para Águas do Vale do Tejo (AdVT).

Tal originou uma alteração do âmbito territorial da gestão delegada da EPAL, pois dos anteriores oito sistemas agregados mantiveram-se na AdVT apenas cinco, sendo que um deles apenas na atividade de abastecimento. O sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, resultante de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, abrange atualmente os seguintes municípios:

- No abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os municípios de Aguiar da Beira, Alandroal, Almeida, Alter do Chão, Alvaiázere, Arronches, Avis, Belmonte, Borba, Campo Maior, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Castelo de Vide, Celorico da Beira, Crato, Entroncamento, Elvas, Évora, Ferreira do Zêzere, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fronteira, Fundão, Gavião, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Mação, Manteigas, Marvão, Meda, Monforte, Mourão, Nisa, Oleiros, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penamacor, Pinhel, Ponte de Sor, Portalegre, Portel, Proença-a-Nova, Redondo, Reguengos, Sabugal, Sardoal, Seia, Sousel, Sertã, Tomar, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão;
- Apenas na componente de abastecimento de água, os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

#### Legenda:



#### Cadeia de Valor

Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se

a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, individualizada para a atividade de abastecimento, desde a origem de água (captação) até à distribuição ao cliente final.

## Operação - Água



# Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

#### Estrutura Acionista

A EPAL é uma sociedade anónima com o capital social público de 150.000.000 euros (cento e cinquenta milhões de euros), integralmente detido pela AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA. O capital social está dividido em 30.000.000 (trinta milhões) de ações, com o valor nominal de cinco euros cada.

A Águas de Portugal, SGPS, SA, foi constituída em 1993, ao abrigo do direito comercial privado, e tem como acionistas a Parpública — Participações Públicas, SGPS, SA, com 81%, e a Parcaixa, SGPS, SA., com 19%.

#### Estrutura organizacional

A atual estrutura orgânica da empresa, que contempla as atribuições resultantes da gestão delegada do sistema da AdVT, é a seguinte:

Os pelouros no final de 2018 eram os seguintes:

Presidente – José Manuel Leitão Sardinha

- Secretário da Sociedade
- CEA Direção de Comunicação e Educação Ambiental

- DID Direção de Investigação e Desenvolvimento
- DOA Direção de Operações de Abastecimento de Água
- DOS Direção de Operações de Saneamento
- MDA Direção do Museu da Água

Vogal – Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

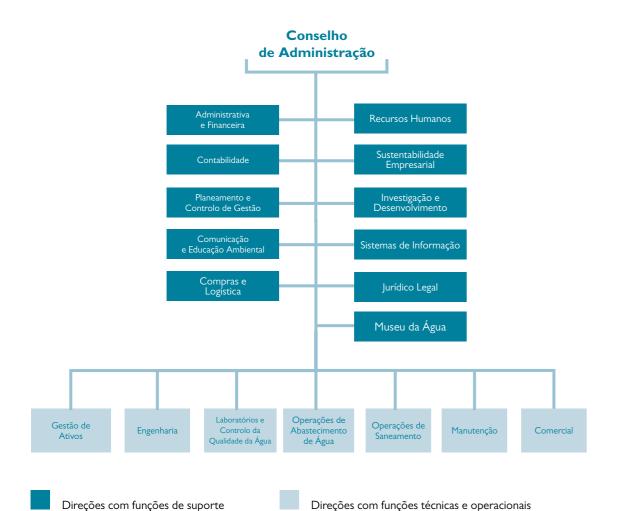
- DGA Direção de Gestão de Ativos
- DSE Direção de Sustentabilidade Empresarial
- JUR Direção Jurídico-Legal
- LAB Direção de Laboratórios e Controlo da Qualidade da Água

Vogal – Ana Sofia Pereira da Silveira

- DCL Direção de Compras e Logística
- DSI Direção de Sistemas de Informação
- PCG Direção de Planeamento e Controlo de Gestão

Vogal –Barnabé Francisco Primo Pisco

- ENG Direção de Engenharia
- MAN Direção de Manutenção



Vogal – Rui Manuel Gonçalves Lourenço

- DAF Direção Administrativa e Financeira
- DCM Direção Comercial
- DCT Direção de Contabilidade
- DRH Direção de Recursos Humanos

#### Orgãos Sociais

#### Mesa da Assembleia Geral

Presidente | AMEGA - Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água

Vice-presidente | AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA

Secretária | Ana Cristina Rebelo Pereira

#### Conselho de Administração

Presidente | José Manuel Leitão Sardinha

Vogal | Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

Vogal | Ana Sofia Pereira da Silveira

Vogal | Barnabé Francisco Primo Pisco

Vogal | Rui Manuel Gonçalves Lourenço

#### Secretário da Sociedade

Efetivo | Luis Durão

Suplente | Bruno Cortes Lopes

#### Órgãos de Fiscalização

Conselho Fiscal

Presidente | Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais

Vogal | Patrícia Isabel Sousa Caldinha

Vogal | Eduardo José Santos Clemente

Vogal Suplente | Luis Miguel Barros Martins Damas

Revisor Oficial de Contas (ROC)

SROC | Ernst & Young Audit & Associados – SROC S.A.

ROC Efetivo | Rui Manuel da Cunha Vieira

ROC Suplente | Pedro Miguel Borges Marques

#### Comissão de Vencimentos

Presidente | João Nuno Marques de Carvalho Mendes

Vogal | Paulo Jorge Pinto da Silva

#### Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável

Presidente | Carlos Pimenta

Vogal | Maria Paula Batista Antunes

Vogal | Manuel Duarte Pinheiro

#### Carteira de Participações e Sucursais

No final do exercício de 2018, a EPAL não detinha participações sociais em nenhuma sociedade, nem tinha qualquer sucursal.

#### Síntese de indicadores

Os principais indicadores da atividade da empresa são apresentados nas tabelas seguintes:

#### Indicadores de Atividade

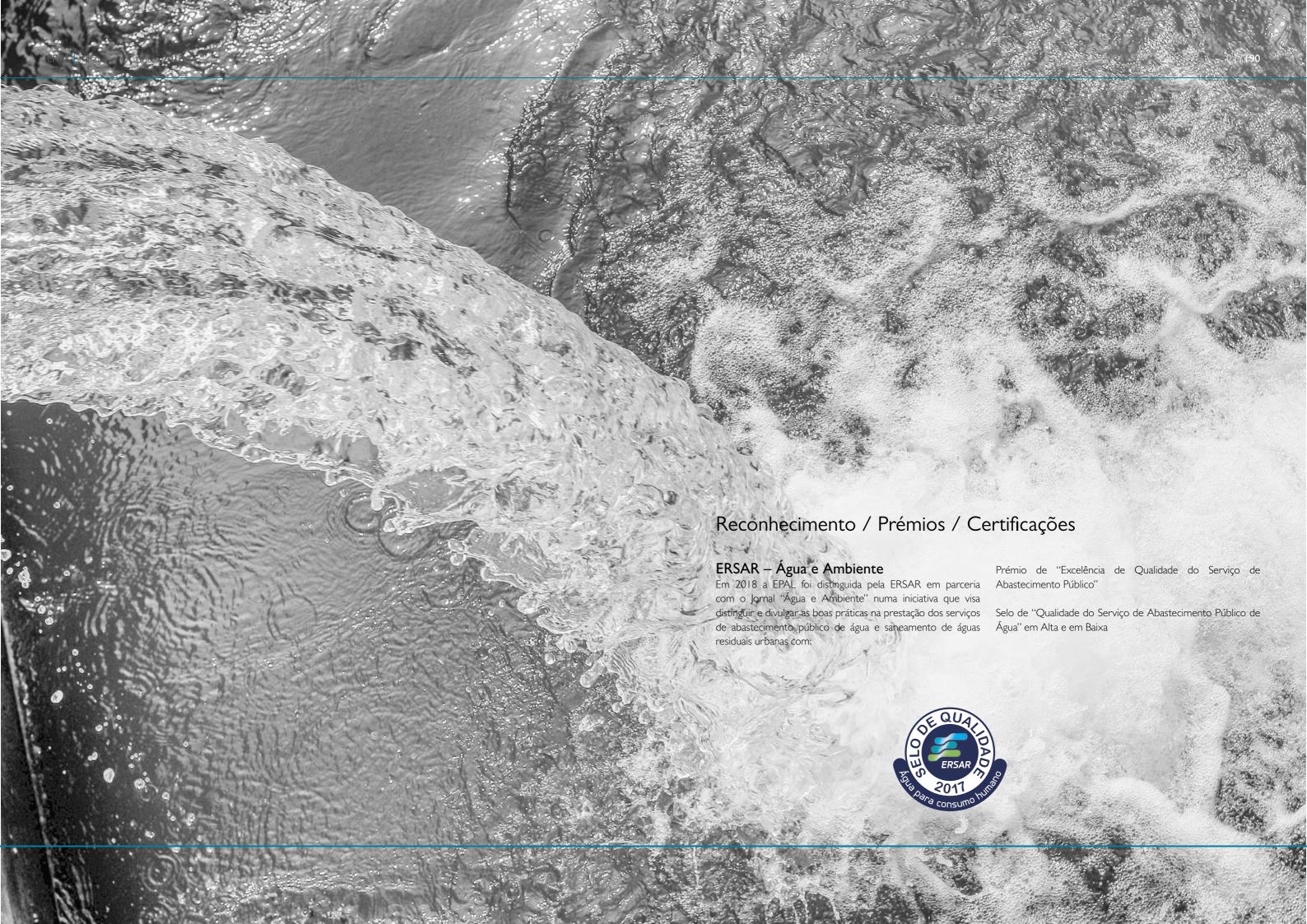
	2016	2017	2018	Variação 20	18/2017
Volume de água vendida (milhões m³)	195,6	204,3	195,4	-8,9	-4,4%
Clientes diretos (n.º)	354.302	356.094	357.452	1.358	0,4%
Clientes Municipais (n.º)	17	17	17	0	0,0%
Clientes multimunicipais (n.°)	2	2	2	0	0,0%
Municípios abastecidos (exclui Lisboa) (n.º)	34	34	34	0	0,0%
Consumidores (n.°)	2.843.632	2.850.476	2.859.927	9.451	0,3%
Área abastecida (km²)	7.095	7.095	7.095	0	0,0%

EPAL | Relatório e Contas 2018 19/**190** 

#### Indicadores Finaceiros

		2016	2017	2018	Variação 20	018/2017
Capital Social	(milhões EUR)	150,0	150,0	150,0	0,0	0,0%
Capital Próprio	(milhões EUR)	602,1	612,9	621,3	8,4	1,4%
Ativo Líquido Total	(milhões EUR)	862,3	862,1	853,7	-8,3	-1,0%
Passivo Total	(milhões EUR)	260,1	249,1	232,4	-16,7	-6,7%
Volume de Negócios	(milhões EUR)	151,0	159,3	158,2	-1,1	-0,6%
CMVMC	(milhões EUR)	1,7	1,8	1,8	0,0	-0,3%
Fornecimento e Serviços Externos	(milhões EUR)	32,2	30,9	32,3	1,4	4,4%
Gastos Operacionais / Vol. Negócios	n.°	13,0	16,3	12,4	-3,9	-24,0%
Investimento (ativos tangíveis)	(milhões EUR)	6,4	0,0	0,0	0,0	0,0%
Investimento (ativos intangíveis)	(milhões EUR)	151,5	133,4	117,6	-15,8	-11,9%
Endividamento Bancário	(milhões EUR)	96,0	99,3	95,4	-3,8	-3,9%
EBITDA ajustado (1)	(milhões EUR)	94,5	99,1	94,6	-4,4	-4,5%
Margem EBITDA (ajustado)	%	62,6	62,2	59,8	-2,4 p.p.	-3,8%
Endividamento Líquido / EBITDA (ajustado)	n.°	0,8	0,5	0,3	-0,2	-45,3%
Resultado Líquido do Exercício	(milhões EUR)	49,7	50,1	49,1	-1,0	-1,9%
ROCE	%	9,1	9,6	9,2	-0,4 p.p.	-4,0%
Evolução do Número de Trabalhadores	n.°	1.467	1.007	1.030	23	2,3%
N.° de Trabalhadores (2) (EPAL)	n.°	647	647	656	9	1,4%
N.° de Trabalhadores (2) (LVT/AdVT)	n.°	820	360	374	14	3,9%
Prazo Médio de Pagamentos	dias	39	42	36	-6	-14,3%
Prazo Médio de Recebimentos	dias	51	48	51	3	6,3%

<sup>(1)</sup> O EBITDA ajustado resulta do EBITDA expurgado dos subsídios ao investimento e das provisões e ajustamentos. (2) De acordo com a origem (em 2016 – LVT; em 2017/2018- AdVT)





O ano de 2018 ficou marcado por um desempenho económico extremamente positivo, apesar da redução do volume de negócios em virtude da diminuição da procura que se registou. Apesar disso, verificou-se um resultado líquido do exercício, no montante de 49,1 milhões de euros, que se encontra alinhado com o apurado nos anos anteriores, o que vem demonstrar novamente a robustez económico e financeira da EPAL, e que poderão ser apreciados pelos principais indicadores de atividade da Empresa.

O investimento global, em 2018, foi de 12,4 milhões de euros e a sua execução centrou-se sobretudo ao nível da construção e reabilitação de infraestruturas. Destaca-se neste âmbito, a conclusão do projecto de "Melhoria da Qualidade do Tratamento da ETA de Vale da Pedra", que foi comparticipado pelo POSEUR em, cerca de 5,5 milhões de euros e representou um investimento total próximo dos 13 milhões de euros, assegurando a introdução de melhorias na ETA e permitindo o aumento da qualidade da água fornecida e da resiliência do sistema de produção, adução e abastecimento da EPAL.

No que concerne à execução dos investimentos, considerase pertinente salientar também as obras de reabilitação do Adutor Vila Franca Telheiras no valor de 3, I milhões de euros, a reabilitação das condutas da rede de distribuição em Lisboa, correspondendo a cerca de 1,2 milhões de euros e, traduzindo os esforços realizados para assegurar uma continua e efetiva articulação com o Município de Lisboa, na execução das obras de renovação da rede de distribuição da cidade.

Ao nível da área de manutenção, concretizou-se a centralização da gestão das intervenções no Centro de Intervenções dos Olivais, estando já prevista uma segunda fase que abrangerá o sistema da Águas do Vale do Tejo. Procedeu-se ainda durante o ano a múltiplas atividades, destacando-se a implementação e uniformização dos sistemas de proteção online de equipamentos elétricos, nomeadamente nos transformadores e motores SCADA, bem como ao nível da manutenção preditiva dos grupos de eletrobombas e transformadores, a monitorização de caudal, pressão, temperaturas, etc, o que visa permitir dotar a área técnica de informação instantânea que apoie a decisão de determinar os momentos mais adequados para se proceder às intervenções necessárias.

Outro facto que marcou o ano resultou do período de seca prolongada verificado em 2017, onde a generalidade do território nacional se encontrou em situação de seca severa ou extrema, com caudais muito reduzidos nos rios e baixos volumes armazenados nas albufeiras e lençóis freáticos. O rio Tejo também foi, naturalmente, afetado por esta situação,

tendo-se registado em janeiro um agravamento da qualidade da água na albufeira de Fratel, e que resultou no arrastamento, para jusante, de matéria orgânica e de nutrientes acumulados, com repercussões que se estenderam até à zona da captação da EPAL, em Valada do Ribatejo. Importou então garantir, de forma sustentada, as condições para a recuperação estrutural e funcional dos ecossistemas aquáticos, em particular no troço do rio entre Perais e Belver.

Para fazer face aos problemas registados, o Governo Português estabeleceu um conjunto de medidas, financiadas pelo Fundo Ambiental, parcialmente materializadas na ação "Operação Tejo 2018", iniciada a 24 de janeiro de 2018 por determinação do Senhor Ministro do Ambiente, e no qual a EPAL teve uma papel essencial e determinante, tendo sido nacional e internacionalmente reconhecido que a abordagem adotada foi um exemplo de despoluição de massas de água.

Múltiplas outras ações ainda foram concretizadas durante o ano de 2018, destacando-se, embora não exaustivamente:

- O desenvolvimento, em parceria com a ADENE e o Ministério do Ambiente e Transição Energética, de um projeto piloto para promover a eficiência hídrica em edifícios públicos, na cidade de Lisboa, através da instalação do Waterbeep, nos edifícios onde estão instalados os ministérios;
- O Programa Casa Eficiente 2020 que visa melhorar a qualidade e o desempenho ambiental das habitações, concretamente um aumento da eficiência energética e da utilização de energias renováveis para autoconsumo, bem como a eficiência hídrica e a gestão de resíduos. É financiado pelo Fundo Ambiental e conta com o apoio técnico da EPAL na vertente da eficiência hídrica;
- O Programa de Boas Práticas "Corrente pela Água", que tem o apoio do Fundo Ambiental e tem como missão a preservação da Água, o bem indispensável à vida. É uma Iniciativa desenvolvida no âmbito da Educação Ambiental e tem por objetivo a partilha de ideias e boas práticas que potenciem a mudança de comportamentos com vista ao uso eficiente da água;
- A Campanha "Lava-me pouco", que pretende sensibilizar para o valor da água e consiste na colocação de um autocolante no vidro das viaturas operacionais do Grupo, bem como nas viaturas do Ministério do Ambiente e da Transição Energética, apelando a mudança de hábitos e à poupança da água;

• A celebração de protocolos de colaboração com entidades tão diversas como: o GEOTA e a Câmara Municipal de Lisboa, o Instituto Superior de Agronomia, a Câmara Municipal de Loures, o Centro de Formação do FIPAG de Moçambique, a Agência para a Modernização Administrativa, a Ordem dos Engenheiros, a Ordem dos Arquitetos, a QUERCUS, a Professional Women's Network, a Universidade de Aveiro, a Liga para a Proteção da Natureza ou a Agência Portuguesa do Ambiente.

A estratégia de gestão de investimentos levou também a que fossem iniciados projetos de grande envergadura, destacandose diversos projetos de renovação da rede principal no seio da cidade de Lisboa (grandes diâmetros), e a definição dos projetos a implementar para assegurar a desativação do aqueduto Alviela, com 150 anos.

A adaptação às alterações climáticas é um tema a que a EPAL tem dedicado uma especial atenção, concretamente no que concerne a uma eficiente gestão de recursos, o que contribui, de forma inegável, para a continuidade de negócio, bem como para a gestão do risco e das situações de emergência, como por exemplo:

- O projeto BINGO (Bringing INnovation to onGOing Water Management), objetivou a avaliação dos impactos das alterações climáticas no ciclo integrado da água. Liderado pelo LNEC, com quem a EPAL estabeleceu uma parceria, pretendeu, de forma inovadora, identificar os impactos das alterações climáticas no ciclo integrado da água, tendo em conta as águas superficiais, as subterrâneas e as costeiras, promovendo estratégias de gestão do risco e de medidas de adaptação, para reduzir vulnerabilidades e superar adversidades. Este projeto foi galardoado, com o prémio PT Water Global Awards "I+D+I -Transnational initiatives on Research, Development & Innovation" 2018, que distingue iniciativas para internacionalização do setor Português da Água;
- Continuação da divulgação do trabalho denominado "Estratégia da EPAL para adaptação às alterações climáticas", desta feita junto da Área Metropolitana de Lisboa, no sentido da elaboração do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa (PMAAC-AML):
- Como resposta a situações críticas, nomeadamente para fazer face aos efeitos dos incêndios/cinzas, foi desenvolvido o Plano de resposta aos efeitos dos incêndios na qualidade da água para abastecimento público, assim como se

procedeu ao desenvolvimento de planos, no âmbito da seca severa/extrema, concretamente sobre as origens de água para abastecimento público.

Sendo uma empresa também de cariz social, importa referir que durante 2018 desenvolveram-se várias ações de apoio a pessoas carenciadas, no âmbito de projetos diversos de voluntariado organizacional, de modo a garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos económicos, bem como acesso a serviços básicos. Destaca-se a criação da componente de Voluntariado Empresarial no projeto "Juntos Somos + Solidários", que permite que cada trabalhador/a utilize 1,5 dias/ ano num ou em mais projetos de voluntariado, aprovados, pela FPAL.

Aproveitando o aniversário dos 150 anos da empresa, realizaram-se inúmeras campanhas de comunicação e sensibilização para aumentar a confiança e incentivar ao consumo de água da torneira, bem como para a eficiente gestão da água, salientando-se:

- Promoção, junto de Entidades Públicas e Privadas, do consumo, exclusivo, de água da rede pública nas suas instalações, entre Empresas, IPSS, Hospitais, Universidades, Hotéis, Órgãos de Estado, Ministérios e Entidades Públicas da área de intervenção da EPAL;
- Criação, pela EPAL, de uma nova garrafa para promover o consumo de água da torneira nos centros de congressos e hotéis de Lisboa;
- Sensibilização dos mais novos para a necessidade de preservar e fazer um uso eficiente da água, um bem precioso e essencial à vida;
- Promoção do consumo de água da torneira, nas redes sociais, com recurso a um vídeo "A Água que vive em nós";
- Realização da Campanha "Trocamos água por um sorriso" com recurso aos famosos aguadeiros que, em troca de um sorriso, oferecem, à população, um copo de água da torneira:
- "Quem te avisa teu amigo é" foi o mote da campanha que a EPAL dirigiu aos milhares de jovens festivaleiros que principalmente no verão se deslocam, de norte a sul do país, para assistir aos inúmeros festivais que acontecem um pouco por toda a parte. Alertar para a importância e necessidade de consumirem água da torneira, também,

durante estes dias, é um dos objetivos, onde o discurso é direcionado aos pais e famílias;

• A iniciativa "Páteo da Água Sobre Rodas" esteve presente nas principais artérias da cidade convidando, todos os que passavam, a sentarem-se e a beberem um copo de água da torneira, simples ou aromatizada, por forma a comprovarem a sua excelente qualidade e incentivar o seu consumo, convite aceite por cerca de 34 mil pessoas. Esta Ação foi amplamente valorizada pela Câmara Municipal de Lisboa, que a evidenciou, no âmbito do Projeto "Lisboa Capital Verde Europeia 2020", como uma aposta clara, na sustentabilidade.

Apesar da EPAL estar projetada sobretudo para o futuro, é contudo importante dar a conhecer a sua história e o seu vasto património histórico. A abertura de todos os núcleos do Museu da Água ao fim-de-semana, e com entrada gratuita convidando as famílias a conhecerem a história do abastecimento de água em Lisboa, teve um assinalável sucesso, permitindo que mais de 100 mil pessoas visitassem os espaços museológicos, o que representa um aumento face ao ano de anterior de cerca de 24%, e constatando-se que o número de visitantes estrangeiros (que representaram cerca de 1/3 do público total visitante), aumentou cerca de 37% face ao ano transato.

Sendo a EPAL uma empresa detentora de elevado conhecimento e know-how, e no âmbito da partilha desse

conhecimento, a EPAL recebeu em 2018 visitas de comitivas internacionais provenientes de Angola (Luanda e Huambo), Índia (Goa), Brasil, Nigéria e China, bem como de diversos grupos empresariais e profissionais.

Tendo entrado em vigor o novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), o qual veio a aumentar significativamente o nível de exigência no que toca ao tratamento e proteção de dados pessoais, foi necessária a revisão e alargamento das políticas e procedimentos existentes. O necessário comprometimento de uma adequada e eficaz proteção da informação/dados pessoais, de trabalhadoras/es, clientes, fornecedores ou outras partes interessadas, resultou numa nova Política de Segurança da Informação da EPAL

Regista-se igualmente em 2018 novo galardão atribuído pela ERSAR, na iniciativa "Selos de Qualidade de Serviços de Águas e Resíduos", que visa distinguir e divulgar as boas práticas na prestação dos serviços de abastecimento público de águas e saneamento de águas residuais urbanas, tendo-lhe sido atribuídos os selos de qualidade de serviço de abastecimento, em Alta e em Baixa e o Prémio de "Excelência de qualidade do serviço de abastecimento público".

Por fim, salienta-se a atribuição pela APDA da medalha de "Membro Honorário da APDA", como reconhecimento do contributo essencial, da EPAL, na vida e continuidade dessa entidade.

### Linhas Estratégicas

A EPAL é uma empresa do setor empresarial do Estado, que Orientações Estratégicas Gerais integra o Grupo Águas de Portugal.

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas.

As orientações da tutela setorial ao Grupo AdP são igualmente aplicáveis, com as devidas adaptações, às empresas que o integram, como é o caso da EPAL.

As orientações estratégicas gerais e específicas para o mandato de 2016/2018 do Conselho de Administração, bem como os objetivos de gestão, foram aprovados por Deliberação Unânime por Escrito, em 22 de setembro de 2017, na sequência da aprovação das orientações estratégicas fixadas para o Conselho de Administração da AdP SGPS, e que produz efeitos à data de eleição dos membros do Conselho de Administração da EPAL.

No que respeitas às orientações estratégicas gerais, o Conselho de Administração deverá assegurar que a EPAL, sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;

- d) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- f) Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- g) Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- h) Implemente políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental:
- i)Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

#### Orientações Estratégicas Específicas

Relativamente às orientações estratégicas específicas, o Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a EPAL, após o importante esforço de investimento em infraestruturas e o conjunto de alterações mais recentes, em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e o recentrar da sua atuação, designadamente em:

- Aprofundar a colaboração com os Municípios, através nomeadamente da;
- I.I Identificação de alternativas de colaboração que

- permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;
- 1.2 Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento.
- Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
  - 2.1 Na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais;
  - 2.2 Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais;
  - 2.3 Na constituição e, ou participação em centros de competência funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais.
- 3. **Assegurar elevada eficiência**, a partir do reforço da natureza empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor, designadamente:
  - 3.1 Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente;
- 3.2 Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades e entidades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
- 3.3 Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
- 3.4 Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001.
- Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural.

- 5. Assegurar a gestão das infraestruturas, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente:
- 5.1 Definição da política de gestão de infraestruturas;
- 5.2 Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção;
- 5.3 Consolidação do conhecimento das infraestruturas;
- 5.4 Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
- 5.5 Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;

- 5.6 Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
- Assegurar um efetivo envolvimento da empresa na implementação de medidas de proteção ambiental multisetoriais.
- Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais e internacionais.

Conforme já referido, as orientações estratégicas e os indicadores de gestão respeitantes aos contratos de gestão previstos no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, foram aprovados por Deliberação Unânime por Escrito de 22 de setembro de 2017.



Consumidor (IHPC) deverá ter atingido o seu valor máximo, de 2,1%, no terceiro trimestre de 2018, e alcançar o seu valor mínimo, de 1,4%, até ao final de 2019, aumentando depois gradualmente para 1,8% em 2021.

Este padrão reflete uma diminuição acentuada da inflação da componente de preços dos produtos energéticos do IHPC no decurso de 2019, face às atuais taxas elevadas, à medida que o impacto de fortes aumentos anteriores dos preços do petróleo se desvanece. A inflação medida pelo IHPC excluindo preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares deverá aumentar, refletindo a continuação da expansão económica e uma maior restritividade das condições no mercado de trabalho.

#### Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2018 são os seguintes:

	Estimativa 2018	Ano 2017
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,10%	2,80%
Taxa crescimento Consumo Privado	2,30%	2,30%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	1,20%	1,60%
Taxa de desemprego	7,00%	8,90%
Taxa de juro OT 10 Anos	1,84%	3,06%

Segundo com as projeções do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração. As projeções para o crescimento do PIB em Portugal (1,8% em 2019, 1,7% em 2020 e 1,6% em 2021) encontram-se globalmente alinhadas com as publicadas para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE).

Após um crescimento significativamente superior ao da atividade em 2017 e 2018, o comércio internacional deverá apresentar no horizonte de projeção uma evolução mais próxima da do PIB mundial, implicando uma relativa estabilidade do crescimento da procura externa dirigida a Portugal em 2019-2021. As restantes principais variáveis de enquadramento externo também deverão apresentar uma

evolução relativamente favorável em 2019-2021, não obstante o expectável início do processo de normalização suave da política monetária na área do euro.

As projeções assentam num cenário de desaceleração do consumo privado da formação bruta de capital fixo, num contexto de aumento do rendimento disponível, da melhoria progressiva das condições de trabalho e de condições favoráveis ao financiamento.

Durante o período em análise, o Banco de Portugal antecipa uma estabilização da taxa de inflação de 1,5%, entre 2019 e 2021

No que respeita às taxas de juro, o Banco Central Europeu prevê a manutenção de taxas diretoras negativas até 2019 e o aumento da média ponderada das taxas de rendibilidade nominais das obrigações de dívida pública a dez anos, para 1,4%, em 2019, 1,7%, em 2020 e 1,9% em 2021. O Banco de Portugal prevê a estabilidade da taxa de juro implícita da dívida portuguesa, ligeiramente abaixo dos 3%.

#### - O Setor

#### O setor a nível mundial (1)

A água e a segurança hídrica encontram-se no centro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (SDGs - Sustainable Development Goals). Segundo o Banco Mundial, sem melhorar a gestão dos recursos hídricos e assegurar o acesso global a serviços de qualidade de abastecimento de água e de saneamento, não será possível enfrentar com sucesso os grandes desafios do seculo XXI — desenvolvimento humano, cidades habitáveis, alterações climáticas, segurança alimentar e segurança energética.

Segundo as duas instituições mais influentes neste domínio a nível mundial – o Banco Mundial e a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, nos próximos anos os governos dos países devem empenhar-se a resolver as questões relacionadas com a qualidade e disponibilidade da água, por forma a garantir o equilibro da satisfação das necessidades das famílias, da agricultura, da indústria, da produção de energia, e do meio ambiente.

Têm sido promovidas várias iniciativas sobretudo com o objetivo de assegurar o financiamento de investimentos determinantes para alcançar a meta da segurança hídrica mundial, designadamente:

#### Panorama Mundial

#### **Factos**

- 9 em cada 10 catástrofes naturais decorrem de problemas relacionados com a água, incluindo inundações e secas;
- 2,1 biliões de pessoas não tem acesso a serviços de abastecimento de água, 4,5 biliões de pessoas não tem acesso a serviços de saneamento;
- 361 mil crianças com menos de 5 anos morrem em cada ano devido a condições deficientes de saneamento e contaminação de água;
- 70% da captação de água destina-se à agricultura;
- 1,3 biliões de pessoas continuam sem acesso a eletricidade:
- os recursos subterrâneos de água esgotam-se a um ritmo maior do que conseguem regenerar-se.

#### **Perspetivas**

- estima-se que em 2025, cerca de 1,8 biliões de pessoas viverão em regiões com absoluta escassez de água;
- com a manutenção das práticas atuais de gestão da água, em 2030 o mundo enfrentará um défice de 40% entre a procura e a quantidade de água disponível;
- para alimentar 9 biliões de pessoas em 2050 será necessário aumentar em 60% a produção agrícola e em 15% a captação de água;
- as necessidades de água para a produção energética estão a aumentar.

- HLPW High Level Panel on Water, que deliberou sobre os maiores desafios do setor e produziu um documento

   a Nova Agenda, que apela a uma mudança fundamental sobre a forma como se perceciona e gere o valor da água;
- Global Water Security & Sanitation Partnership (GWSP) através da qual se criou um fundo financeiro constituído por diversos doadores;
- 2030 Water Resources Group (2030 WRG) destinado a apoiar as reformas governamentais mais urgentes com o objetivo de assegurar a gestão sustentável dos recursos hídricos a longo prazo, bem como o crescimento económico dos respetivos países;
- Roundtable on Financing Water, que inspirada na liderança política e na experiência técnica tem a ambição de aumentar o financiamento de investimentos que contribuam para a segurança hídrica e para o desenvolvimento sustentável.

#### A água e o saneamento em Portugal (2)

O setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, reconhecidamente um grande contribuinte para o desenvolvimento económico, social e ambiental, teve uma evolução positiva nos últimos anos em Portugal, destacando-se a excelência da monitorização do meio hídrico recetor e da água fornecida, atestado na manutenção de elevados índices de qualidade da água, conforme atestam os dados mais recentes da ERSAR

#### Panorama Nacional

#### Abastecimento de água

- 9,6 milhões de habitantes servidos
- 96% de alojamentos servidos
- Tarifa média ponderada: 0,4920€/m³
- Indicador água Segura (Alta): 99,77%
- Indicador água Segura (Baixa): 98,72%

#### Saneamento de águas residuais

- 8,5 milhões de habitantes servidos com drenagem
- 84% de alojamentos servidos
- 8,4 milhões de habitante servidos com tratamento
- 83% de alojamentos servidos com tratamento
- Tarifa média ponderada: 0,5094€/m³

Tendo o objetivo de promover, junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional, e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor, está em execução o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014–2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais.

No âmbito do Fundo Ambiental, o Ministério do Ambiente anunciou a disponibilização de um total de 158 milhões de euros, em 2018, para apoiar políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, designadamente os relativos às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza e biodiversidade. Desta verba, cerca de dez milhões destinam-se a assegurar a sustentabilidade dos serviços de águas (Despacho n.º 730-A/2018).

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face.

Destaca-se igualmente a publicação, em Diário da República, do Despacho n.º 2054/2017 de constituição do grupo de trabalho interministerial responsável pela revisão da ENEAPAI (Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais), e atribuição da respetiva coordenação ao Grupo AdP. Decorridos mais de nove anos desde a aprovação da ENEAPAI, esta iniciativa tem por objetivo fazer o balanço da implementação, e consequente atualização da Estratégia dedicada à gestão adequada dos efluentes agropecuários e agroindustriais, estando em desenvolvimento a proposta legislativa destinada à resolução desta matéria.

#### O Grupo AdP

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Lei n.º 16/2017 de 1 de fevereiro e 34/2017 de 24 de março, o Grupo Águas de

Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais.

Detido maioritariamente pelo Estado, o Grupo constituise como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo AdP atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização.

Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

Destaque para a gestão da energia, constituindo uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, promovendo ainda uma redução de encargos associados.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no PEPE — Plano de Eficiência e de Produção de Energia, efetivou-se a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida no Grupo.

Quanto à gestão dos aproveitamentos hidráulicos, foi criado um grupo de trabalho para a gestão de barragens, que visa desenvolver um modelo sustentável de integração da gestão destes ativos (atualmente geridos pela APA - Agência Portuguesa do Ambiente), nas atividades das diversas empresas subsidiárias. Em maio de 2018, sob organização da AdP, realizou-se uma sessão técnica sobre "Segurança de Barragens"

O Grupo AdP, através da AdP SGPS, é membro do User Board do CLIM2POWER, projeto de investigação que estabelece

uma ponte entre o conhecimento científico complexo baseado em modelos, traduzindo dados climáticos em informação de suporte à gestão operacional de centrais de geração de energia.

O desenvolvimento de capacidades e competências do Grupo AdP no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

O Grupo AdP trabalha ainda em estreita colaboração com os municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa, aplicando o seu know how no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

#### - A Regulação

#### Enquadramento regulatório

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestam serviços no setor de águas, abastecimento público de água e saneamento de áreas residuais, sendo este um setor regulado, sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprovou os novos estatutos desta entidade.

Estes serviços assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

As subsidiárias do Grupo AdP atuam de acordo com vários modelos de gestão (concessão e delegação) e nos segmentos Alta (EPAL, sistemas multimunicipais (SMM) e parceria Estado-Autarquias) e Baixa (EPAL e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor.

As entidades gestoras estão ainda sujeitas à regulação ambiental por parte da Agência Portuguesa do Ambiente.

#### Regulação económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR, nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os conexos contratos

de concessão, parceria e gestão. Esses Contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos e à remuneração contratual.

A intervenção da ERSAR em matéria económica junto destas entidades gestoras encontra-se delimitada, consoante se trate de uma entidade de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA), para quem a ERSAR fixa as tarifas e rendimentos tarifários, e para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), para quem a ERSAR verifica a conformidade com as tarifas contratuais e verificará a conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona outros aspetos económicos e financeiros.

Nos SMM, para além da fixação de tarifas e dos rendimentos tarifários, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprova o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas.

Nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, foram constituídos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário), nos quais o Grupo AdP se encontra representado.

Em 14 de dezembro de 2018, foi iniciado o procedimento de consulta pública de interessados relativo à proposta de Regulamento Tarifário dos Serviços de Águas (RTA) e Documento Complementar n.º1 a este regulamento.

Em 2018, o Grupo AdP manteve ativamente a sua participação na elaboração de sugestões, no âmbito das consultas públicas que a ERSAR promoveu, bem como de diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade.

Durante o ano de 2018, continuou-se a desenvolver trabalhos de revisão dos diplomas-base dos sistemas de titularidade estatal (Decreto-Lei n.º 195/2009 de 20 de agosto) e dos sistemas de titularidade municipal (Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de agosto), trabalhos estes que continuam em curso.

O modelo de exploração da EPAL assenta numa gestão delegada pelo Estado, e abrange a atividade de abastecimento público de água em "Alta" a 35 concelhos e em "Baixa", no concelho de Lisboa.

A EPAL rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março.

Os referidos diplomas estabelecem que as tarifas de água, bem como as tarifas dos serviços auxiliares prestados pela EPAL, devem, em qualquer caso, assegurar receitas que permitam a cobertura dos respetivos encargos de exploração, bem como os níveis adequados de autofinanciamento, de cobertura de risco e de remuneração do capital investido.

À EPAL em 2015 foi delegada a gestão do agora Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Vale do Tejo, concessionado à sociedade Águas do Vale do Tejo.

Sem prejuízo do regime de uniformidade tarifária, criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL está sujeita à intervenção da ERSAR, no que respeita à fixação de tarifas a praticar, em observância dos critérios fixados na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), alterada pelos Decretos-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, n.º 60/2012, de 14 de março, e n.º 130/2012, de 22 de junho, e demais legislação e regulamentação complementares, tendo em consideração as especificidades e o risco associado ao sistema gerido pela EPAL, bem como os contratos celebrados.

Nos termos do diploma que rege a atividade desenvolvida pela EPAL, entende-se que a remuneração adequada dos capitais investidos é assegurada pela aplicação de uma taxa correspondente ao custo médio ponderado de capital de referência sobre o valor dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis, diretamente relacionados com o serviço público prestado, líquidos de amortizações e subsídios ao investimento. Esta taxa deve: (i) refletir os riscos específicos acrescidos, associados à gestão do sistema de gestão delegada; (ii) ter por referência o financiamento de projetos equivalentes em condições de mercado; e (iii) atender à capacidade de financiamento da sociedade no mercado de capitais.

A taxa incide sobre o conjunto de bens e meios e a capacidade das infraestruturas existentes que se encontrem afetos às atividades de serviço público da EPAL, por razões de segurança e de fiabilidade, integram a base de ativos relevante e necessária da EPAL, sendo valorizados de acordo com o valor contabilístico registado nas últimas contas aprovadas.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, foi definido um regime de uniformidade tarifária entre o sistema gerido pela Águas do Vale do Tejo e a EPAL, que determina a uniformidade da tarifa a aplicar em alta entre as duas entidades gestoras para cada período quinquenal. Deste regime decorre uma componente tarifária acrescida (CTA) a entregar pela EPAL ao sistema gerido pela Águas do Vale do Tejo.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, ficaram estabelecidas as tarifas que a EPAL deverá cobrar para o período 2015–2020, a preços constantes, bem como a CTA, a preços constantes, que acresce às tarifas praticadas pela EPAL em "alta" e que é repercutida nos clientes em "baixa" da empresa. A atualização destas tarifas está sujeita à validação da ERSAR.

No caso da EPAL, a ERSAR aprovou a atualização das tarifas a aplicar em 2018, no decurso do mês de setembro de 2017.

#### Regulação da qualidade do serviço

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço, resulta de uma avaliação anual tendo por base indicadores em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em dezembro de 2018, foi publicado e divulgado o volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2017, e cujo acesso é público.

# Regulação da qualidade da água para consumo humano

As entidades gestoras pertencente ao universo do Grupo AdP que prestam atividades de abastecimento público de água estão incumbidas, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Compete à ERSAR, nos termos dos seus estatutos, exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano, junto das entidades gestoras de abastecimento público de água, promovendo a melhoria da sua qualidade e universalidade, avaliando o desempenho dessas entidades

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, e do Decreto-Lei n.º 23/2016, de 3 de junho, as entidades gestoras devem elaborar anualmente o Programa

de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade efetuar ações de fiscalização à respetiva implementação.

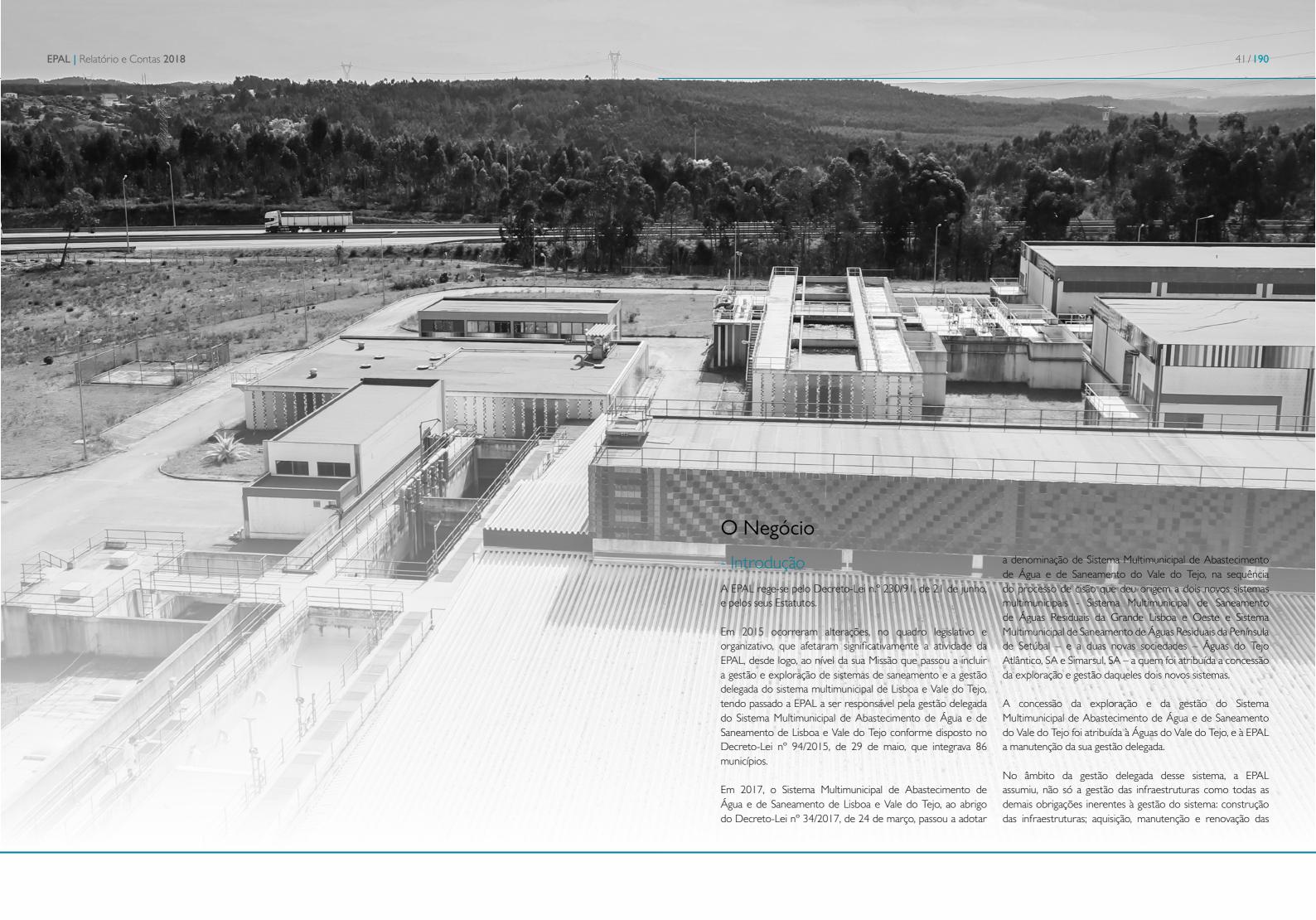
No cumprimento da legislação, as entidades gestoras implementam o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

Em 27 de dezembro de 2017 o PCQA de 2018 referente à Alta da EPAL foi aprovado pela ERSAR. No âmbito deste PCQA aprovado, em 2018 foram efetuadas 19.988 análises, sendo que foram detetados 53 incumprimentos aos valores paramétricos, o que evidencia um bom desempenho da empresa, com uma percentagem de cumprimento de 99,66%.

Em 9 de outubro de 2017 o PCQA de 2018 referente à Baixa da EPAL foi aprovado pela ERSAR. No âmbito deste PCQA aprovado, em 2018 foram efetuadas 13.030 análises, sendo que foram detetados 78 incumprimentos aos valores paramétricos, o que evidencia um bom desempenho da empresa, com uma percentagem de cumprimento de 99,18%.

Os resultados do controlo da qualidade da água nos pontos de entrega e na torneira do consumidor realizado pelas entidades gestoras são também incluídos no RASARP.

Em setembro de 2018, foi publicado e divulgado o volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2017, e cujo acesso é público.



instalações e equipamentos; controlo dos parâmetros de qualidade da água para abastecimento público e dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas; faturação dos serviços de fornecimento e de recolha; elaboração da contabilidade da sociedade; gestão de recursos humanos, incluindo a contratação de pessoal; gestão financeira e controlo de gestão; apoio jurídico; logística; comunicação; gestão de sistemas de informação; suporte e apoio à atividade.

A atividade direta da EPAL compreende duas atividades distintas: o abastecimento de água em alta a entidades gestoras, e o abastecimento de água em baixa aos utilizadores finais no município de Lisboa, existindo um tarifário distinto para cada uma destas atividades.

#### - Água em Alta

A EPAL é responsável pela produção (captação e tratamento) de água para consumo humano e entrega da mesma a 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa) — 17 clientes municipais abastecidos diretamente e os restantes abastecidos por via de duas entidades gestoras multimunicipais — a Águas do Vale do Tejo e a Águas do Ribatejo.

A EPAL desenvolve a sua atividade numa área geográfica que se estende desde a albufeira de Castelo de Bode até aos concelhos limítrofes de Lisboa.

#### - Água em Baixa

A EPAL é responsável pela distribuição domiciliária de água na cidade de Lisboa a mais de 350 mil clientes, prestando igualmente serviços inerentes ao fornecimento de água, tais como o atendimento e assistência domiciliária.

#### - Outras Atividades

A partir do 2° semestre de 2015, a acrescer às atividades de abastecimento de água, em Alta e em Baixa, anteriormente mencionadas, a EPAL passou a fazer a gestão delegada do sistema da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, atualmente sistema da Águas do Vale do Tejo (na sequência do processo de cisão ocorrido em 2017), que envolve a atividade de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambas em Alta, para além de um conjunto de atividades acessórias e complementares.

Paralelamente com a sua atividade principal, a EPAL tem vindo nos últimos anos a desenvolver e potenciar outros serviços e produtos relacionados com o ciclo da água, onde se destacam:

- Sistema de informação e gestão comercial Aquamatrix;
- Sistema de redução de perdas de água WONE;
- Sistema de informação e incentivo à eficiência de utilização de água – Waterbeep;
- Prestação de serviços de monitorização e diagnóstico de redes;
- Prestação de serviços de análise e controlo laboratorial;
- Prestação de serviços de aferição e reparação de contadores:
- Cursos de formação profissional através da Academia das Águas Livres, atividade que conta com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional.





Neste enquadramento, e tendo por base a premissa de que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas e trabalhadoras/es, com a comunidade e com as demais partes interessadas, identificaram-se os principais desafios do grupo em matéria de sustentabilidade e foram definidos os principais compromissos. A nossa atuação face aos compromissos assumidos e metas encontram-se plasmados no relatório de sustentabilidade (consolidado) do Grupo AdP.

#### Estratégia de Sustentabilidade 2017/2020

#### Simbiose com Ambiente

Princípio: Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento

Princípio: Contribuímos para o combate às alterações climáticas Compromisso:

• Garantir a ecoeficiência do Grupo

#### Simbiose com os Acionistas e Clientes

Princípio: Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

#### Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

Princípio: Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida Compromissos:

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

#### Simbiose com os Colaboradores

Princípio: Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores.
- Garantir a igualdade de oportunidades
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

#### Simbiose com a Comunidade

Princípio: Promovemos a aproximação crescente à comunidade

#### Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento

Ciente da criticidade da sua atividade para a qualidade de vida da sociedade em que se insere e da responsabilidade social conferida pelas 15 décadas de existência, a EPAL subscreveu o Pacto Global das Nações Unidas em 2008 e encontra-se empenhada na melhoria das condições de acesso à água para consumo humano e na melhoria da sua salvaguarda, proteção e gestão sustentável, no presente, potenciando o futuro. Para tal tem presente a Estratégia de Sustentabilidade do grupo Águas de Portugal, assente no conceito de simbiose e promove os Princípios de Desenvolvimento Sustentável específicos à sua atividade.

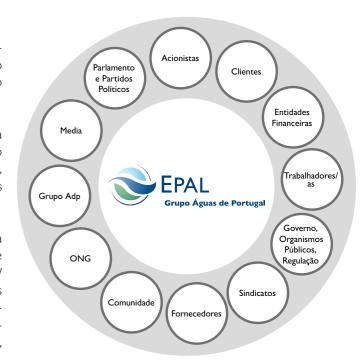
A EPAL assumiu como Princípios de Desenvolvimento Sustentável:

- Valor Económico e Social do Serviço: Prestar o serviço essencial de abastecimento público de Água para consumo humano seguro, de Qualidade, com Fiabilidade e a Preço adequado viabilizando um retorno justo;
- Ecoeficiência e Proteção Ambiental: Promover, na sua área de intervenção, a Proteção, a Conservação e o Uso Eficiente, em todas as etapas do ciclo de vida da Água, desde a sua produção até ao seu uso e descarga pelos clientes;
- Proteção e Desenvolvimento das Pessoas: Promover a Integridade, a Confiança e a Transparência na forma de estar com as partes interessadas internas (trabalhadores/ as, fornecedores e prestadores de serviços) e externas (clientes, entidades governamentais, sociedade) promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável, através da formação e do desenvolvimento de competências, o emprego e a igualdade de oportunidades;
- Envolvimento da sociedade na Gestão Sustentável da Água: Assumir um papel ativo e de relevo na sociedade em que se insere, dinamizando e promovendo políticas de gestão racional da água junto das suas partes interessadas e, tanto quanto possível, da comunidade internacional;
- Inovação e Desenvolvimento: Estabelecer alianças para a aprendizagem e promover o envolvimento da comunidade científica de forma a assegurar a inovação, o desenvolvimento, a partilha e a disponibilização do conhecimento e das melhores práticas para o uso racional e sustentável da água.

#### - Stakeholders / Partes Interessadas

A EPAL está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

O relacionamento da empresa com estas partes interessadas é um procedimento intrínseco ao desenvolvimento da gestão da sustentabilidade da empresa na sua vivência diária.



# Deveres especiais de prestação de informação

A EPAL cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

No ano de 2018 foram várias as ações e iniciativas levadas a cabo pela empresa no âmbito da sua relação com os principais stakeholders da empresa, designadamente:

No âmbito da celebração dos 150 Anos da EPAL foram desenvolvidas iniciativas de aproximação à comunidade dirigidas aos diferentes *Stakeholders* merecendo destaque:

- Abertura de todos os núcleos do Museu da Água ao fimde-semana e com entrada gratuita convidando as famílias a conhecerem a história do abastecimento de água em Lisboa. Esta iniciativa teve a visita de 47 mil pessoas;
- Lançamento da Campanha de Outdoors e Mupis "EPAL, 150 Anos. A água que vive em nós." compreendendo a divulgação de várias imagens que mostraram como a água faz parte de todos os momentos da vida;
- Lançamento do Selo Postal Comemorativo dos 150 Anos da EPAL no dia 2 de Abril nos Barbadinhos. O Selo foi concebido em modo de ilustração. A Pagela apresenta graficamente o percurso da água, retrata os equipamentos emblemáticos que asseguram a água à cidade de Lisboa através dos tempos, acompanhada por uma narrativa com os seus principais momentos. No Selo podemos identificar duas crianças que bebem um copo de água, simbolizando "A Água que vive em nós" e uma empresa na senda do progresso focada no futuro;
- Realização dos Concertos Comunidade, tendo sido realizados 5 concertos com diferentes géneros de música, nos jardins da Mãe d'Água das Amoreiras e do Museu da Água, a que assistiram mais de I.000 pessoas;
- Concretização de 5 Peddy Paper temáticos, em parceria com a TSF, totalizando cerca de mil participantes, desde os mais novos até aos mais idosos. O arranque do 1º peddy paper foi no Dia Mundial da Água, suportado num smartphone com acesso à internet e GPS. Com estas iniciativas pretendeu-se proporcionar um momento lúdico e didático e permitir aos participantes conhecerem os espaços por onde passou a água em Lisboa, abordando temas como a importância da água, o uso eficiente e o património cultural da EPAL e sua história;
- Lançamento do Pátio da Água Móvel "Água Sobre Rodas", em parceria com Câmara Municipal de Lisboa e a Lisboa E-Nova, promovendo o consumo de água da torneira. A carrinha de roadshow - uma "pão de forma" - passou pelas principais artérias da capital portuguesa e ofereceu um total de 34 mil copos com água da torneira durante os 3 meses de verão:
- No âmbito deste projeto, a EPAL lançou um concurso fo-

tográfico exclusivo à rede social Instagram, sob o mote " Eu bebo água da Torneira".

#### Educação Ambiental:

No âmbito da Educação e Sensibilização Ambiental deu-se continuidade ao estabelecimento de parcerias com os municípios da área de influência da EPAL, Clientes e outros *stakeholders*.

Todas as ações desenvolvidas tiveram como principal objetivo dar a conhecer o papel fundamental da Empresa na gestão do ciclo urbano da água, sensibilizar para um uso eficiente da água e passar a mensagem de que o consumo da Água da Torneira é a opção sustentável para todos. Das ações realizadas destacamse as seguintes:

- Desenvolvimento de duas edições do Projeto "EPAL Corrente pela Água", uma iniciativa de Sensibilização e Partilha de Boas Práticas para o Uso Eficiente da Água; a primeira edição, no âmbito das comemorações dos I 50 anos da EPAL, decorreu entre abril e julho, desafiando as Escolas, Centros de Dia e Estabelecimentos de Hotelaria e Turismo, da cidade de Lisboa, a partilharem ideias e práticas, tendo sido reunidas 97 boas práticas para um consumo de água mais racional; a segunda edição, apoiada pelo Fundo Ambiental, decorreu entre setembro e novembro, tendo desta vez sido desafiado todos os Clientes Diretos da EPAL, um Guia de Implementação de Boas Práticas que está online no site da EPAL;
- "Educar para Sustentabilidade" foi tema de comunicação apresentada no Encontro "Desafios da Água" e continuou a ser a máxima comum a todas as ações de educação e sensibilização, levadas a Escolas de vários municípios; na participação da EPAL no Programa "Ciência Viva no verão 2018"; no XXV ACAREG; nas 12 ações de sensibilização ambiental em 6 praias fluviais de 6 concelhos; nas visitas a Estações de Tratamento de Água e de Águas Residuais e ao Laboratório Central realizadas por diversos públicos, sendo maioritário o público escolar; nas iniciativas e projetos conjuntos com ONGAs - Organizações Não Governamentais do Ambiente; na presença em diversos eventos, tais como: na Inauguração do Parque Urbano das Rotas, no município de Arruda dos Vinhos; no Visão Júnior Fest, no Parque dos Poetas, em Oeiras; no "Lumiar, Cidade das Crianças 2018", no Dia do Professor na KidZania e no Dia da Luta Contra a Obesidade:
- Assinatura de Protocolos e Acordos Anuais com as Organizações não governamentais da área do Ambiente: GEOTA, Quercus e LPN;

- No Dia Mundial da Água, a Rádio Renascença esteve em direto no Laboratório da Água da EPAL, na KidZania, espaço onde também foi filmado um Minuto Verde da Quercus; cerca de 13.100 crianças, em 2018, desenvolveram a atividade proposta no Laboratório; vários passatempos foram realizados ao longo do ano nas Redes Sociais;
- No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Água, o Aqua eXperience promoveu mais uma edição do Aqua Challenge, junto dos alunos do 7° ao 12° anos e seus professores, de diferentes escolas de norte a sul do País. A competição foi antecedida pelo workshop Aqua eXperience, na Escola Básica e Secundária de Ourém, que recebeu a iniciativa com 100 alunos dos 7° e 10° anos. Também em 2018 foi lançado o e-book "Eficiência hídrica em edifícios", com o objetivo dar a conhecer soluções que impulsionem a eficiência hídrica nos edifícios.

#### Protocolos:

- A EPAL e a AMA (Agência para a Modernização Administrativa) assinaram, em outubro, um Protocolo de Sustentabilidade Ambiental na Loja do Cidadão das Laranjeiras;
- Em novembro a EPAL assinou um protocolo com Ordem dos Arquitetos e Ordem dos Engenheiros, assinalando a promoção de uma estreita colaboração da EPAL, tanto a nível técnico como a nível profissional, com estas duas prestigiadas instituições. No seguimento da assinatura do protocolo, a EPAL organizou no Museu da Água Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos a Exposição dos projetos premiados no âmbito do concurso público de conceção para a "Elaboração do Projeto do Conjunto Edificado em Lisboa", onde foram apresentadas 33 propostas de ateliers de Arquitetura Nacionais e Internacionais;
- Ainda em novembro foi outorgado um Protocolo com o FIPAG de Moçambique assinado em Maputo, com o objetivo de promover ações de formação, investindo assim na qualificação profissional dos quadros do setor da Água e do Ambiente em Moçambique e nos PALOP, através dos Centros de formação de cada uma das entidades.

#### Apoios de natureza científica, tecnológica e sociocultural:

Em 2018, a EPAL prosseguindo a sua política de apoio a atividades e eventos de natureza científica, tecnológica e sociocultural patrocinou a realização de:

- 7 Maravilhas à Mesa promoção de consumo de água da torneira;
- Apoio à publicação da APDA "Combate aos ilícitos para uma gestão mais eficiente";
- Apoio ao seminário da APRH "Avaliação dos riscos nos sistemas de abastecimento de água";
- Apoio à organização/dinamização do Parque urbano das rotas no município de Arruda dos Vinhos;
- Apoio à 30<sup>a</sup> festa de Natal com as pessoas em situação de sem abrigo da Comunidade Vida e Paz;
- APAV apoio à corrida 15<sup>a</sup> corrida da APAV Associação Portuguesa de Apoio à Vítima;
- Apoio ao congresso do Tejo organizado pela Confraria Cultural do Tejo Vivo e Vivido;
- Corrida da Liberdade;
- Centro Comunicação dos Oceanos;
- Clube Atlético Cultural;
- Torneio ANL;
- VI Forum Aquasis;
- Cedência de viatura em fim de vida à SPEM Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla;
- AEFFUL 2018 AE da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa;
- Associação Voarte;
- Congresso Internacional Law and Citizenship beyond the States;
- DGE Escolinhas de Padel:
- EASA Applied Anthropology Network;
- ETIC Global Game Jam;
- Guiões Festival do Roteiro de Língua Portuguesa;

- Junta de Freguesia Parque das Nações iniciativa "Limpeza de Lixo Marinho";
- Kic Climate FCT NOVA:
- Pedy Paper Amigos do Pinhal;
- Tuba:
- AMA Agência para a Modernização Administrativa;
- ASAE;
- Associação Atletismo de Lisboa;
- Caminhada solidária:
- Centro de Acolhimento Temporário Mão Amiga;
- ENOTHE 2018 Escola Superior de Saúde do Alcoitão;
- EUCHEMSIL 2018 Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- Festival Solar;
- Filmagens de Saturno ao Alentejo;
- Fundação Cidade de Lisboa;
- H2O Lisbon Dive Clube;
- Instituto Superior de Agronomia;
- International Pharmaceutical Students' Federation;
- IPO:
- ISEL Estudo de consumo de Águas;
- Jornadas da MAC;
- KidZania;
- Lusófona:
- RTP:
- YOUTH PROGRAM PWN Lisbon.

#### Iniciativas de responsabilidade social:

Em 2018, a campanha interna de solidariedade "Juntos Somos + Solidários", abrangeu 2 ações. Na primeira, os bens doados pelos Trabalhadores, destinados a crianças (roupa de verão, fatos de banho, toalhas de praia, calçado, chapéus, bonés, protetores solares, brinquedos de praia, alimentação e produtos de higiene), foram entregues a instituições de solidariedade social, dos vários Pólos da Empresa. Atendendo a um pedido especial da Refood também foram doadas caixas para a distribuição dos alimentos.

Na segunda ação, além do mesmo pedido da Refood, tivemos uma solicitação da Comunidade Vida e Paz – artigos alimentares e de higiene, necessários para a realização da 30ª Festa de Natal com as pessoas em situação de sem-abrigo. Os Trabalhadores doaram os bens entregues. Também houve doações de roupas e calçado para adultos e crianças, de livros, jogos e brinquedos. Várias instituições, sedeadas nas regiões dos diversos polos da Empresa, foram os beneficiários.

Os Cabazes de Natal não levantados por Trabalhadores foram, igualmente, doados a instituições de solidariedade social.

#### Participação em Feiras e Exposições

A EPAL voltou a estar junto da comunidade e, além das diversas ações de rua, participou em prestigiadas Feiras e exposições, destacando-se:

**BTL e Futurália:** A EPAL voltou a estar presente em dois grandes eventos da cidade de Lisboa: a BTL - Feira Internacional de Turismo e a Futurália, a maior feira de educação e formação em Portugal. Em ambos os eventos, que atraem anualmente milhares de pessoas à FIL - Expo, mereceu especial relevo a divulgação da abertura do Museu da Água aos fins-de-semana e a entrada gratuita no mesmo, no âmbito das comemorações dos 150 anos da EPAL.

H2O Horizon Sevilha: A EPAL esteve presente no I Salão de Inovação e Tecnologia da Água, H2Orizon, que se realizou de 19 a 21 de setembro em Sevilha, e que teve como tema central a tecnologia ambiental e gestão da água nas suas diferentes aplicações envolvendo jornadas técnicas/conferência e uma zona de exposição, e no qual Portugal foi o convidado de honra. No decorrer deste certame, a EPAL lançou no mercado o serviço waterbeep local, uma nova modalidade para apoiar os Municípios e as Entidades Gestoras de Água, em Portugal ou no Estrangeiro, ajudando-os a detetarem situações atípicas de fugas de água.

Congresso IWA Tóquio: Em setembro, a EPAL participou no Congresso Mundial da Água da IWA, em Tóquio, onde a Empresa lançou um novo serviço, o billmeter, que irá revolucionar o combate às perdas aparentes e apresentou a "Operação Tejo", que foi um grande caso de sucesso da especialização portuguesa na limpeza do leito após um grave evento de poluição que ocorreu no rio Tejo. Com esta participação a EPAL projetou a sua capacidade inovadora na criação e comercialização de produtos de vanguarda adaptáveis às várias entidades gestoras além-fronteiras.

30° Congresso da AHP: Enquanto parceira de excelência da AHP – Associação de Hotelaria de Portugal, a EPAL marcou novamente presença na 30ª Edição do Congresso Nacional da Hotelaria e Turismo, com o tema "Turismo: Que futuro queremos?", que decorreu de 15 a 16 de novembro no Pavilhão Carlos Lopes. O stand da EPAL centrou a comunicação na divulgação e promoção da garrafa "Lisbon Soul" peça de Assinatura do arquiteto Álvaro Siza Vieira. Este ano a Garrafa "Lisbon Soul" fez também parte da mesa dos oradores, tendo suscitado interesse por parte dos congressistas, que se deslocaram ao stand da EPAL para obter mais informações sobre esta peça de design.

Super Bock em Stock: Este ano o Vodafone Mexefest mudou de naming passando a chamar-se Super Bock em Stock! O nome mudou mas o espírito do Festival permaneceu o mesmo, por isso a música esteve de volta à Avenida da Liberdade, nos dias 23 e 24 de novembro. Uma vez mais a garagem da EPAL foi um dos palcos do Festival, sendo a única sala onde apenas foi consumida água da torneira, contando com a atuação de 6 bandas que animaram milhares de pessoas.

#### Estudo de Reputação

A EPAL entrou este ano, de forma pioneira, para o célebre Índice de Reputação de Marcas da MARKTEST, uma referência nacional em estudos de mercado e marcas juntando-se a cerca de uma centena e meia de grandes marcas do tecido empresarial nacional.

Numa análise sectorial da Grande Lisboa, a EPAL obteve o  $3^{\circ}$  lugar na sua categoria com um MRI de 69,45, ocupando o pódio com a TAP ( $1^{\circ}$ ) e a Via Verde ( $2^{\circ}$ ).

A seguir à "Familiaridade", onde a EPAL obteve a maior pontuação, os atributos melhor avaliados foram a "Confiança" e a "Imagem", ambos com um MRI de 69,33, reflexo direto da dinâmica de aproximação ao mercado e de intensa comunicação

que a Empresa tem alavancado, e que nos permitem destacar face a empresas de âmbito nacional e com fortes investimentos em comunicação e marketing, com uma avaliação muito positiva por parte dos clientes, consumidores e público em geral, refletindo a consideração, estima e credibilidade depositada na nossa Empresa.

#### Redes Sociais:

Em 2018 as redes sociais da EPAL registaram um aumento de 100% de seguidores, sendo já mais de 38 mil os que nos seguem diariamente.

Nas 3 principais plataformas digitais da EPAL - Facebook, Linkedin e Instagram - os posts que suscitaram maior interesse e interação foram os da abertura do Museu da Água ao fim de semana com entrada gratuita, os de duas campanhas especialmente dedicadas às redes sociais, uma com um vídeo lançado por altura do Mundial de Futebol e a campanha "Troque Água por um Sorriso", e também o post da abertura do projeto "Água Sobre Rodas".

No que concerne ao Facebook, e quando comparada com 2017, tivemos um maior número de assuntos solicitados via mensagem privada, correspondendo a mais 316 contactos. Somam-se, em 2018, um total de 553 mensagens, em que 63% são pedidos de informação sobre Iniciativas e Passatempos, 26% pedidos de informação da gestão do contrato, produtos e serviços, 9% de reclamações e 2% de elogios.

#### Museu da Água

O Museu da Água, com mais de 30 anos de atividade, é tutelado pela EPAL, sendo composto por quatro espaços dispersos pela cidade de Lisboa, todos eles constituídos por edifícios relacionados com o abastecimento da água à cidade de Lisboa, datados dos séculos XVIII e XIX:

- Aqueduto das Águas Livres
- Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras
- Reservatório da Patriarcal
- Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos (onde se encontra a exposição permanente dedicada ao tema Água)

A EPAL tem ainda a responsabilidade da gestão e manutenção do Aqueduto das Águas Livres, bem como da Mãe d'Água, monumentos pertencentes ao património do Estado Português.

Em 2018 os espaços museológicos do Museu da Água tiveram um número total superior a 101 mil visitantes, representando um aumento face a 2017 de 24%, tendo o Aqueduto das Águas Livres sido o monumento mais visitado, com 32.816 visitantes. Destaca-se o acréscimo de 47% no número de visitantes do Reservatório da Patriarcal, com um total de 16.247 visitantes em 2018.

Em termos de atividade museológica e eventos realizados em parceria com outras entidades, destacam-se em 2018:

#### ► Exposições Temporárias:

#### Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras

- Exposição de fotografia "Pontos de Vista", organizada pelo Musée Canadien pour les droits de la persone -24 março a 20 de maio;
- Exposição de escultura "A vida por um fio", de David
   Oliveira 7 de junho a 16 de setembro;
- Instalação artística "Ilhas LUZ", de Margareta Hasse e Rosário Rebello de Andrade – 18 de outubro a 2 de dezembro.

#### Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos

- Exposição "PELE" Exposição coletiva da Escola de Arte MArt - 18 de Maio a 17 de Junho;
- Exposição "A Água da Companhia" exposição sobre a história da CAL/EPAL no âmbito das comemorações dos 150 anos da EPAL - 18 dezembro.

#### **►** Exposições itinerantes:

- Exposição pedagógica "Água para Todos" (no âmbito das atividades de educação ambiental): apresentada em 3 escolas, nas Câmaras Municipais da Sertã, de Almeida e na Conferência das Jornadas Pedagógicas de educação Ambiental da ASPEA em Setúbal;
- Exposição de fotografia "Aquedutos de Portugal" Apresentada nos seguintes locais: Casa da Cultura da Sertã, Museu de Angra do Heroísmo, (Açores); Museu do Canteiro, (Alcains); Museu Natural de Eletricidade de Seia; Museu Marítimo de Sesimbra, Centro de Educação Ambiental de Torres Vedras; Casa da Cultura Jaime Lobo Silva, (Ericeira); Quinta da Piedade, Póvoa de Santa Iria.

#### ▶ Eventos realizados em parceria com outras entidades:

- Participação no Dia Internacional dos Museus e na Noite internacional dos Museus (visitas técnicas orientadas e visitas com animação histórica);
- Participação nas Jornadas Europeias do Património (visitas técnicas orientadas);
- Participação no Festival SOA EGEAC;
- Parceria com a Locus Acesso visitas guiadas a cegos e surdos no Aqueduto das Águas Livres e criação de materiais pedagógicos acessíveis de apoio à visita guiada;
- Parceria com a Ciência Viva no Verão: organização de 3 visitas técnicas orientadas "O Ouro Azul" na Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos":
- Parceria com Ateliers científicos CERCiência ciência em rede;
- Participação na Feira dos Serviços Educativos no âmbito da Parceria com o Passaporte Escolar;
- Promotor dos concertos Real Fado, em parceria com a EASTBANC:
- Promotor da performance "Estocolmo ou logomania", de Daniel Luhmann, do Ciclo-plex, organizado pelo Fórum Dança;
- Promotor do concerto "Perhaps Only a Memory", de Frederico Dinis;
- Promotor da performance/life-act "Metamorphosis Residência Internacional de Dança 2018";
- Visitas guiadas temáticas:
- Rota da Água Um percurso pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Integração de visita guiada no projeto Rotas de Cidadania promovido pelo Instituto Marquês de Vale Flor (IMVF), Renovar a Mouraria e PAR - Respostas sociais;
- A 7ª colina a 3 vozes Visita guiada à 7ª colina com início no Museu História Natural e Ciência sobre o edifício e Jardim Botânico, continua na galeria do Loreto (Museu da Água) e termina no convento de S. Pedro

de Alcântara com visita à Igreja/Museu de S. Roque;

- Água, Saúde e Património Água, Urbanização e Saúde Pública andaram sempre de mão dada ao longo da história. Numa visita conjunta à exposição '800 Anos de Saúde em Portugal', o Museu da Saúde e o Museu da Água convidam os participantes a viajar pela história da saúde e do abastecimento de água em Lisboa;
- Praças, jardins e Água A história da água e dos jardins na sétima colina contada no Museu de História Natural, Jardim do Príncipe Real e Galeria Subterrânea do Loreto.

#### - Gestão do Risco

A EPAL e, em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos que resultam da operação diária e da melhoria no sistema de controlo interno existente.

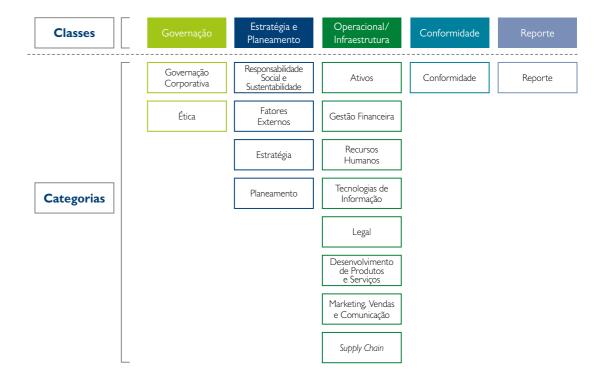
A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma

linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

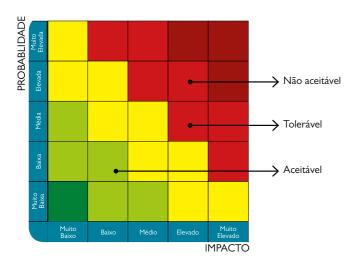
De modo a assegurar a eficácia e eficiência dos processos que garantem o atingimento dos objetivos, a existência de um sistema de controlo interno, visa garantir um nível de confiança razoável nos mecanismos de controlo implementados. Estes compreendem um conjunto de ações que, em conjunto ou individualmente, garantem que os processos desenvolvidos asseguram o cumprimento das metas definidas e a realização da sua missão.

A adequabilidade do sistema de controlo interno encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco existente, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

No modelo de gestão do risco empresarial implementado no Grupo AdP, os riscos encontram-se organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a qual se apresenta em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é a Direção da AdP SGPS que tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a caracterização dos elementoschave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela EPAL, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela EPAL e respetivos órgãos de gestão, é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Considerando a avaliação do risco efetuada em 2018, alguns dos principais riscos a que a EPAL está exposta na sua atividade, englobando-se nesta a gestão delegada do sistema de abastecimento de água e saneamento de águas residuais da Águas do Vale do Tejo, são os seguintes:

#### Infiltrações de saneamento em alta

Risco de infiltrações ao longo da cadeia de saneamento "em alta", com consequente diminuição da capacidade de tratamento e perdas financeiras, decorrente de avarias e falhas não detetadas atempadamente, envelhecimento da infraestrutura e ausência de redes separativas.

#### Catástrofe

Risco de ocorrência de eventos catastróficos com impacto ao nível da continuidade do negócio.

#### Perdas de Abastecimento em Alta

Risco de perdas de recursos hídricos ao longo da cadeia de abastecimento "em alta", com consequente diminuição da capacidade de abastecimento e perdas financeiras, decorrente de avarias e falhas não detetadas atempadamente ou envelhecimento da infraestrutura.

#### Gestão da dispersão geográfica

Risco de incapacidade ou dificuldade na potencialização de ganhos de escala e na gestão dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, devido a dispersão geográfica do negócio.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

#### - Atividade Operacional

#### Produção de Água

#### Origens

Ao longo do ano as origens utilizadas para a captação de água foram:

- Albufeira de Castelo do Bode (captação superficial no rio Zêzere);
- Valada Tejo (captação superficial no rio Tejo);
- Furos de Alenquer, Lezírias e OTA (captações subterrâneas);
- Furos do sistema Oeste, nomeadamente as Captações do Farol, Vassala, Reguengo, Pó, Alcoentre e Casais de Britos 2.

#### Ciclo da Água

		2016	2017	2018	Variação 2018/2017
Água captada	$m^3$	219.503.819	229.002.658	218.116.734	-5%
Castelo de Bode	$m^3$	181.364.700	197.968.300	167.204.364	-16%
Valada Tejo	$m^3$	22.202.320	14.571.830	35.671.320	145%
Capt. Subterrâneas	$m^3$	14.480.782	14.899.692	13.733.968	-8%
Capt. Sistema Oeste	$m^3$	1.456.017	1.562.836	1.507.081	-4%
Água tratada/produzida	$m^3$	219.313.874	228.539.615	217.466.164	-5%
Castelo de Bode	$m^3$	181.359.620	197.963.729	167.199.381	-16%
Valada Tejo	$m^3$	22.026.890	14.121.730	35.033.890	148%
Capt. Subterrâneas	$m^3$	14.480.782	14.899.692	13.733.968	-8%
Capt. Sistema Oeste	$m^3$	1.446.582	1.554.464	1.498.925	-4%
Água Vendida	$m^3$	195.646.482	204.333.735	195.427.097	-4%
Clientes Municipais/Multimunicipais	$m^3$	143.538.886	151.764.299	144.834.976	-5%
Clientes Diretos	$m^3$	52.107.596	52.569.436	50.592.122	-4%
Água não faturada (ANF)	$m^3$	23.857.337	24.668.922	22.689.636	-8%
ANF na Rede de Distribuição	$m^3$	10.327.774	11.058.329	9.762.102	-12%
ANF na Produção e Transporte	$m^3$	13.529.563	13.610.594	12.927.534	-5%
Água não faturada	%	10,9%	10,8%	10,4%	-0,4 p.p.
ANF na Rede de Distribuição	%	10,5%	11,1%	10,4%	-0,7 p.p.
ANF na Produção e Transporte	%	6,2%	5,9%	5,9%	

O volume de água captada no ano de 2018 foi de 218,1 milhões de m³, inferior em 10,9 milhões de m³ (-4,8%) ao verificado no período homólogo. A principal origem de água continuou a ser a captação na albufeira de Castelo de Bode, que representou 77% do total da água captada na empresa.

Finalizadas as obras de remodelação da ETA de Vale da Pedra, a captação de Valada Tejo voltou a assumir um papel mais relevante no total de volume produzido, representando em 2018 cerca de 16% do volume total.

A percentagem global de água não faturada manteve-se num nível de excelência, apresentando um valor de 10,4%, que representa uma redução de 0,4 pontos percentuais face ao verificado no ano anterior. Os valores absolutos e relativos de água não faturada, tanto total como individual ao nível da rede de distribuição e do sistema de produção e transporte,

apresentam o desempenho mais favorável do último triénio.

#### Aducão

A EPAL dispõe de um sistema de Produção e Transporte constituído por 3 subsistemas, Castelo de Bode, Tejo e Alviela, os quais se desenvolvem ao longo de cerca de 700 Km de adutores, com uma capacidade nominal de produção que pode atingir mais de um milhão de m³/dia e uma capacidade de reserva de cerca de 370 mil m³, e que possibilitam efetuar transferências de caudal entre si, o que permite uma grande versatilidade e uma fiabilidade reforçada.

Estes subsistemas são constituídos por 2 Estações de Tratamento de Água, 3 I Estações Elevatórias, 28 Reservatórios e 19 Postos de Cloragem.

		2016	2017	2018	Variação 2018/2017
Comprimento Condutas	km	694	696	696	0%
Est. Elevatórias	n.°	31	31	31	0%
Reservatórios	n.°	28	28	28	0%
Pontos de Entrega	n.º	196	193	192	-1%

A água produzida é aduzida ao sistema por meio dos adutores de Castelo do Bode e Tejo. No percurso até Lisboa e para entrega aos municípios clientes são ainda utilizadas outras importantes infraestruturas de transporte, como o aqueduto Alviela, e os adutores Vila Franca de Xira-Telheiras, Circunvalação e Costa do Sol.

#### Subsistema do Alviela

O Aqueduto Alviela tem uma extensão de 120 km desde a Nascente dos Olhos de Água (atualmente fora de serviço) e o Reservatório dos Barbadinhos em Lisboa. Esta estrutura está em exploração para efeitos de abastecimento de água para consumo humano, a partir do ponto de transferência de água do Adutor do Castelo do Bode em Alcanhões, onde é introduzida água proveniente dos furos de Alenquer, Lezírias e Ota. Quando necessário é efetuado o reforço com água proveniente do Aqueduto Tejo, através de transferências existentes a jusante de Vila Franca de Xira (nas estações elevatórias de Alhandra e Verdelha). A montante de Vila Franca de Xira (Azambuja) existe uma Estação Elevatória (EE da Pimenta) a qual permite transferir água para o Aqueduto Alviela (a montante do Sifão 33) proveniente do Adutor Bode (sendo esta a ligação que habitualmente está em

funcionamento) ou do Aqueduto Tejo.

#### Subsistema do Tejo

O Aqueduto Tejo tem uma extensão de 49 km, desde a Várzea das Chaminés, no Concelho da Azambuja, até ao Reservatório dos Olivais, em Lisboa. Na Várzea das Chaminés recebe água da Estação de Tratamento de Vale da Pedra, proveniente da captação superficial do Rio Tejo, em Valada do Ribatejo, a qual é aduzida através de duas condutas com diâmetros de 1.000 e 1.250 mm. Na Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira, o Aqueduto Tejo pode receber água proveniente do Subsistema de Castelo do Bode. Pode ainda receber água dos furos de Alenquer e das Lezírias e em situações de emergência dos furos de Valada I. Valada II e Valada III.

#### Subsistema de Castelo do Bode

O Subsistema de Castelo do Bode é constituído pela Torre de Captação localizada na albufeira de Castelo do Bode, pela Estação Elevatória I e II a jusante da barragem com o mesmo nome, pela Estação de Tratamento de Água da Asseiceira e pelo Adutor que liga a Estação de Tratamento de Água à Estação Elevatória de Vila Franca de Xira.

A água captada na Albufeira do Castelo do Bode é transportada para a ETA da Asseiceira, através de um adutor com cerca de 9 km de comprimento. O desenvolvimento do adutor entre a saída da Estação e a Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira é de cerca de 80 km. Neste percurso pode receber água a partir da interseção com a conduta de Valada IV, proveniente das captações subterrâneas de Valada I, II e III (apenas em situações de emergência).

#### Adutor Vila Franca de Xira-Telheiras

Este adutor tem cerca de 26 km de comprimento e 1,5 m de diâmetro, tendo início numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e terminando no reservatório de Telheiras. Esta conduta pode ser alimentada por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou do Tejo.

#### Adutor da Circunvalação

Este adutor tem cerca de 47 km de comprimento, variando os seus diâmetros entre 1,8 e 1,2 m. Tem a sua origem numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e término no Reservatório de Vila Fria, situado em Oeiras/Porto Salvo. À semelhança do adutor Vila Franca de Xira-Telheiras, com o qual se pode interligar, é alimentado por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou Tejo.

#### Adutor da Costa do Sol

O adutor da Costa do Sol insere-se no subsistema Lisboa-Municípios, compreendendo os troços "Alfragide-Caxias", "Caxias-Estoril" e "Estoril-Cobre", num total de 25 km. É constituído por tubagem em betão armado pré-esforçado com diâmetros nominais compreendidos entre DN 750 mm e DN 1000 mm. O adutor tem início no Reservatório de Alfragide, tendo várias ligações ao longo do seu percurso, nomeadamente à Rede de Distribuição de Lisboa e aos Municípios de Oeiras e Cascais.

No ano de 2018 verificaram-se 48 avarias em condutas na rede de adução.

		2016	2017	2018	Variação 2018/2017
Avarias em Condutas na Rede de Adução	n.°	53	46	48	4%
Sistema EPAL	n.°	19	32*	28	-13%
Sistema Oeste	n.°	34	14*	20	43%

<sup>\*</sup> Valores alterados em 2018

No que respeita às operações de abastecimento de água, destacam-se as seguintes ocorrências e iniciativas:

#### Subsistema Castelo do Bode:

- Variação, ao longo do ano, dos níveis da Albufeira de Castelo do Bode entre 110,75 metros e 120,95 metros, a que correspondeu um nível médio anual de 115,70 metros, valor significativamente mais favorável em relação ao nível médio de 113,35 metros verificado em 2017;
- Início da instalação de um sistema de segurança no Posto de Cloragem da Estação de Tratamento (ETA) de Asseiceira, o qual providencia o fecho automático do cloro líquido logo após as válvulas de saída dos 2 tanques de Cloro de 1.000 kg, designado por sistema de "cloro-off", que consiste num conjunto de equipamentos de comando e de fecho, que asseguram a diminuição do risco de fuga grave;
- Realização, ao longo do ano, de diversas operações de manutenção e limpeza de órgãos na ETA de Asseiceira, nomeadamente ao nível das etapas de Cloragem, Filtração e Remineralização com Água de Cal;
- Desenvolvimento dos trabalhos relacionados com a empreitada de instalação de um sistema específico para a elevação de lamas desde a zona da desidratação até ao novo Parque de Lamas da ETA da Asseiceira, através da instalação de uma bomba de lamas;
- Receção, no mês de setembro, e início do funcionamento do trator de lagartas, e respetivas alfaias destinadas à movimentação e revolvimento das lamas no novo Parque de Lamas da ETA da Asseiceira e, assim, favorecer a secagem das mesmas;
- Continuação do encaminhamento das lamas secas, que se encontravam depositadas no Parque de Lamas da ETA da Asseiceira, para utilização, como matéria-prima, na indústria cerâmica, constituindo um contributo importante para a economia circular e para a sustentabilidade do processo – foi encaminhada uma quantidade total de 1.395 toneladas;
- No mês de dezembro foram iniciados os trabalhos de substituição das válvulas de by-pass e descarga na Linha I do Adutor Bode.

#### Subsistema Tejo:

 Paragem do funcionamento do Sistema de Valada–Vale da Pedra motivada por um episódio de contaminação da

água bruta do rio Tejo ocorrida em janeiro, com o intuito de precaver eventuais dificuldades de tratamento decorrentes dessa situação;

- Início da obra de construção de um parque coberto destinado ao armazenamento e secagem das lamas produzidas pelo processo de tratamento da água da ETA de Vale da Pedra (à semelhança do já construído na ETA da Asseiceira);
- Finalização do período de arranque da obra de Reabilitação e Remodelação da ETA de Vale da Pedra, incluindo também a conclusão dos trabalhos remanescentes.

#### Zona Oeste:

Reabilitação do PT e EE de Reguengo Grande, PT e EE de Virtudes, PT dos furos de Azambuja e PT dos furos e EE da Várzea.

#### Outros:

- Intervenção, a partir de 23 de abril, no Adutor Vila Franca-Telheiras, no interior do Túnel de Alhandra, contemplando a beneficiação do próprio túnel (tubagem, iluminação, ventilação, instalação e quadros elétricos, etc). Na sequência desta intervenção, foi instalado, dentro do Recinto de Vila Franca, um Posto de Cloragem provisório com hipoclorito de sódio, visando a redução do consumo de cloro gás no Posto de Cloragem de Alhandra;
- Desenvolvimento, ao longo de 2018, de ações de melhoria na Subestação em Vila Franca de Xira, nomeadamente com a mudança da alimentação das duas linhas elétricas, aéreas, por cabos subterrâneos (EDP) e beneficiação dos transformadores, disjuntores e seccionadores. Esta medida permitiu aumentar a fiabilidade da instalação;
- Realização, na área de Vila Franca de Xira, de ações com vista à redução do consumo de energia, designadamente substituição da iluminação existente em várias caixas e recintos (Várzea das Chaminés, Lezírias, Alenquer e Vila Franca) por tecnologia LED;

 Desenvolvimento de ações de melhoria do sistema de tratamento de efluentes processados na ETAR compacta de Vila Franca de Xira, através da aquisição de uma nova bomba para arejamento, com maior capacidade, resultando na melhoria dos valores de oxigénio dissolvido registados nos caudais efluentes.

#### Distribuição

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é bastante complexa e, devido especialmente às características topográficas da cidade, existem quatro zonas altimétricas distintas:

- Zona Baixa (que garante o abastecimento desde o nível do rio Tejo até à cota 30 m);
- Zona Média (entre as cotas 30 e 60 m);
- Zona Alta (entre as cotas 60 e 90 m), e;
- Zona Superior (composta por duas redes independentes, Z.S. de Monsanto e Z.S. da Charneca, que abastecem acima da cota de 90 m).

Cada Zona é composta por reservatórios, para reserva de água e regulação das solicitações de caudal e é abastecida por uma ou mais estações elevatórias. As Zonas estão interligadas por estações elevatórias e válvulas denominadas de válvulas de Ligação de Zona, que são manobradas como recurso e alternativa ao normal regime de exploração. A rede de distribuição de Lisboa possui 160 Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC), abrangendo a quase totalidade da rede, de forma a monitorizar e controlar em contínuo os caudais, consumos e pressões.

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é composta por 1.448 km de condutas de Sistemas de dstribuição e adução, com 103 mil ramais de abastecimento, 14 reservatórios, 11 estações elevatórias e 6 postos de cloragem.

		2016	2017	2018	Variação 2018/2017
Comprimento da Rede	km	1.446	1.445	1.448	0%
Est. Elevatórias	n.°	10	*	- 11	0%
Reservatórios	n.°	14	14	14	0%
Ramais	n.°	101.967	102.314	102.862	1%
Zonas Altimetricas	n.°	4	4	4	0%

<sup>\*</sup> Valores alterados em 2018

O desempenho da rede no ano de 2018 foi amplamente positivo, com reduções significativas de cerca de 9% no número de roturas e de avarias. Verificaram-se 429 avarias em condutas e 575 roturas em ramais.

O desempenho da rede no ano de 2018 foi amplamente O indicador de avarias em condutas por 100 km de rede positivo, com reduções significativas de cerca de 9% no atingiu o valor de 30 avarias/100 km rede/ano.

		2016	2017	2018	Variação 2018/2017
Avarias em Condutas na Rede de Distribuição (ERSAR)	n.°	382	469*	429	-9%
Avarias em Condutas/ 100 km/ ano na Rede de Distribuição	n.°	26	33	30	-10%
Roturas em Ramais	n.°	637	661	575	-13%

<sup>\*</sup> Valores alterados em 2018

No que respeita às operações de abastecimento de água na rede de distribuição de Lisboa, destaca-se:

- Intervenção nos compartimentos I e 2 do Reservatório da Charneca, que entrou ao serviço em 5 de janeiro. Em novembro, os referidos compartimentos foram alvo de pequenas reparações ainda no âmbito da obra de reabilitação anterior, intervenção que permitiu reduzir as perdas nesta infraestrutura;
- Realização de uma pequena intervenção na célula I do reservatório do Restelo, melhorando o isolamento da caleira que se encontra sob o coxim de apoio da conduta de entrada de água no reservatório, na sequência dos bons resultados obtidos na redução de perdas na célula 2 do mesmo reservatório;
- Instalação, no recinto dos Barbadinhos, de um bypass com uma válvula monovar e um medidor de caudal, para servir de ligação das zonas Média e Baixa, com possibilidade de atuação através do Centro de Comando Central;
- Suspensão, entre julho e setembro, de um troço da conduta Telheiras/Alfragide para construção de acessibilidades;
- Instalação, no Recinto de S. Jerónimo, de um sistema de lavagem de bombas de trasfega de hipóclorito.

#### Operação Tejo

Em Portugal, o início de 2018 ficou marcado por um período de seca prolongada, com a generalidade do território nacional em situação de seca severa ou extrema, com caudais muito reduzidos nos rios e baixos volumes armazenados nas albufeiras e lencóis freáticos.

O rio Tejo também foi, naturalmente, afetado por esta situação, tendo-se registado, no final de janeiro de 2018, um agravamento da qualidade da água na albufeira de Fratel. Este episódio de poluição resultou no arrastamento, para jusante, de matéria orgânica e de nutrientes acumulados, com repercussões que se estenderam até à zona da captação da EPAL, em Valada do Ribatejo.

Tornou-se, assim, urgente garantir, de forma sustentada, as condições para a recuperação estrutural e funcional dos ecossistemas aquáticos, em particular no troço do rio entre Perais e Belver. Para o efeito, e após o diagnóstico da situação neste troço do rio, afigurou-se necessária uma intervenção de remoção de lamas sedimentadas no fundo do rio, particularmente em zonas mais sensíveis.

Na figura seguinte sistematiza-se o cronograma do projeto.



Para fazer face aos problemas registados, o Governo Português estabeleceu um conjunto de medidas, a financiar pelo Fundo Ambiental, parcialmente materializadas na ação "Operação Tejo 2018", iniciada a 24 de janeiro de 2018 por determinação do Senhor Ministro do Ambiente.

Esta operação teve como objetivos:

- recuperar a capacidade de autodepuração do meio hídrico, visando uma melhoria da qualidade da água nas zonas afetadas para níveis que garantissem a subsistência e a sobrevivência da fauna piscícola;
- recuperar estrutural e funcionalmente os ecossistemas aquáticos no troço Perais-Abrantes;
- assegurar, de forma sustentada, a melhoria da qualidade da água no rio Tejo;
- garantir a salvaguarda de outras situações ambientalmente relevantes.

Por razões de imperioso interesse público nacional, foram mobilizadas as seguintes entidades públicas com responsabilidades no domínio da proteção de recursos hídricos, sob a direção ou tutela do Ministro do Ambiente: a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), diretamente, e a Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A (EPAL), por via de delegação de competências constantes do Protocolo de Delegação de Competências celebrado entre a EPAL e a APA.

Face ao cenário identificado e à situação de emergência que se tornou visível no açude de Abrantes, realizou-se de imediato um conjunto de ações imediatas com vista à caracterização, ao diagnóstico e recuperação da massa de água:

- monitorização diária, pela APA, da qualidade da água do rio Tejo, no troço Perais-Constância;
- aspiração de espumas do Açude de Abrantes com recurso a mobilização, pela EPAL, de meios internos e externos;
- levantamento topo-batimétrico, no troço Vila Velha de Ródão—Abrantes, com recurso a contratação externa pela EPAL;
- avaliação preliminar, realizada pela EPAL, das condições do fundo do rio, com recurso a equipas de mergulhadores, identificando-se as zonas de maior concentração de lamas no fundo do rio e a respetiva quantificação, tendo ainda sido realizadas recolhas com vista à subsequente caracte-

rização dessas lamas.

A avaliação preliminar das condições do fundo do rio permitiu identificar a existência de duas zonas com maiores quantidades de lamas acumuladas, obrigando ao processamento de volumes significativos de lamas no fundo do rio. A caracterização analítica dessas lamas permitiu afastar a sua classificação como "resíduos perigosos".

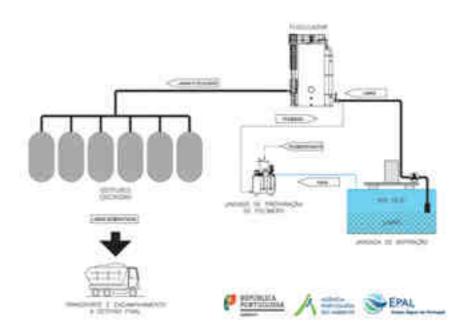
A abordagem selecionada previu um conjunto de medidas integradas para assegurar a limpeza do fundo do rio Tejo, na zona envolvente ao emissário submarino de Vila Velha de Ródão e no Cais do Arneiro/Conhal em função da caracterização analítica dos sedimentos.

Os trabalhos compreenderam, numa primeira fase, um processo contínuo e sistemático de aspiração e bombagem de lamas, a partir de uma plataforma flutuante dotada de um sistema de aspiração submerso. A bomba foi posicionada no fundo do rio com o apoio de mergulhadores e todo o processo foi coordenado e articulado com a equipa técnica que se encontrava na plataforma, permitindo a aspiração contínua e uniforme e evitado a ressuspensão do material do fundo do rio.

Os volumes aspirados do rio foram elevados até um tanque de homogeneização e controlo, onde se realizou a floculação, efetuando-se a montante, na tubagem de adução, a injeção de uma solução de polieletrólito, previamente preparada numa unidade móvel, para promover a separação entre as frações sólida e líquida. Este equipamento foi dimensionado para um caudal até 450 m³/h, com o objetivo de garantir a mistura em contínuo entre o floculante e as lamas aspiradas.

Antes do encaminhamento dos volumes para os sacos filtrantes, designados Geotube®, ocorreu a separação física da fase sólida e da fase líquida. Posteriormente, o líquido atravessou a "malha" geossintética que compõe o Geotube®, resultando um permeado com qualidade adequada (superior à própria qualidade média da água do Tejo), passível de devolução ao meio hídrico. A componente sólida permaneceu dentro dos sacos filtrantes até ser atingido o seu volume/nível máximo, seguindo-se a respetiva desidratação — etapa durante a qual ocorreu uma contínua elevação da sicidade das lamas.

Após o necessário período de secagem, a operação de recolha, transporte e encaminhamento das lamas, desenvolvida no âmbito da intervenção de limpeza dos fundos do rio Tejo, teve início no dia 2 de outubro, tendo sido concluída no dia 13 do mesmo mês. A Operação Tejo conduziu ao envio a destino final de 2.576.18 ton de lamas.



#### Qualidade da Água

A distribuição de uma água com qualidade e segura é uma preocupação da gestão da EPAL, na medida em que constitui um fator da maior relevância para a sustentabilidade e para a qualidade do serviço da empresa.

Garantir a qualidade da água em toda a extensão do sistema de abastecimento da EPAL, desde os recursos hídricos utilizados até à torneira do consumidor na cidade de Lisboa, constitui uma das maiores preocupações da EPAL, seguindo para este efeito uma política de boas práticas de operação e manutenção. Esta preocupação tem dois objetivos fundamentais: comprovar o nível de qualidade da água versus cumprimento da legislação em vigor e manter um controlo operacional que permita detetar possíveis anomalias na qualidade da água, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas/corretivas eficazes.

Os Laboratórios da EPAL, localizados em Lisboa e em Vale da Pedra, têm a sua origem remota no Laboratório da centenária Companhia das Águas de Lisboa (CAL), fundado nos anos 30 do século XX, com o objetivo de determinar, com os meios à data disponíveis, "a qualidade das águas captada, desinfetada e distribuída".

A capacidade analítica instalada nos laboratórios de ensaios da EPAL está sustentada numa rigorosa qualificação dos técnicos e no recurso a equipamentos de elevada capacidade de resposta e automatização, que permitem dar uma resposta rápida no âmbito do controlo da qualidade da água no sistema abastecimento da EPAL e no âmbito dos compromissos de prestação de serviços analíticos para clientes externos.

Os dois laboratórios de ensaios da EPAL dispõem de instalações e equipamentos de última geração, bem como de recursos humanos qualificados para executar, seguindo critérios de controlo da qualidade analítica rigorosos, a quase totalidade dos parâmetros da qualidade da água preconizados na legislação em vigor (em águas naturais, água para consumo humano, águas de piscinas e águas de processo), lamas, sedimentos, produtos químicos utilizados no tratamento e materiais de construção que entram em contacto com a água (utilizados nos sistemas de captação, tratamento e distribuição).

Os laboratórios de ensaio da EPAL estão acreditados desde 1999, segundo a Norma NP EN ISO/IEC 17025 - "Requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração", para as seguintes atividades:

- Colheita, preservação e transporte de amostras de água (águas de consumo humano e águas naturais destinadas à produção de águas para consumo humano);
- Análise de I 10 parâmetros da qualidade da água (correspondendo a 198 compostos), sendo que alguns parâmetros/espécies estão acreditados para mais de um método de ensaio;

- 135 métodos analíticos para ensaios em águas;
- Testes a materiais orgânicos em contacto com água para consumo humano, correspondendo a 8 diferentes métodos/normas.

A EPAL, no seguimento da sua preocupação com a melhoria contínua dos processos, dos sistemas e das tecnologias, implementou, em finais de 2007, um Plano de Segurança da Água (PSA) no seu Sistema de Abastecimento, seguindo as metodologias preconizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), numa perspetiva de análise e prevenção de riscos em sistemas de abastecimento de água. "A forma mais eficaz de garantir sistematicamente a segurança de um sistema de abastecimento de água para consumo humano consiste numa metodologia integrada de avaliação e gestão de riscos que englobe todas as etapas do abastecimento de água, desde a captação até ao consumidor" (OMS, 2004)

Em fevereiro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a 1.ª edição do PSA da EPAL, que se tornou numa ferramenta essencial na análise, prevenção e gestão de riscos no sistema de abastecimento da EPAL.

O PSA implementado contemplou a totalidade do sistema de abastecimento da EPAL, desde as áreas/bacias hidrográficas onde estão localizadas as origens que a empresa utiliza para produção de água destinada ao consumo humano até às torneiras dos consumidores finais (origens, captações, tratamentos, distribuição e rede predial dos clientes), e foi integrado na gestão de risco da empresa.

O PSA desenvolvido na empresa tem como objectivo garantir os requisitos relativos à qualidade e à quantidade da água para consumo humano no sistema de abastecimento da EPAL, identificando Boas Práticas Operacionais e Medidas Preventivas a implementar com base na identificação de perigos e análise

de riscos e sua mitigação, permitindo:

- Protecção da saúde dos consumidores;
- Cumprimento dos requisitos legais e das recomendações da OMS:
- Aumento da confiança e satisfação dos consumidores, melhorando a qualidade dos serviços, em particular no que respeita à pressão e aos caracteres físicos e organolépticos da água fornecida (estéticos, cor, cheiro e sabor);
- Abastecimento sem interrupções.

## Controlo da Qualidade da ÁGUA no Sistema de Abastecimento da EPAL

O controlo da qualidade da água no sistema de abastecimento da EPAL é assegurado, entre outros, através do Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL (PCQA). Este Plano integra as seguintes componentes:

- Controlo legal Controlo da qualidade da água nas Torneiras dos consumidores na cidade de Lisboa e nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de sistemas de abastecimento de água e a Clientes diretos abastecidos através do sistema de adução, conforme definido pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro;
- Controlo operacional/vigilância da qualidade da água realizado nas origens superficiais e subterrâneas, nos subsistemas de adução/transporte e em pontos fixos de amostragem instalados na rede de distribuição da cidade de Lisboa (reservatórios, estações elevatórias, etc.);

## DIAGRAMA DE FLUXOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DA EPAL



- Controlo dos processos de tratamento (água, efluentes e lamas) realizado nas estações de Tratamento de Água;
- Controlo dos produtos utilizados no tratamento de água.

#### Avaliação da Qualidade da ÁGUA

Em termos da avaliação da Qualidade da Água nas Origens, há a referir:

#### ■ Rio Zêzere - Albufeira do Castelo do Bode

A qualidade da água na Albufeira de Castelo do Bode integrase na Classe A3 para o parâmetro Fenóis e na Classe A2 para o parâmetro Coliformes totais. No entanto, a Fábrica da Asseiceira tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água desta captação.

#### ■ Rio Tejo - Valada Tejo

A qualidade da água do rio Tejo, em Valada Tejo, integra-se na Classe A3 para o parâmetro Coliformes totais. Para os parâmetros Coliformes fecais, Estreptococos fecais, Cor e Azoto amoniacal a qualidade da água desta captação integrase na Classe A2 e para os restantes parâmetros controlados na Classe A1. A ETA de Vale da Pedra tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água registada nesta captação.

#### ■ Captações subterrâneas

Águas mineralizadas e medianamente duras ou duras, cujos parâmetros cumprem na generalidade os valores da Classe AI, sem evolução assinalável na qualidade.

Os parâmetros da qualidade que excederam o Valor Máximo Admissível (VMA) definido para a Classe A1, no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, nas captações subterrâneas utilizadas na EPAL para produção de água para consumo humano, foram:

- Temperatura: Lezírias;
- Bário: Lezírias, Azambuja, Quinta da Vassala e Casais da Areia.

No entanto a mistura de água proveniente dos diferentes furos, com a água proveniente das ETA permite garantir a qualidade da água fornecida de acordo com a legislação em vigor.

#### Relativamente à Qualidade da Água Fornecida/Distribuída:

#### ■ Em Lisboa

A qualidade da água na torneira do consumidor cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, registando-se valores não conformes em 0,82% (78 incumprimentos) das determinações de parâmetros.

Em pontos de amostragem fixos instalados na rede de distribuição, o número de determinações efetuadas permitiu concluir que, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa, registando-se 0,20% de incumprimentos do total de determinações de parâmetros (32 incumprimentos).

A investigação de causas de ocorrência de incumprimentos nas toneiras do consumidor permite concluir que a maioria das situações não conformes se devem a problemas das redes prediais

#### ■ A Entidades Gestoras

Nas determinações efetuadas em amostras colhidas nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de Sistemas de Abastecimento de Água, registaram-se 0,34% de valores não conformes (53 incumprimentos).

No sítio **www.epal.pt** são divulgados mapas estatísticos das análises de demonstração de conformidade efetuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores e nos pontos de entrega a Entidades Gestoras, com periodicidades mensal e trimestral, respetivamente.

Ainda trimestralmente, dando cumprimento ao estabelecido em diplomas legais, procede-se ao envio a Entidades Gestoras de Sistemas de Hemodiálise, dos mapas estatísticos obtidos nas análises efetuadas em amostras de água colhidas em pontos de amostragem representativos do seu fornecimento.

#### Atividade Comercial

#### Clientes e Mercado

A EPAL abastece uma área superior a 7.000 km², com cerca de 2,9 milhões de consumidores, em 35 municípios (incluindo Lisboa).

EPAL | Relatório e Contas 2018 65/190

Os clientes abastecidos diretamente ultrapassam os 357 mil, A retoma da atividade económica e essencialmente o do número de clientes.

continuando a verificar-se um crescimento, ainda que ligeiro, crescimento dos estabelecimentos de alojamento local na cidade de Lisboa têm sido responsáveis pelo incremento no n.º de clientes do segmento de comércio e indústria.

		2016	2017	2018	Variação 2018/2017
Clientes Municipais (Municípios diretamente abastecidos)	n.°	17	17	17	0,0%
Clientes Multimunicipais	n.°	2	2	2	0,0%
Clientes Diretos (dentro e fora de Lisboa)	n.°	354.302	356.094	357.452	0,4%
Domésticos	n.°	303.582	304.423	303.836	-0,2%
Comércio e Indústria	n.°	44.223	45.144	47.261	4,7%
Estado, Câmara Municipal de Lisboa e Embaixadas	n.°	2.506	2.265	2.280	0,2%
Instituições	n.°	3.989	4.260	4.073	-4,4%
Unidades Militares	n.°	2	2	2	-100,0%
Municípios Abastecidos (em Alta, exclui Lisboa)	n.°	34	34	34	0,0%
Número de consumidores	n.°	2.843.632	2.850.476	2.859.927	0,3%
Lisboa	n.°	504.471	504.964	506.088	0,2%
Municípios	n.°	2.339.161	2.345.512	2.353.839	0,4%
Área total abastecida	km²	7.095	7.095	7.095	0,0%
Lisboa	km²	100	100	100	0,0%
Municípios	km²	6.995	6.995	6.995	0,0%

#### Vendas

#### Volume vendido

Em 2018 o volume vendido ascendeu a 195 milhões de m³, que representa uma redução de 8,9 milhões de m³ face ao volume de 2017.

		2016	2017	2018	Variação 2018/2017
Volume total vendido	m³	195.646.482	204.333.735	195.427.097	-4%
Clientes Diretos	$m^3$	52.107.596	52.569.436	50.592.122	-4%
Clientes Municipais	$m^3$	114.367.283	120.877.478	114.387.785	-5%
Clientes Multimunicipais	$m^3$	29.171.603	30.886.821	30.447.191	-1%

Verifica-se um decréscimo de 6,9 milhões de m³ (-5%) nos clientes municipais e multimunicipais e de 2,0 milhões de m³ (-4%) nos clientes diretos.

#### Níveis de Serviço

As suspensões de serviço com impacto em Clientes registaram um decréscimo no ano de 2018.

Suspensões de serviço com impacto em Clientes	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
Por tempo (h)	1.842	2.367	1.952	-415	-18%
Total Produção e Transporte	53	270	256	-14	-5%
Programadas	53	258	256	-2	-1%
Não programadas	0	12	0	-12	-100%
Total Distribuição	1.789	2.097	1.696	-401	-19%
Programadas	282	584	274	-310	-53%
Não programadas	1.507	1.513	1.422	-91	-6%
Por quantidade (n.°)	531	712	589	-123	-17%
Total Produção e Transporte	5	24	31	7	29%
Programadasw	5	23	31	8	35%
Não programadas	0	1	0	-1	-100%
Total Distribuição	526	688	558	-130	-19%
Programadas	64	105	61	-44	-42%
Não programadas	462	583	497	-86	-15%
Eficácia do serviço	2016	2017	2018	Variação 2	018/2017
Interrupções serviço > 4h - Municipais	4	19	19	0	0%
Interrupções serviço > 4h - Diretos	172	171	149	-22	-13%
Interrupções serviço > 12h - Municipais	1	9	8	-1	-11%
Interrupções serviço > 12h - Diretos	9	3	7	4	133%
N° de pontos de entrega afetados (>4h)	8	30	41	11	37%

#### Outros Serviços Prestados

#### Sistema de informação e gestão comercial – Aquamatrix:



O AQUAmatrix é um projeto criado no seio da EPAL em 1995, que teve o seu arranque em novembro de 1996. Desde então que a EPAL tem vindo a desenvolver a aplicação e a comercializá-la a outras entidades. Tem por objetivo melhorar o modelo de gestão através de uma

abordagem integrada da gestão comercial e técnica, suportada em sistemas de informação que garantem o aumento da eficiência e eficácia. Tem vindo a ser sistematicamente enriquecido com funções de mobilidade e incrementado ao nível da informação estratégica, operacional e tática.

No final de 2018 o AQUAmatrix apresenta uma quota de mercado nacional de 35% com 1,976 milhões de clientes finais.

Com a entrada de três novos clientes, SIMAS de Oeiras e Amadora, SMAS de Vila Real de Sto. António e o HUAMBO em Angola, estamos presente em 35 entidades gestoras de Água, Saneamento e Resíduos, com a responsabilidade na gestão comercial de 63 municípios.

No sentido de dar maior robustez e qualidade à operação AQUAmatrix está em conclusão o processo para obtenção da certificação ISO 27001.



Sistema de redução de perdas de água – WONE (Water Optimization for Network Efficiency):

O WONE® é um sistema que, com base na Implementação de zonas de monitorização e controlo e na análise dos respetivos dados de caudal e pressão, permite combinar processos e integrar a informação relevante para a gestão de redes e o controlo de perdas de água.

O WONE® é vocacionado para uma estratégia focada na eficiência, na redução de perdas e na otimização do sistema de abastecimento, cujos resultados são relevantes em termos económicos, sociais e ambientais. É suportado por uma aplicação informática que permite automatizar a integração dos dados de monitorização das Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC). A aplicação WONE® inclui indicadores de desempenho das ZMC, hierarquizando-as com base nos consumos totais diários e no consumo mínimo noturno, e possibilita análises de tendência e a geração de alertas de intervenção.

Durante o ano de 2018 a EPAL deu continuidade à prestação de serviços WONE para entidades públicas e privadas proprietárias de redes de abastecimento de água. Foram efetuadas prestações de serviços para 14 entidades, das quais 8 são entidades gestoras de distribuição de água e 6 são entidades públicas e privadas com redes de abastecimento ineficientes.

Os trabalhos realizados envolveram principalmente a realização de campanhas de deteção de fugas de água, a disponibilização de licenças do software de gestão de perdas WONE, bem como a realização de um trabalho de consultoria para avaliação de perdas de água numa rede de abastecimento de uma entidade estrangeira.

De referir que a 3 l de Dezembro de 2018, para além da EPAL e da AdVT, existiam mais 12 entidades gestoras com licenças WONE para monitorizar as suas redes de abastecimento de água.



Sistema de monitorização e alerta de consumos anómalos em redes privadas – Waterbeep:

O waterbeep<sup>®</sup> é um serviço inovador em Portugal através do qual é possível disponibilizar aos clientes informação sobre o consumo de água, permitindo-lhes otimizar o uso da água nas suas habitações, espaços comerciais, industriais ou escritórios. Este serviço inclui ainda a emissão de alertas, cujo envio pode ser efetuado por sms e/ou e-mail, sinalizando consumos de água diferentes do padrão habitual e ainda possíveis roturas, permitindo assim ao cliente minimizar as perdas e gastos desnecessários de água.

O waterbeep<sup>®</sup> apresenta-se em quatro modalidades, com diferentes níveis de detalhe de informação, podendo os clientes optar pela que melhor se adeqúe às suas necessidades.

As modalidades waterbeep<sup>®</sup> plus, pro e premium permitem a emissão de alertas, sendo os mesmos enviados aos clientes aderentes sempre que se verifiquem:

- Desvios significativos do padrão habitual de consumo de água
- Situações de consumos contínuos durante um período alargado de tempo, que poderão ser indicadores de roturas ou dispositivos abertos/avariados

Os parâmetros dos alertas são pré-definidos pela Entidade Gestora de Água especificamente para cada local, podendo ser personalizados pelo cliente a qualquer momento.

No âmbito do serviço Waterbeep, e com o objetivo de promover o consumo eficiente, concretizou-se a adesão de diversas entidades, tais como a Junta de Freguesia de Campolide, ISCTE e a Carris, sendo a adesão da Carris a de maior relevo, uma vez que, com esta entidade, o setor dos transportes a operar em Lisboa fica totalmente monitorizado pelo serviço Waterbeep.

Em setembro de 2018, a EPAL lançou uma nova modalidade, o waterbeep local, concebida especificamente para apoiar as Entidades Gestoras de Água e Municípios, facilitando a deteção de fugas de água, permitindo minimizar consumos e eliminar o desperdício deste recurso precioso, com impacto económico e ambiental significativo.

# billmeter

#### Billmeter®

Em 2018, a EPAL reforçou os seus produtos e serviços, com o lançamento de um novo sistema, o Billmeter, através do qual as entidades gestoras poderão gerir o parque de contadores. Este serviço poderá ser de extrema relevância, uma vez que reforça a capacidade das entidades no que refere às perdas aparentes, sendo uma ferramenta essencial na gestão do parque de contadores, bem como na priorização do investimento a afetar a este tema.

Billmeter® é uma aplicação informática pioneira que se assume como um reforço tecnológico no combate às perdas aparentes.

Esta metodologia de controlo ativo das perdas por erros de medição contribui para a gestão otimizada do Parque de Contadores, aumentando a eficiência e a rentabilidade do investimento.

Permite avaliar estatisticamente o desempenho individual de cada contador, recomendando a periodicidade ótima para a sua substituição.

Disponibiliza informação integrada e segmentada para diagnóstico do desempenho e da rentabilidade do Parque de Contadores.

Ao considerar variáveis como padrões de consumo, evolução dos erros de medição, custos associados ao contador e tarifário, classifica, estatisticamente, os contadores pelo potencial de recuperação de água não faturada, prevendo o tempo ótimo de serviço no final do qual, para que este potencial seja maximizado, se recomenda a substituição.

O Gestor poderá simular cenários com base nos erros de medição e padrões de consumo, já definidos na Biblioteca do Billmeter® ou a partir de Bibliotecas customizadas.

#### Fill Foreve

A "Fill Forever" é uma garrafa 100% nacional, inovadora, elegante, discreta, sofisticada, reutilizável, ecológica, ultra leve e funcional na sua utilização, concebida para receber e transportar a água da torneira.

Todos os pormenores do seu design foram considerados no seu desenvolvimento, de modo a otimizar a quantidade de material e energia utilizados na sua produção. Ao disponibilizar no mercado esta garrafa ergonómica a EPAL lança aos munícipes, clientes e público fill forever em geral, o desafio de se fazerem acompanhar sempre de água da torneira. Leve no preço. Leve no ambiente.

A "Fill Forever" foi já distinguida com o prémio iF Design Award, um dos prémios de design de maior prestígio a nível mundial, reconhecido internacionalmente há mais de 60 anos como um símbolo da excelência em design. O júri deste prémio avaliou cerca de 5.000 projetos provenientes de 53 países para determinar quais é que seriam merecedores do selo de excelência da iF.



Porque a água é para todos e as cores também, as garrafas Fill Forever Water Colors passaram a dispor de um inovador sistema de identificação de cores para daltónicos em que cada cor está associada a um código. Desenvolvida pela EPAL em parceria com a Color ADD, a garrafa Fill Forever # Color ADD foi criada a pensar nos 350 milhões de daltónicos, em todo o mundo, que representam cerca de 10% da população.

#### Garrafa Siza Lisbon Soul by EPAL:

A EPAL lançou em 2017 a Garrafa Siza - Lisbon Soul. Uma garrafa com assinatura de Álvaro Siza Vieira e mais uma criação da EPAL que pretende afirmar a excelência da água da torneira da cidade de Lisboa através de uma peça de design absolutamente exclusiva.

Fruto de uma parceria entre a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. e a AHP – Associação da Hotelaria de Portugal, a Garrafa Siza destina-se à divulgação junto do Turismo da cidade de Lisboa, hoje um dos destinos mais apetecíveis e onde a água da rede pública alcança níveis de qualidade exemplares, cumprindo as mais exigentes normas de qualidade nacionais e internacionais.

Esta peça caracteriza-se por contornos geométricos distintos, inspirados no património arquitetónico único da capital, com enfoque num dos seus monumentos mais emblemáticos — O

Castelo de São Jorge - posicionando-a como uma peça icónica, sob uma narrativa cativante enraizada na lenda da edificação da cidade a qual reza que havia no extremo ocidental da Europa, um lugar chamado Ofiusa — a Terra das Serpentes - governado por uma Rainha, meio mulher, meio cobra, escoltada por um exército de serpentes que envenenava quem ousasse disputar-lhe o trono.

A Garrafa Siza evoca, em linhas singulares, o património e a lenda. Mais do que uma forma bonita de beber a melhor água de Lisboa, esta peça de design é uma nova viagem. Inesquecível.

Com o lançamento da Garrafa Siza — Lisbon Soul, a EPAL pretende promover a excelência da qualidade da água da torneira da cidade de Lisboa, incentivando, assim, o consumo deste bem essencial à vida.

#### Lisbon Tap Water Bottle:

A Lisbon Tap Water é a nova garrafa da EPAL de design moderno, sóbria e fácil de manusear que vai conquistar qualquer ambiente em que esteja presente.

De vidro subtil e absolutamente cristalino, apresenta-se em sintonia com a vida da capital em permanente dinamismo e à procura de soluções de sustentabilidade.

tage tomeira

Pensada para espaços onde são realizadas Conferências e Seminários, pretende apoiar as Entidades que recebem diariamente participantes dos mais diversos países de mundo para eventos profissionais, académicos, culturais e lúdicos.

Por este motivo, a Lisbon Tap Water apresenta um rótulo bilingue, de afirmação universal de um hábito sustentável.

Com tampa hermética, capacidade de I litro, reflete uma escolha amiga do ambiente, convidando ao consumo de água da torneira, em qualquer local, um bem de excelência que cumpre os mais rigorosos padrões de qualidade nacionais e internacionais.



#### Academia das Águas Livres:

A Academia das Águas Livres foi criada pela EPAL e inaugurada em 4 de outubro de 2013, na sequência da tomada de consciência de uma lacuna em Portugal, ao nível da oferta formativa para quadros técnicos e operacionais do Setor da Água e Ambiente. Desta forma, e no âmbito da certificação da EPAL como entidade formadora pela Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), procura responder às necessidades deste Setor, o qual se encontra em permanente evolução e crescimento, exigindo cada vez mais qualificações teóricas associadas a competências adquiridas no meio empresarial.

A Academia das Águas Livres tem como missão, desenvolver e valorizar as competências de gestão, técnicas e comportamentais específicas dos quadros e técnicos que trabalhem ou venham a trabalhar em entidades do Setor da Água e Ambiente e pretende constituir-se como uma referência nacional, no que diz respeito ao desenvolvimento e partilha do conhecimento necessário a todos os que se preparam para intervir ou já intervêm na diversidade de Organizações e Instituições que integram este Setor.

Para o desenvolvimento da sua atividade formativa, a Academia dispõe de condições privilegiadas e flexíveis ao nível das infraestruturas, abrangendo, para além do edifício da formação com quatro salas devidamente equipadas e uma área de convívio para intervalos, espaços verdes sustentáveis e estacionamento. Conta ainda com uma bolsa de formadores altamente

especializados nas matérias abordadas nos cursos, assegurando a resposta e acompanhando de forma inovadora as constantes evoluções e necessidades do mercado onde opera.

#### Laboratórios de ensaio e amostragem:

Os Laboratórios de ensaio da EPAL, localizados em Lisboa (Laboratório de Lisboa) e na ETA de Vale da Pedra, têm a sua origem remota no Laboratório da centenária Companhia das Águas de Lisboa (CAL), fundado nos anos 30 do século XX, com o objetivo de determinar, com os meios à data disponíveis, "a qualidade da água captada, desinfetada e distribuída".

A Unidade de Apoio Técnico assegura a prestação de serviços de amostragem e de monitorização da qualidade das águas em água para consumo humano, águas de piscinas, águas de processo e águas naturais.

A Direção de Laboratórios e Controlo da Qualidade da Água da EPAL está acreditada desde 1999, segundo a norma NP EN ISO/IEC 17025 e possui o Certificado de Acreditação nº L0242, ao qual estão associados dois Anexos Técnicos, o L0242-1 relativo à área de amostragem, ao Laboratório de Lisboa e o L0242-2 relativo ao Laboratório de Vale da Pedra.

Os laboratórios de ensaio da EPAL são detentores de grande credibilidade no setor laboratorial nacional e europeu, facto que é comprovado pelas instituições que recorrem aos seus serviços analíticos, com especial relevância, a nível nacional, para a Administração Central, Direção Geral de Saúde (DGS), Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), autarquias, através das Câmaras Municipais ou dos seus Serviços Municipalizados e as empresas do Grupo AdP, entre outras.



#### myAQUA:

O myAQUA® é uma aplicação gratuita para smartphones que permite ao Cliente consultar e gerir os seus dados de contrato, comunicar leituras de acordo com as suas preferências, consultar contas da água, e muito mais. Permite, também, aceder a mais do que um contrato, podendo consultar e gerir a informação relativa a vários locais de consumo de forma simples, cómoda e com único código de acesso.

Este produto encontra-se em funcionamento em 14 entidades gestoras incluindo a EPAL, estando disponível para cerca de 1 milhão de clientes finais.



#### WattWater:

WattWater é a nova tecnologia 100% portuguesa, desenvolvida integralmente na EPAL, com o objetivo de promover a otimização da gestão energética em Entidades Gestoras de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, tendo sido lançada no mercado em 2015, durante o ENEG.

O WattWater é um SaaS (Software as a Service) que permite, de uma forma eficiente e inovadora, assegurar o complexo processo de integração dos dados relevantes para a monitorização das variáveis associadas à gestão de energia, constituindo-se como um sistema flexível, objetivo e intuitivo.

Esta nova aplicação de gestão tem como principais vantagens: automatizar a recolha e tratamento dos dados; efetuar a correlação entre o consumo de energia, os seus custos e os volumes movimentados. Permite ainda a configuração de alertas, por parte do utilizador, para qualquer uma das variáveis.

#### Manutenção de Contadores de Água e Medidores de Caudal:

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA assegura a gestão e manutenção do respetivo parque de contadores de água e de medidores de caudal, constituído atualmente por mais de 350.000 unidades, dando sequência à prática adotada, desde a sua fundação em 1868, pela Companhia das Águas de Lisboa.

Herdeira deste conhecimento, a Área de Laboratório de Contadores congrega competências nos domínios da medição, gestão do parque, planeamento da manutenção, reparação, controlo metrológico e calibração de contadores mecânicos de água fria e de medidores de caudal eletromagnéticos.

Para além dos trabalhos de reparação, ensaio e calibração de contadores e medidores de caudal prestados para a própria EPAL têm vindo a ser desenvolvidos trabalhos de idêntica natureza para outras entidades externas.

#### Sistema de Inspeções

A EPAL desenvolveu um Sistema de Gestão das suas

infraestruturas assente no desenvolvimento de uma metodologia de avaliação e monitorização da condição física dos ativos de construção civil ao longo do ciclo de vida (reservatórios, condutas, estações elevatórias,...), através da realização de Inspeções Sistemáticas e periódicas.

A atividade de Inspeções, encontra-se certificada, segundo o referencial normativo ISO9001:2008.

Os objetivos que se pretende atingir com esta atividade são:

- Assegurar a fiabilidade e segurança na Exploração dos Ativos
- Garantir Níveis de Serviço adequados aos Clientes
- Maximizar o ciclo de Vida dos Ativos
- Minimizar o custo de manutenção/investimento ao longo do ciclo de vida dos Ativo

#### CAL - Chave Águas Livres:

As redes urbanas de distribuição de água e de drenagem de águas residuais e serviços de incêndio são constituídas por um vasto conjunto de conexões, órgãos e acessórios, que devido à sua grande variedade, implicam a utilização de um número elevado de diferentes ferramentas para o acesso e manobrabilidade de todos os órgãos e acessórios (marcos de água, bocas-de-incêndio, válvulas, tampas, capacetes móveis, de vários tipos).

A EPAL projetou uma chave multifunções, manual, que conjuga várias ferramentas de forma ergonómica e não aleatória em função da configuração dos órgãos e acessórios e da sua disposição no terreno. Por conseguinte, reduz a mãode-obra, primando a mobilidade devido ao seu porte, em relação ao conjunto das ferramentas existentes e capacidade de maneabilidade nos mais variados trabalhos aquando da necessidade premente de executar várias manobras sequenciais.

Dada a universalidade da chave multifunções e a estandardização dos órgãos e acessórios, esta poderá ser utilizada por um elevado número de entidades gestoras de distribuição de água e de drenagem de águas residuais, assim como de equipas de combate a incêndios.

A CAL - Chave Águas Livres, foi premiada com Project Innovation Awards of the International Water Association (IWA), na categoria Pequenos Projetos.

#### Comunicação com Clientes

Ao longo do ano de 2018 a EPAL prosseguiu a sua estratégia de aproximação ao cliente e de promoção do uso eficiente da água, nomeadamente:

#### Iniciativas de Comunicação com o Cliente e público em geral:

#### ■ Campanhas waterbeep 2018

Para incentivar os clientes a pouparem água, a EPAL implementou uma campanha oferecendo 12 meses gratuitos do serviço.

A campanha teve início em agosto, com o mote "Férias não são férias sem o seu waterbeep. Relaxe... os seus consumos estão sob controlo!", sensibilizando os clientes para a importância da redução do desperdício mesmo quando vão de férias.

No 5° aniversário do waterbeep, iniciou-se a segunda fase da campanha, com o mote "waterbeep vê o que ninguém vê!", alertando para o facto de que a "Água silenciosa é sempre perigosa", ou seja, uma rotura não visível reflete-se na conta da água. E o waterbeep pode ajudá-los a detetar as roturas através dos alertas de consumo.

No Dia Mundial da Poupança, em 31 de outubro, a EPAL realizou ações sobre o uso eficiente da água, sensibilizando os clientes para o facto de que este comportamento também se reflete em poupança de dinheiro. Neste dia foi distribuído um "kit Poupança waterbeep" nas Lojas EPAL.

#### ■ Campanha "A água é essencial à vida!"

A EPAL, em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa e a Carris, lançaram no início de 2018 uma campanha de incentivo à poupança de água. Sob o mote "A água é essencial à vida!", esteve patente em todos os meios próprios de cada uma das entidades, incluindo nos autocarros da Carris, e pretendeu sensibilizar a população e os turistas para a importância de mudar comportamentos, uma vez que a água é o único bem sem o qual não se pode viver.

#### ■ Campanha de Incentivo Consumo Água da Torneira em Entidades Públicas e Privadas

Em 2018 o desafio do consumo de água da torneira conquistou mais de 45 Entidades Públicas e Privadas que passaram a consumir, em exclusivo, água da torneira nas áreas comuns das suas instalações.















A vida só continua enquanto houver água.

CUIDA MELHOR DO QUE É PRECIOSO. CUIDA MELHOR DA ÁGUA.













**ECO EPAL** 

De 7 de dezembro de 2017 a 1 de fevereiro de 2018, ao aderi à **fatura por e-mail** e/ou ao **serviço waterbeep**®, ganha dois VALES 3 EXPERIÊNCIAS (oferta imediata). Não perca mais tempo e adira já! Descontraia numa sessão de beleza, desfrute de um momento na natureza ou supere-se

Para aderir à **fatura por e-mail** indique o código de Cliente, um

- Adira já através de: · Site EPAL | www.epal n
- EPALnet | www.engl.pt
- · myAQUA | app gratuita
- E-mail | atendimento@epal.pt, com o assunto "Adesão à fatura por e-mail"
- Lojas EPAL | Sede e Loja do Cidadão das Laranjeiras • Linha de Atendimento a Clientes | 213 221 111 (24h/todos os dias)
- e adira a este serviço que lhe permite controlar os seus consumos de água. Periodo mínimo de adesão: 24 meses (apenas para







QUEM AMIGO É ©

QUEM TE AVISA.









Em complemento de Entidades como a ASAE, a Caixa Geral de Depósitos e o Estado-Maior da Armada da Marinha, este ano tivemos um acréscimo significativo nas áreas hospitalar e no ensino superior, representando segmentos relevantes e com capacidade de influenciar os consumidores positivamente, tendo-se juntado a nós:

Na área da saúde: O Instituto Português do Sangue e da Transplantação, o IPO - Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, o Centro Hospitalar Norte – que inclui os Hospitais de Santa Maria e o Pulido Valente, o Hospital da Cruz Vermelha e o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo lorge.

No âmbito académico: o CESEM - Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - NOVA FCSH, a AESE - Business School, a Lusófona, o Instituto Superior Técnico, a NOVA Medical School e o INOV INESC INOVAÇÃO – Instituto de Novas Tecnologias.

## ■ Campanha Incentivo Consumo Água nos Centros de Congressos

Para promover o consumo de água da torneira nos Centros de Congressos e Hotéis de Lisboa, mostrando a quem nos visita que Lisboa dispõe de água de excelente de qualidade, a EPAL lançou a garrafa Lisbon Tap Water Bottle. Esta ação pretende apoiar as entidades com estas características a proporcionar escolhas mais ecológicas e minimizadoras de desperdício.

#### ■ Campanhas Aguadeiros 2018

Entre outras campanhas de incentivo ao consumo de água da torneira contam-se ações de rua com Aguadeiros, disponibilizando este bem ao natural ou aromatizada, atestando a confiança aos consumidores. Neste âmbito, a EPAL fez a ativação de marca no Dia Mundial da Água com a ação de rua "Um copo de água em troca de um sorriso", bem como no Dia Mundial da Alimentação Saudável onde foi feita a sensibilização com oferta de água da torneira aromatizada no Mercado de Alvalade. Outras ações realizaram-se no Festival Solar, nos Concertos para a Comunidade, nas visitas à Operação Tejo em Vila Velha de Ródão, na Feira Internacional de Cruzeiros na FIL Seatrade e nas ações de rua da Semana Europeia da Mobilidade.

### ■ Campanha ECO EPAL

A campanha ECO EPAL teve como lema "Ser ecológico é pensar no futuro. Uma ação sustentável, um ambiente melhor para todos" e pretendeu recompensar os Clientes pela sua

preocupação ecológica, premiando os que aderissem à fatura por e-mail e/ou ao waterbeep.

A iniciativa teve a duração de 6 meses alcançando cerca de 13 mil aderentes. A todos os Clientes que efetuaram a adesão a estes serviços amigos do ambiente, foram oferecidos Vales para usufruto de 3 Experiências de Beleza & Bem-estar, Atividades na natureza e ao Ar Livre e Atividades Desportivas refletindo uma iniciativa pioneira e reconhecida pelos clientes como interessante ao possibilitar o gozo de experiências à sua escolha, no âmbito de centenas de promotores ativos no mercado.

Os resultados possibilitaram a redução de cerca de 120.600 faturas impressas por ano.

## ■ Campanha "Torne a sua Água mais irresistível"

No Dia Nacional da Água a EPAL lançou um novo folheto de receitas de água da torneira com frutas, ervas ou especiarias, tendo promovido uma ação nas Lojas EPAL sensibilizando os clientes para diversos truques que podem fazer, deixando-os entusiasmados para experimentarem em suas casas. Neste dia a EPAL criou um passatempo no Facebook que levou à realização de uma ação com 50 pessoas na Academia das Águas Livres, tendo sido mais tarde repetido dado o sucesso alcancado.

Com esta iniciativa a EPAL evidencia o seu compromisso de interação com a sociedade, aliando a promoção da qualidade da água às rotinas da vida quotidiana onde a água marca a sua

## ■ Campanha "Quem te avisa teu amigo é"

A EPAL lançou a campanha "Quem te avisa teu amigo é" de incentivo ao consumo de água da torneira tendo os jovens festivaleiros como público-alvo. No verão são muitos os adolescentes que percorrem o país para os festivais e, mais especificamente, para o Sudoeste.

Decidimos incentivar o consumo da água da rede pública e mostrar que em qualquer circunstância é sempre uma boa opção.

No âmbito da promoção dos produtos e serviços da EPAL:

## ■ Fill forever

A "Fill Forever" é uma garrafa de design nacional exclusivo da EPAL, concebida para receber e transportar a água da torneira de forma ecológica e funcional.

Este ano para comemorar os 150 Anos da EPAL foi lançada uma edição especial de cor dourada com o logotipo comemorativo. Foi ainda lançada a edição especial alusiva ao Pátio da Água Móvel. Com um volume anual de vendas de 20 mil unidades, a "Fill Forever", para além de um produto que se encontra disponível para venda, foi um dos veículos de excelência de comunicação do esforço que a EPAL tem vindo a fazer no sentido de sensibilizar a população para o consumo da água da rede pública.

Com o objetivo de incentivar o consumo da água da torneira e valorizar a marca EPAL, foram estabelecidas parcerias com entidades como a RTP, as Escolinhas de Padel da Direção Geral de Educação, o Festival Solar, Ações de Sensibilização no Dia da Obesidade, entre outras.

## ■ Fill Forever - Projeto Vending Machine na Loja do Cidadão – Protocolo AMA

A EPAL e a AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I.P. assinaram um Protocolo de Sustentabilidade Ambiental, que visa criar sinergias entre ambas as entidades, partilhando um conceito de responsabilidade e de sustentabilidade ambiental através da promoção e reforço dos valores ambientais junto de todos os utentes da Loja do Cidadão das Laranjeiras, designadamente, através do incentivo ao consumo da água da torneira e sensibilização para o uso eficiente da água.

Com a concretização deste projeto, a Loja do Cidadão das Laranjeiras foi o primeiro espaço público onde a EPAL disponibilizou uma máquina de venda das garrafas reutilizáveis Fill Forever e ainda um bebedouro.

Foram ainda criados suportes com mensagens e design apelativo para disponibilização nos locais apropriados, sensibilizando para uma correta utilização da água.

A EPAL atribuiu à AMA o Selo de Referência de Sustentabilidade Ambiental "Aqui bebo água da torneira", reconhecendo-a, assim, como um espaço com preocupações ambientais.

#### ■ Garrafa Siza - Lisbon Soul

A garrafa de assinatura Álvaro Siza lançada em 2017 é fruto de uma parceria entre a EPAL a AHP — Associação da Hotelaria de Portugal, pretendendo promover a excelência da água da torneira junto dos turistas que nos visitam.

De assinalar em 2018 a sua comercialização através da plataforma online Planetiers, possibilitando a sua venda para todos os pontos do país, continente e ilhas e, em breve, também para o estrangeiro.

Desde o seu lançamento, foram vendidas cerca de 800 unidades, adquiridas por hotéis, restaurantes, empresas e particulares.

### ■ Waterbeep

O waterbeep é um serviço que disponibiliza aos clientes informação sobre o seu consumo de água, permitindo-lhes otimizar o uso da água. Apresenta-se em quatro modalidades, home, plus, pro e premium, com diferentes níveis de detalhe de informação.

Em setembro de 2018, a EPAL lançou uma nova modalidade, o waterbeep local, concebida especificamente para apoiar as Entidades Gestoras de Água e Municípios em Portugal ou no estrangeiro, facilitando a deteção de fugas de água, permitindo minimizar consumos e eliminar o desperdício deste recurso precioso, com impacto económico e ambiental significativo. O lançamento desta nova modalidade realizou-se no 1º Salão de Inovação e Tecnologia da Água - H2Orizon, em Sevilha, que visou promover a cooperação entre empresas nacionais e internacionais com a divulgação dos avanços tecnológicos determinantes para o futuro do setor da água, e que, em 2018, teve como tema principal a "Gestão eficiente da água no mundo digital".

Ao longo do ano desenvolveram-se várias iniciativas de promoção deste serviço. A primeira, a campanha ECO EPAL visou recompensar os Clientes pela sua preocupação ecológica, premiando os que aderissem ao serviço waterbeep com Vales 3 Experiências, resultando em 255 adesões.

Outra iniciativa foi a campanha implementada entre agosto de 2018 e fevereiro de 2019, que ofereceu 12 meses gratuitos do serviço. Também no Dia Mundial da Poupança, 31 de outubro, a EPAL realizou ações orientadas para esta temática, tendo distribuído aos clientes um "kit Poupança waterbeep" nas Lojas.

Lançado em 2013, este serviço inovador conta já com 8.227 adesões, das quais 83,7% waterbeep home, 13,7% waterbeep plus, 2,3% waterbeep pro e 0,3% waterbeep premium.

## ■ myAQUA

O myAQUA é uma aplicação desenvolvida pela EPAL que permite aos seus clientes fazer a gestão do seu contrato, comunicar leituras, consultar contas de água e muito mais através de um smartphone. Esta app, criada em 2014, é uma aposta tecnológica de aproximação ao mercado, conta já com 76.226 utilizadores.

Em 2018, o myAQUA foi promovido nas Redes Sociais e nas Lojas EPAL, tendo também sido divulgado através da iniciativa "Corrente pela Água", no Congresso Mundial da IWA em Tóquio, e no 1º Salão de Inovação e Tecnologia da Água - H2Orizon, em Sevilha.

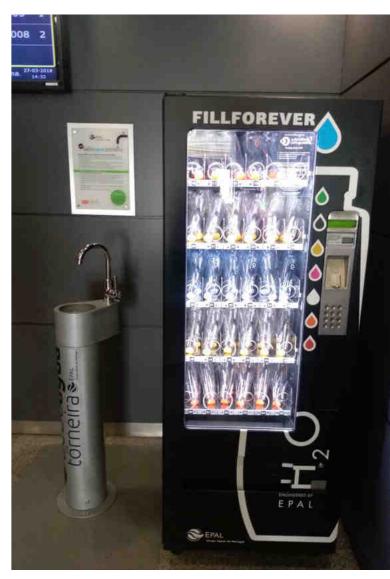
O myAQUA está também implementado noutras entidades gestoras, servindo o universo de clientes destas — SIMAR Loures e Odivelas, grupo AQUAPOR, SMAS de Torres Vedras e SMAS de Vila França de Xira.

## ■ Lançamento do Billmeter

O serviço inovador que se destina a apoiar o combate às perdas aparentes Billmeter foi lançado em Tóquio na Feira do Congresso da IWA de 2018 onde a EPAL esteve presente para partilhar com o setor internacional da água os seus produtos e serviços para apoiar a eficiência das entidades gestoras.

O Billmeter considera variáveis como padrões de consumo, evolução dos erros de medição, custos associados ao contador e tarifário, classificando, estatisticamente, os contadores pelo potencial de recuperação de água não faturada, prevendo o tempo ótimo de serviço no final do qual, para que este potencial seja maximizado, se recomenda a sua substituição. Este software, totalmente concebido pela EPAL, é uma ferramenta essencial à gestão e otimização do Parque de Contadores, dotando as Entidades de capacidade de simulação de cenários nos quais, com base numa análise de custo/ benefício, é possível definir prioridades de investimento para a renovação do parque, visando reduzir as perdas económicas e atingir um maior equilíbrio entre a água fornecida, medida e faturada.

A nova aplicação já está disponível no mercado para as Entidades Gestoras que pretendam utilizar esta ferramenta no combate às suas perdas aparentes.





## Investimentos, Gestão de Ativos e Manutenção

#### Investimentos

O investimento global, em 2018, foi de 12,4 milhões de euros e a sua execução centrou-se sobretudo ao nível da construção e reabilitação de infraestruturas. Destaca-se neste âmbito, a conclusão do projecto de "Melhoria da Qualidade do Tratamento da ETA de Vale da Pedra", que foi comparticipado pelo POSEUR em, cerca de 5,5 milhões de euros e representou um investimento total próximo dos 13 milhões de euros,

assegurando a introdução de melhorias na ETA e permitindo o aumento da qualidade da água fornecida e da resiliência do sistema de produção, adução e abastecimento da EPAL. Salientam-se igualmente as obras de reabilitação Obras de reabilitação do Adutor Vila Franca Telheiras no valor de 3,1 milhões de euros, a reabilitação das condutas da rede de distribuição, correspondendo a cerca de 1,2 milhões de euros e traduzindo os esforços realizados para assegurar uma continua e efetiva articulação com o Município de Lisboa na execução das obras de renovação da rede de distribuição da cidade.

O quadro seguinte sintetiza os investimentos do último triénio:

Valores em EUR	2016	2017	2018
Garantia da Capacidade	299.415	440.507	364.716
Ampliação da rede de Distribuição	285.428	347.999	339.253
Outros	13.987	92.507	25.463
Garantia da Fiabilidade e Segurança	6.015.418	4.429.952	5.965.326
Renovação da Rede de Adução	2.799.385	421.510	3.573.999
Renovação da rede de Distribuição	1.167.734	1.440.959	1.207.447
Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios	1.115.397	1.403.122	325.762
Contadores	746.488	830.153	526.137
Outros	186.414	334.207	331.982
Garantia da Qualidade	4.772.186	9.937.519	2.159.841
Reabilitação da Est. Tratamento de Vale da Pedra	4.492.294	9.374.555	2.071.687
Outros	279.892	562.964	88.154
Sustentabilidade e Inovação	484.645	312.465	546.733
Sistema de Gestão de Lamas	473.882	95.618	363.927
Eficiência Energética	7.701	1.672	156.559
Outros	3.061	215.175	26.247
Tecnologias de Informação e Comunicação	640.677	394.366	777.885
Infraestruturas e Telegestão	106.204	452.723	556.528
Hardware e Software	39.183	157.051	476.183
Aquamatrix	216.209	168.111	239.698
Outros	32.771	0	63.030
Outros Investimentos	992.812	418.485	2.036.858
Adaptação de Instalações	710.270	227.651	1.455.349
Outros	282.542	190.834	581.509
TOTAL	12.958.842	16.316.813	12.408.914

Dos investimentos realizados no ano destacam-se os seguintes:

- Obras de reabilitação do Adutor Vila Franca Telheiras (Troços 2 e 3 - Bairro da Mata e São João dos Montes) –
   3.1 milhões de euros:
- Reabilitação da ETA de Vale da Pedra 2,1 milhões de euros:
- Reabilitação das condutas da rede de distribuição 1,2 milhões de euros:

- Remodelação das instalações no recinto de Vila Franca de Xira – 0,5 milhões de euros;
- Aquisição e instalação de Contadores 0,5 milhões de euros

Os principais investimentos concluídos e com entrada em exploração foram:

- Reabilitação da Estação de Tratamento de Vale da Pedra
   16.4 milhões de euros:
- Reabilitação e Ampliação da Rede de Distribuição 2,2 milhões de euros;
- Reabilitação do Reservatório da Charneca 0,5 milhões de euros;
- Remodelação das instalações no recinto de Vila Franca de Xira – 0,5 milhões de euros.

Ao longo do ano foram iniciadas diversas empreitadas a realizar no ano de 2018 e seguintes, destacando-se:

- Em março, foram iniciados os trabalhos na empreitada "Adutor de Vila Franca de Xira/Telheiras - Recuperação dos Troços 2 e 3 - Bairro da Mata e São João dos Montes", cujo valor de adjudicação foi de 3,3 milhões de euros;
- Em junho teve inicio a nova Empreitada Geral de Obras de Reabilitação da Rede e Adutores da Distribuição de Água a Lisboa, adjudicada por 2,0 milhões de euros;
- No mês de julho, foi consignada a Empreitada de Conceção Construção do Parque de Armazenamento Temporário de Lamas Desidratadas na ETA de Vale da Pedra, cujo valor de adjudicação foi de 0,8 milhões de euros;
- A Empreitada de Requalificação do Edifício Social no Recinto do Parque das Nações, teve início no mês de novembro, tendo sido adjudicada pelo valor de 0,6 milhões de euros.

Assinala-se ainda a celebração de protocolos de cooperação com a Ordem dos Engenheiros e com a Ordem dos Arquitetos, com o objetivo de estreitar o relacionamento com estas entidades e dinamizar projetos, incluindo um concurso de conceção para um edificado de elevado impacto na zona das Amoreiras, em Lisboa.

### Gestão de Ativos

A Gestão de Ativos na EPAL tem como função assegurar uma gestão integrada dos ativos da empresa, procurando garantir o equilíbrio entre a eficácia e eficiência operacional dos mesmos e promovendo a articulação de todas as áreas que desenvolvem atividades em cada uma das fases do respetivo ciclo de vida.

A atividade durante o ano de 2018 foi bastante diversificada, destacando-se sobretudo a transversalidade tida com as restantes áreas da empresa, através do apoio continuo prestado.

No âmbito do **cadastro técnico e geográfico**, destacam-se o desenvolvimento e acompanhamento de campanhas de reinventariação de diversas instalações da empresa, operacionais e não operacionais, e a contínua atualização das ferramentas de gestão de ativos, nomeadamente das ferramentas de suporte à manutenção.

Em relação à **gestão de perdas**, a realização de diversos projetos, destacando-se:

- o desenvolvimento do modelo hidráulico da rede de distribuição de Lisboa, expandido a sua área de influência desde Vila Franca de Xira, de modo a permitir a sua posterior utilização no Plano Geral da Rede e no Plano Diretor da Adução;
- a implementação de ligeiras melhorias na rotina de análise de suspensões na rede de distribuição de forma a melhorar a análise de risco que informa as áreas de renovação a constar no Plano Anual de Investimentos;
- o desenvolvimento de uma aplicação específica para fornecer os valores de pressão aos clientes e projetistas com base nos dados simulados no modelo hidráulico;
- a colaboração com a AdP Internacional e a COBA na elaboração do Plano de Setorização e Monitorização da rede de Pemba, Moçambique;
- a participação no Projeto colaborativo entre a Águas de Portugal e a Aarhus Water.

No que respeita à atividade do laboratório e oficina de contadores, procedeu-se à renovação da qualificação de Reparador Qualificado de contadores de água e de Organismo de Verificação Metrológica (OVM) de contadores de água. Manutenção da acreditação do laboratório de ensaios e calibração de contadores de água e medidores de caudal eletromagnéticos.

No que concerne à **gestão de energia**, salientam-se a monitorização da implementação do Plano corporativo de Eficiência e Produção de Energia, o acompanhamento do projeto corporativo Solar III (plano corporativo de redução de energia reativa e potência contratada) e a coordenação do Projeto ETA da Asseiceira 0%, apoiando a preparação de peças de concurso para empreitadas.

No âmbito de **gestão de informação e estudos**, destaca-se o desenvolvimento de atividades necessárias à certificação da EPAL pela norma ISSO 55000 – Gestão de Ativos.

## Manutenção de ativos

A atividade de manutenção na EPAL é essencial para manter a segurança e a fiabilidade dos equipamentos instalados, de modo a garantir uma produtividade contínua, assegurando assim a competitividade da empresa nos serviços que presta.

Concretizou-se em 2018 a centralização da gestão das intervenções no Centro de Intervenções dos Olivais, estando já prevista uma segunda fase que abrangerá o sistema da Águas do Vale do Tejo. Destaca-se igualmente a implementação e uniformização dos sistemas de proteção online de equipamentos elétricos, nomeadamente nos transformadores e motores SCADA, bem como ao nível da manutenção preditiva dos grupos de eletrobombas e transformadores, a monitorização de caudal, pressão, temperaturas, etc, o que visa permitir dotar a área técnica de informação instantânea que apoie a decisão de determinar os momentos mais adequados para se proceder às intervenções necessárias.

Foram ainda efetuadas diversas intervenções, salientando-se as seguintes:

- Beneficiação em fábrica, instalação e colocação em serviço dos dois transformadores da subestação do Castelo do Bode e de Vila Franca de Xira;
- Revisão geral profunda aos flotadores da ETA da Asseiceira;
- Trabalhos de reparação de roturas, entre outras as detetadas no âmbito do Projeto Sahara/Smartball, que se desenvolveram a partir do final de 2017 até ao final de 2018;
- Adutor Telheiras /Alto Carenque Troço Bairro Padre Cruz/Moinhos Funcheira -substituição de mangas termoretrácteis aplicadas no autoportante da lixeira da Boba e o tratamento das juntas de dilatação;

- Obras de ampliação e reabilitação da rede de distribuição de Lisboa – ampliação em cerca de 3,8 km, tendo sido executados 556 novos ramais. Foram ainda reabilitados pela área de manutenção 1,96 km de condutas, nas seguintes artérias da cidade: Av. 5 de Outubro, Estrada da Póvoa (SGAL), Rua José Pinheiro e Melo, Calçada de Santo Amaro, Rua Aprígio Mafra (2ª fase) e Azinhaga da Fonte Velha;
- Manutenção de grupos eletrobomba planeamento das intervenções resultantes da análise da evolução dos dados da manutenção condicionada;
- Prosseguimento da estratégia de recuperação e melhoria das infraestruturas do Oeste, tais como a Estação Elevatória de Alenquer IV e as instalações do Reguengo Grande e da Galharda;
- Uniformização de sistemas de gestão da manutenção Máximo/Aquaman.

## Sustentabilidade e Segurança

Durante o ano de 2018 a Direção de Sustentabilidade Empresarial prosseguiu com a sua missão, destacando-se aqui os focos principais do seu contributo em atividades organizadas internamente, pelo Grupo e/ou por entidades externas, sempre com o objetivo de promover/implementar melhorias na empresa e para ir ao encontro das expetativas e necessidades dos seus *Stakeholders*, concretamente:

- Realização de simulacro de continuidade de negócio promovido pela EPAL, para testar o cenário de rotura no abastecimento e que contou com a colaboração da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, da Proteção Civil e da GNR. Esta ação, para além de criar sinergias entre as diferentes entidades envolvidas, pretende simular todos os passos que devem ser realizados, em casos de roturas, com o compromisso de manter o abastecimento à população através das alternativas criadas;
- Reforço na aquisição e implementação de sistemas de Rádio SIRESP para apoio nas situações de gestão de crise e emergência;
- A manutenção da certificação do sistema de gestão integrado Qualidade, Ambiente e Segurança (QAS) garantiu o cumprimento dos compromissos da Política de Gestão, no que se refere ao reforço da satisfação, necessidades e ex-

pectativas dos seus trabalhadores e das suas trabalhadoras a preservação da condição humana, através da avaliação e controlo dos perigos e riscos ao nível da saúde e segurança das pessoas;

- Manutenção da Certificação do Sistema de Gestão de Energia da EPAL, e a respetiva extensão à Águas do Vale do Tejo, implementado de acordo com o referencial ISO 50001, que compromete a organização na definição de ações para reduções no consumo, em função dos resultados obtidos na avaliação do desempenho energético de usos e equipamentos significativos e na procura de elevada taxa de eficiência:
- Colaboração na implementação e certificação do Sistema de Gestão de Ativos, de acordo com o referencial normativo NP EN ISO 55001:2016, cujo âmbito é "Abastecimento de água para consumo humano, incluindo a respetiva captação, tratamento, armazenamento, transporte e distribuição, comercialização e atividades relacionadas desenvolvidas na área de intervenção da EPAL". Trata-se de uma certificação parcial, abrangendo as atividades e instalações operacionais da EPAL, nomeadamente o portfolio de Grandes Naturezas de Ativos;
- Objetivando a eficiência energética manteve uma participação ativa na campanha interna designada por, Juntos Somos
   + Energia, com incidência nos equipamentos administrativos, alertando os utilizadores para os cuidados diários, concretamente: "Antes de abandonar o seu local de trabalho, não se esqueça de desligar os equipamentos elétricos";
- Durante 2018 foi retomado o tratamento da temática da Auscultação dos Stakeholders, processo iniciado em 2010, no âmbito da elaboração do Plano de Segurança da Água. Elaborou-se um Mapa de Auscultação das Partes Interessadas, estando prevista a realização da análise dos temas materiais e a consulta formal dos stakeholders durante o ano de 2019.

No sentido de manter ativa a Política de Gestão da Prevenção da Segurança foram realizadas várias atividades, concretamente:

 Avaliação de riscos e definição das respetivas medidas de controlo em inúmeras infraestruturas; Implementação de ações de melhoria e minimização dos riscos identificados através de trabalhos conjuntos com outras direções no sentido das condições de trabalho adequadas em estreita colaboração com os/as trabalhadores/as através dos seus representantes;

- Consulta aos representantes dos trabalhadores em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho designadamente através de sugestões apresentadas, reuniões e visitas às instalações realizadas com os representantes, eleitos, em matéria de SST;
- Elaboração e revisão das Medidas de Autoproteção referentes a diversos recintos/infraestruturas;
- Acompanhamento de trabalhos de risco considerado como elevado;
- Implementação de procedimentos relativamente ao transporte de mercadorias perigosas;
- Aquisição e instalação de diversos equipamentos de proteção coletiva e individual para prevenção de quedas em altura;
- Realização de ações de sensibilização para os principais riscos e medidas de controlo para a proteção da queda em altura e atividades em espaços confinados, atuação em caso de emergência, com a participação de várias direções;
- Avaliação risco ATEX;
- Otimização de processos, de revisão de procedimentos de atuação e mesmo de divulgação de informação aos trabalhadores, fornecedores e visitantes no que diz respeito à Política de Prevenção de Acidentes Graves envolvendo Substâncias Perigosas implementada;
- Coordenação do Grupo de Trabalho de Riscos Elétricos;
- Coordenação do processo de gestão do risco empresarial;
- Realização de simulacros na ETA da Asseiceira, Recinto de Vila Franca de Xira, Sede, Galerias Subterrâneas e resgate em altura para treinar os trabalhadores/as na resposta em situações de emergência, foi uma aposta clara na prevenção, alguns deles com participação de entidades externas (Bombeiros). Em colaboração com a Direção de Sistemas de Informação foi levado a cabo um simulacro de resgate em altura para testar a capacidade de resposta de equipa;
- Comemoração da "Semana Europeia da SST", dando relevância à Proteção contra Riscos Elétricos", foi um tema da maior importância. Nesse âmbito foi entregue uma mochila com EPI específicos aos trabalhadores que se dedicam a atividade desta natureza.

A realização de Palestras e Workshops, com participação de uma ou várias direções, da EPAL, sobre temas relevantes para as direções e para a empresa, objetivando o envolvimento de todos/as os/as intervenientes, através de debates participados e construtivos, de que são exemplo, a Igualdade de Género, o Reporte não Financeiro, o Envolvimento de *Stakeholders* e a Radicalização Terrorista em Ambiente Organizacional, entre outros.

A EPAL aliou-se ainda ao Dia Internacional Sem Sacos de Plástico e, no âmbito da efeméride, foram distribuídos a todos/as os/as trabalhadores/as e subcontratados/as sacos em lona com a frase alusiva "#diganãoaoplástico", com o objetivo de promover o hábito de cada um trazer consigo, no dia-a-dia, um saco multiusos, em detrimento do uso do saco plástico. Conjuntamente com o saco de lona foi distribuído o "Guia para o Desperdício Zero", contendo dicas para um consumo mais responsável e gerador de menos resíduos, nomeadamente de plástico.

Sob o slogan "Juntos pelo Ambiente" foram também afixados em todas as zonas de refeitório e copas cartazes contendo "9 razões para dizer não ao uso de plástico", e "9 dicas para viver com menos plástico". No âmbito da mesma campanha teve início a preparação de um processo para atualização dos meios de contentorização e de recolha de resíduos existentes nas zonas administrativas, dotando-as de condições adequadas à separação das frações papel, orgânicos e plástico, visando a promoção da recolha seletiva em todos os postos de trabalho e locais comuns da EPAL e da AdVT.

Em colaboração com a Direção de Recursos Humanos, foram organizadas ações de formação vocacionadas para o exercício das funções e das medidas de prevenção dos riscos associados às atividades dos trabalhadores, nomeadamente no que respeita aos trabalhos em espaços confinados e em altura, aos riscos elétricos e à ergonomia. Foi dado, também, enfoque especial na resposta à emergência.

No âmbito da participação no iGen— Fórum de Empresas para a Igualdade de Género foram renovados, no final de 2018, os compromissos da empresa e estabelecidas medidas e ações para a igualdade, a desenvolver em 2019.

A EPAL voltou a colaborar com a AdP e a Fundação Girl Move e acolheu mais uma jovem Moçambicana, no âmbito deste projeto internacional.

Efetuou-se o lançamento da Campanha Somos Igualdade de Género com a realização de um workshop sobre a temática, com a participação de diversas oradoras especializadas na matéria.

A EPAL assinou também um Protocolo de cooperação com a PWN LISBOA (Professional Women Network), uma associação profissional que tem como objetivo a criação, realização e desenvolvimento de todo o tipo de atividade destinada a promover e salientar a função profissional da Mulher no mercado de trabalho. O Protocolo visa a cooperação entre as duas instituições, através da troca de informações, da articulação de posições e da concretização de uma parceria com vista à definição das políticas internas nas empresas, nomeadamente em matérias como, a sensibilização, educação e formação profissional orientadas para a promoção e ascensão da Mulher na carreira profissional. A EPAL terá a oportunidade de beneficiar de iniciativas como Workshops, Programas de Mentoring, Programas de Leadership, Formação, Cursos digitais e Eventos.

Concretizou-se a formalização das regras para linguagem inclusiva no Guia orientador para uma linguagem promotora da igualdade entre mulheres e homens, a ser utilizado transversalmente, na EPAL, e que foi divulgado no Dia Internacional da Mulher. A Linguagem neutra ou igualitária aposta na transformação da linguagem para transformar a realidade, em vez de adaptar a realidade à linguagem.

## - Gestão do Capital Humano

Os princípios orientadores da gestão dos recursos humanos da EPAL são:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens;
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação;
- Promoção e valorização profissional;
- Respeito pela vida pessoal e familiar;
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta;
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da empresa em vigor.

No âmbito da gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, e nos temos do artigo II.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL assumiu a posição contratual da sociedade Águas do Vale do Tejo nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, isto é, as trabalhadoras e trabalhadores dessa empresa foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, passando a contratar, em nome próprio da EPAL, o pessoal necessário a gestão do sistema da AdVT.

Com o início da gestão delegada do sistema da então Águas de Lisboa e Vale do Tejo (agora Águas do Vale do Tejo), a EPAL passou a integrar os trabalhadores/as originários/as das oito empresas agregadas.

Com a cisão ocorrida em 2017, e conforme preconizado no Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, verificou-se a saída

de trabalhadores para as novas entidades gestoras — Águas do Tejo Atlântico e Simarsul.

No final de 2018 a EPAL tinha 1.030 trabalhadores/as, dos quais 374 afetos à gestão delegada da AdVT.

	2016	2017	2018	Variaç 2018/2	
N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	1.467	1.007	1.030	23	2%
EPAL	647	647	656	9	1%
Gestão delegada AdVT	820	360	374	14	4%

A movimentação de pessoal ao longo do último triénio foi a seguinte:

	2016	2017	2018
Integração / (saída) de colaboradores da LVT	0	(459)	0
Entradas	33	34	66
Saídas	60	35	43
Total	(27)	(460)	23

Em 2018 as saídas ocorridas (43) foram compensadas com entradas em igual número. Verificou-se ainda a integração de 23 trabalhadores no âmbito do PREVPAP (programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e no Setor Empresarial do Estado) – 9 afetos à atividade da EPAL e 14 à atividade da AdVT.

Refira-se que o Programa de Governo do XXI Governo Constitucional previu a limitação do uso pelo Estado de trabalho precário, estabelecendo uma política clara de eliminação progressiva do recurso a trabalho precário e a programas de tipo ocupacional no setor público como forma de colmatar necessidades de longa duração para o funcionamento dos diferentes serviços públicos. Para cumprir essa meta, a Lei do Orçamento do Estado para 2017, no seu artigo 25.º, determinou a criação de um programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e no Setor Empresarial do Estado - PREVPAP.

## Caracterização dos Recursos Humanos

O universo de 1.030 trabalhadores/as ao serviço da empresa (EPAL e afetos à gestão delegada da AdVT), a 31 de dezembro de 2018, caracteriza-se da seguinte forma:

Dos 1.030 colaboradores, 756 são do sexo masculino (73%) e 274 do sexo feminino (27%).

	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
Homens	1.087	746	756	10	1%
Mulheres	380	261	274	13	5%

Inexistência de trabalhadores/as com contratos a termo, em resultado das restrições de contratação existentes nos últimos anos.

	2016	2017	2018		Variação 2018/2017	
Efetivos	1.464	1.007	1.030	23	2%	
A termo	3	0	0	0	-	

A idade média dos/as trabalhadores/as da EPAL é de 47 anos. 40% do total de trabalhadores/as situam-se no escalão etário entre os 35 e os 44 anos e 51% na faixa etária acima dos 45 anos.

	2016	2017	2018	Varia 2018/2	-
Idade média	45	47	47	(0)	(1%)
Trab. Por estrutura etária	1.467	1.007	1.030	23	2%
idade - <25	4	0	2	2	-
idade – 25-34	165	79	85	6	8%
idade – 35-44	610	418	417	(1)	(0%)
idade – 45-54	364	226	240	14	6%
idade - >55	324	284	286	2	1%

A antiguidade média é de 17 anos, situando-se 43% do total de trabalhadores/as (442) na faixa entre os 11 e os 20 anos de antiguidade e 28% (288) na faixa acima dos 20 anos.

	2016	2017	2018		iação /2017
Antiguidade média	15	18	17	(1)	(4%)
Trab. por Antiguidade	1.467	1.007	1.030	23	2%
antiguidade - <2	58	66	88	22	33%
antiguidade - 2-5	65	17	44	27	159%
antiguidade - 6-10	393	226	168	(58)	(26%)
antiguidade - 11-20	636	392	442	50	13%
antiguidade - >20	315	306	288	(18)	(6%)

	2016	2017	2018		iação 8/2017
Trab. por nível profissional	1.467	1.007	1.030	23	2%
Quadros superiores	285	198	195	(3)	(2%)
Quadros médios	183	164	187	23	14%
Encarregados/mestres	36	29	24	(5)	(17%)
Altamente qualificados	119	114	112	(2)	(2%)
Qualificados	688	431	438	7	2%
Semi qualificados	51	37	41	4	11%
Não qualificados	104	33	32	(1)	(3%)
Praticantes/aprendizes	I		1	0	0%

Cerca de 38% dos trabalhadores/as (394) detém qualificações ao nível do ensino superior.

	2016	2017	2018	Vari 2018	ação /2017
Trab. por nível habilitações	1.467	1.007	1.030	23	2%
Ensino Básico	499	302	279	(23)	(8%)
Ensino Secundário	476	340	357	17	5%
Ensino Superior	492	365	394	29	8%

No ano de 2018 realizaram-se diversas ações de formação, que deram origem a 22.048 horas de formação, tendo abrangido 733 participantes.

Formação	2016	2017	2018
N.º de horas de formação	25.823	26.084	22.048
N°. Participantes	727	839	733

A Taxa de absentismo em 2018 foi de 3,90%, correspondente a 71.421 horas de ausência.

Absentismo	2016	2017	2018
Taxa de absentismo	5,56%	4,24%	3,90%
Horas de Absentismo	156.868	93.342	71.421

Em 2018 ocorreram 85 acidentes de trabalho, dos quais 30 deram origem a situações de baixa médica.

Acidentes de trabalho	2016	2017	2018
Total de acidentes de trabalho	94	75	85
Acidentes de trabalho com baixa	58	48	30
	2016	2017	2018
TF: Tx frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	32,63	32,13	28,41
Tf: Tx frequência dos acidentes de trabalho com baixa	21,38	20,97	16,48

TF=NA/HTx106 Tf=NAita/HTx106

NA – Número de acidentes

NAita – Número de acidentes com incapacidade temporária absoluta

HT – Número de horas trabalhadas

## - Financeira

(os valores são apresentados em milhões de euros, pelo que eventuais diferenças resultam de arredondamentos)

No ano de 2018, como tem vindo a ser apanágio dos últimos anos, verificou-se uma vez mais um desempenho económico extremamente positivo, tendo-se alcançado um resultado em linha com os dos últimos dois períodos homólogos.

Apesar da diminuição do volume de negócios, em virtude da redução significativa dos volumes vendidos, com o consequente impacto na diminuição do EBITDA, verifica-se nos restantes indicadores financeiros da Empresa que as variações face ao período homólogo são bastantes positivas, o que denota uma sólida e consolidada estrutura e posição financeira.

EPAL | Relatório e Contas 2018 85/**190** 

#### Principais Indicadores:

	2016	2017	2018	Varia 2018/2	•
Volume de negócios (milhões EUR)	151,0	159,3	158,2	-1,0	-1%
Volume de água vendida (milhões m³)	195,6	204,3	195,4	-8,9	-4%
Resultado líquido (milhões EUR)	49,7	50,1	49,1	-1,0	-2%
EBITDA (milhões EUR)	96,0	99,3	95,4	-3,8	-4%
Endividamento bancário (milhões EUR)	151,5	133,4	117,6	-15,8	-12%
Net Debt - Endividamento líquido (milhões EUR)	72,0	47,7	24,9	-22,8	-48%
Net Debt to EBITDA (n.º)	0,8	0,5	0,3	-0,2	-46%
Ativo total (milhões EUR)	862,3	862,1	853,7	-8,3	-1%
Capital próprio (milhões EUR)	602,1	612,9	621,3	8,4	1%
Passivo total (milhões EUR)	260,1	249,1	232,4	-16,7	-7%

#### Resultado Líquido:

O resultado líquido de 2018 ascendeu a 49,1 milhões de euros, registando uma diminuição de 1,0 milhões de euros face ao resultado do ano anterior, correspondente a uma variação de menos 2%.

Este resultado decorre essencialmente da diminuição do

volume de negócios pela quebra na procura, aliada ao aumento de algumas rubricas específicas de gastos não controláveis pela gestão da empresa (nomeadamente gastos com energia elétrica e gastos com pessoal, conforme se detalha no capitulo respeitante aos gastos totais).

(milhões EUR)	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
Rendimentos totais	158,0	165,3	165,1	-0,2	0%
Gastos totais	89,4	93,2	96,2	3,0	3%
IRC/ID	18,9	22,0	19,8	-2,2	-10%
Resultado Líquido	49,7	50,1	49, I	-1,0	-2%

## Rendimentos Totais:

Os rendimentos totais foram de 165,1 milhões de euros (-0,1%) face ao período homólogo.

(milhões EUR)	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
Volume de negócios	151,0	159,3	158,2	-1,0	-1%
Subsídios ao investimento	1,3	1,3	1,5	0,2	14%
Reversão de Provisões e ajustamentos	1,1	0,2	0,6	0,4	151%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	4,1	4,0	4,1	0,1	2%
Juros e rendimentos similares	0,6	0,6	0,8	0,2	39%
Rendimentos totais	158,0	165,3	165,1	-0,2	0%

O volume de negócios, ao contrário da tendência verificada nos últimos anos, apresenta um decréscimo de cerca de 1,0 milhões de euros (-0,6%). Para tal concorreu sobretudo a redução do volume

vendido em cerca de 4,4% face ao verificado no ano de 2017, em virtude de o ano meteorológico de 2018 ter sido mais pluvioso, recorde-se, que o ano de 2017 (havia sido um ano de seca).

Os rendimentos com subsídios ao investimento apresentam um aumento face aos valores registados nos anos anteriores, e que corresponde ao reconhecimento em resultados do subsídio atribuído em 2018 pelo POSEUR, no montante total de cerca de 5,5 milhões de euros, referente à reabilitação da ETA de Vale da Pedra.

Regista-se um incremento na rubrica de reversões de provisões face ao período homólogo, estando incluída nesta rubrica a reversão das provisões atempadamente constituídas e cujos

processos foram sanados com sucesso em 2018.

A rubrica de juros e rendimentos similares apresenta um aumento de 39% face ao ano de 2017, resultante da politica de tesouraria insituída em 2017 no Grupo Águas de Portugal, onde os excedentes financeiros das empresas são aplicadas junto da holding que, por sua vez, financia as empresas do Grupo em condições mais favoráveis que as obtidas junto da banca comercial.

### Volume de Negócios

O Volume de Negócios ascendeu a 158,2 milhões de euros (diminuição de 0,6%).

(milhões EUR)	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
Vendas	149,6	157,5	156,7	-0,9	-1%
Prestações de Serviços	1,4	1,7	1,6	-0,2	-9%
Volume de negócios	151,0	159,3	158,2	-1,0	-1%

O volume de negócios apresenta uma redução de cerca de 1,0 milhões de euros, sendo que a rubrica de Venda de Água (incluindo Quota de serviço) diminui globalmente 1% (-0,9

milhões de euros), e as Prestações de serviços registam uma variação negativa de 9% (-0,2 milhões de euros).

(milhões EUR)	2016	2017	2018	Variaç 2018/20	
Vendas (milhões EUR)	149,6	157,5	156,7	-0,9	-1%
Procura (milhões m³)	195,6	204,3	195,4	-8,9	-4%

Na venda de água (componente volumétrica) verifica-se um aumento de 0,1 milhões de euros nos Clientes Diretos e uma diminuição de 1,9 milhões de euros nos Clientes Municipais e Multimunicipais. A água vendida em 2018 foi de 195,4 milhões de m³, sendo que 144,8 milhões de m³ foram vendidos a outras entidades gestoras (clientes municipais e multimunicipais) e 50,6 milhões de m³ aos utilizadores finais (clientes diretos). Verifica-se assim uma redução de 6,9 milhões de m³ (-4,6%) nos clientes municipais e multimunicipais e de 2,0 milhões de m<sup>3</sup> (-3,8%) nos clientes diretos.

A Quota de serviço apresenta um incremento de 0,9 milhões

de euros, resultante do efeito conjugado da atualização tarifária e do incremento no n.º de clientes (aumento de 1.358 clientes no total, onde o segmento do comércio e indústria aumentou 2.117 clientes (+4,7% face a 2017), influenciado pela retoma da atividade económica na cidade, e diminuição nos restantes segmentos). No final do ano a empresa tinha 357.452 clientes diretos na cidade de Lisboa.

Nas prestações de serviços verifica-se uma diminuição de rendimentos de 163 mil euros comparativamente ao ano anterior, com destaque para o decréscimo dos processos de abastecimento e ramais, e de abertura e fecho de água.

#### Gastos Totais

Os gastos totais ascenderam a 96,2 milhões de euros, comparativamente com o ano anterior, o que representa uma verificando-se um aumento de cerca de 3,0 milhões de euros

variação de mais 3%.

(milhões EUR)	2016	2017	2017 <b>2018</b>		iação /2017
Custo mercadorias vendidas e mat.consumidas	1,7	1,8	1,8	0,0	0%
Fornecimento e serviços externos	32,2	30,9	32,3	1,4	4%
Gastos com o pessoal	23,3	24,5	25,6	1,2	5%
Depreciações e perdas de imparidade em ativos	25,6	25,5	25,5	0,1	0%
Perdas por imparidade	0,8	1,2	1,2	0,0	-1%
Provisões	0, I	0,0	0,0	0,0	-68%
Impostos e taxas	1,2	3,8	3,6	-0,2	-6%
Outros gastos operacionais	2,3	3,2	4,4	1,2	37%
Juros e gastos similares	2,3	2,2	1,7	-0,5	-23%
Gastos totais	89,4	93,2	96,2	3,0	3%

A evolução dos gastos totais resultam sobretudo do acréscimo verificado em rubricas especificas, e sobre as quais a empresa não detém o controlo absoluto, pois resultam de fatores exógenos à gestão. Tal verifica-se essencialmente na energia elétrica (devido ao aumento dos preços de mercado), nos gastos com pessoal (cumprimento do previsto no Acordo de Empresa) e na componente de tarifária acrescida faturada pela AdVT, a qual tem contudo uma correspondência direta no volume de negócios da empresa.

No que respeita especificamente a cada uma das rubricas:

Regista-se na rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas uma ligeira diminuição face ao ano anterior, com uma variação global de -0,3%, resultante do efeito conjugado da diminuição da água produzida e do aumento do custo unitário de tratamento da água, decorrente sobretudo da maior necessidade do consumo de reagentes.

Ao nível dos **fornecimentos e serviços externos** regista-se um aumento de cerca de 4% (+1,4 milhões de euros), resultante essencialmente do expressivo aumento do preço unitário da energia, em consequência da evolução dos preços de mercado. Apesar de o consumo ter reduzido em cerca de 1,9% (fruto da aposta na eficiência energética que a empresa levou a cabo durante o ano de 2018), registou-se ainda assim um aumento dos gastos de eletricidade em cerca de 1,0 milhões de euros, devido ao aumento do preço unitário de energia em cerca de 23% face a 2017, e cujo peso na componente total da fatura energética representa cerca de 61%. Desta forma verificouse aumento do preço total em cerca de 13,5% face ao ano anterior.

A rubrica de **gastos com o pessoal** regista uma variação de +4,7% (+1,2 milhões de euros). Esta variação resulta de em 2018 se terem verificado diversos fatores que originaram um incremento de gastos, designadamente:

- Os efeitos das indemnizações atribuídas pelo programa de rescisões por mútuo acordo, cujo valor face a 2017 aumentou cerca de 0,2 milhões de euros (+30,0%);
- O impacto da aplicação dos instrumentos de regulação coletiva do trabalho (Acordo de Empresa), cujo efeito em gastos resultou num aumento de cerca de 0.6 milhões de euros;
- A integração de trabalhadores ao abrigo do PREVPAP (programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública), e cujo gasto ascendeu a cerca de 0,1 milhões de euros.

A rubrica de outros gastos operacionais, aumentou em cerca de 1,2 milhões de euros, devido à variação da componente tarifária acrescida que é atribuída à AdVT (+0,4 milhões de euros), conforme decorre do disposto no Decreto--Lei n.º 34/2017, e do registo nesta rubrica de encargos de cobrança, no montante de cerca de 0,8 milhões de euros, que anteriormente se encontrava registada em fornecimentos e serviços externos.

No que respeita à rubrica de gastos financeiros, em resultado da diminuição das taxas médias de juros de financiamentos e, aliado à redução do endividamento da Empresa, constatase uma redução de 23,2% face ao ano anterior (cerca de 0,5 milhões de euros).

### Estrutura de Gastos

As rubricas de gastos mais significativas são os Fornecimentos e Serviços Externos, que representam cerca de 34% dos gastos totais da Empresa, as rubricas de Depreciações e Gastos com o Pessoal, ambas com cerca de 27%. Globalmente mantém-

se sensivelmente a mesma proporção de distribuição face aos anos anteriores (Fig. I)

A evolução de cada uma das rubricas face aos anos transatos é a seguinte (Fig.2)

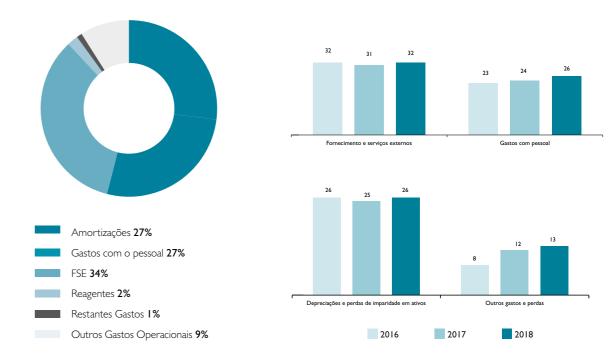


Fig. I - Estrutura de Gastos 2018

Fig. 2 - Evolução das rubricas

## Margem Operacional

O EBITDA alcançou um valor de 95,4 milhões de euros, o que representa uma variação de -3,9% face ao ano anterior. Verifica-se pois uma diminuição de 3,8 milhões de euros do cash flow operacional face a 2017, continuando contudo a EPAL a apresentar um valor bastante apreciável de quase 100 milhões de euros.

(milhões de EUR)	2016	2017 <b>2018</b>		Variação 2018/2017	
Volume de negócios	151,0	159,3	158,2	-1,0	-1%
Outros rendimentos operacionais	6,4	5,5	6, I	0,6	11%
Rendimentos Operacionais	157,4	164,8	164,4	-0,4	0%
Custo das vendas	1,7	1,8	1,8	0,0	0%
Fornecimentos e serviços externos	32,2	30,9	32,3	1,4	4%
Gastos com o pessoal	23,3	24,5	25,6	1,2	5%
Perdas de imparidade	0,8	1,2	1,2	0,0	-1%
Outros gastos operacionais	3,5	7,0	8,0	1,0	14%
Provisões	0,1	0,0	0,0	0,0	-68%
Gastos Operacionais	61,5	65,5	68,9	3,4	5%
Cash flow operacional (EBITDA)	96,0	99,3	95,4	-3,8	-4%

A margem EBITDA (peso em função do Volume de Negócios) apresentou um valor de 60%, em linha com o verificado nos períodos homólogos.

(milhões de EUR)	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
EBITDA	96,0	99,3	95,4	-3,8	-4%
Volume de negócios	151,0	159,3	158,2	-1,0	-1%
Margem EBITDA	0,6	0,6	0,6	0,0	-3%

Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios

## Resultados Financeiros

Registou-se uma enorme melhoria dos resultados financeiros (43,7%), com um incremento de cerca de 0,7 milhões de euros face a 2017. A EPAL continua a manter uma estrutura financeira

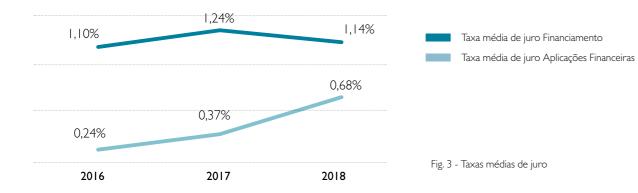
equilibrada, existindo uma correspondência adequada entre a gestão do seu financiamento e da sua tesouraria.

(milhões de EUR)	2016	2017	2018	Variaç 2018/2	
Rendimentos e ganhos financeiros	0,6	0,6	0,8	0,2	39%
Gastos e perdas financeiros	2,3	2,2	1,7	-0,5	-23%
Resultados financeiros	-1,7	-1,7	-0,9	0,7	-44%

Verificou-se uma redução dos gastos financeiros (0,5 milhões de euros) e um aumento considerável dos rendimentos financeiros em cerca de 39,2%.

A redução verificada nos gastos financeiros resulta sobretudo da diminuição da taxa média de juros dos financiamentos existentes da EPAL (exclusivamente BEI), aliada a uma criteriosa gestão da sua tesouraria.

Os rendimentos financeiros obtidos dizem sobretudo respeito a juros decorrentes de excedentes financeiros e ascenderam a 0,8 milhões de euros. A sua evolução face a 2017 deveuse exclusivamente aos rendimentos auferidos da concessão de apoio de tesouraria de curto prazo ao acionista, no âmbito da politica de tesouraria definida para o Grupo AdP. Depreendese tal facto da leitura da Fig.3:



Os gastos financeiros ascenderam a 1,7 milhões de euros, menos 23% do que o verificado no ano anterior, e correspondem essencialmente aos juros da dívida contraída junto do Banco Europeu de Investimento e respetivas garantias associadas.

Conforme se pode verificar no gráfico anterior, atendendo às atuais condições de mercado, o custo médio de financiamento na EPAL situou-se em níveis bastante atrativos em 2018, atingindo o valor médio de 1,14%, para uma distribuição de capital de cerca de 54% à taxa fixa e de 46% à taxa variável.

A empresa não recorreu a qualquer novo financiamento desde 2010, tendo efetuado reembolsos de capital no valor de cerca de 15,8 milhões de euros relativos a empréstimos BEI, de acordo com o plano de amortização previsto.

A nível financeiro, a EPAL mantém uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada, em termos de maturidades, entre aquilo que são as suas aplicações de fundos e os seus recursos de financiamento. No final do ano, o endividamento da Empresa era de 117,6 milhões de euros, correspondente na totalidade a empréstimos BEI, com maturidades remanescentes entre 1 e os 12 anos, tendo a dívida do BEI a médio e longo prazo reduzido cerca de 15,9 milhões de euros.

A dívida financeira líquida tem vindo a diminuir significativamente (em 2018 a variação face a 2017 foi de -48%), situando-se nos 24.9 milhões de euros no final do exercício de 2018.

(milhões de EUR)	2016	2017	2018	Variação 2018/2017	
Net Debt - Endividamento líquido	72,0	47,7	24,9	-22,8	-48%
Net Debt to EBITDA	0,8	0,5	0,3	-0,2	-46%

Constata-se uma relevante melhoria dos valores do indicador "Net Debt to EBITDA", que reforça a manutenção de uma forte robustez financeira, evidenciando uma elevada capacidade de satisfação dos seus compromissos a curto, médio e longo prazo.

No final de 2018 o rácio "Net Debt to EBITDA" era de 0,3, o que significa que o cash flow gerado pela empresa em menos de meio ano seria suficiente para fazer face à totalidade do seu endividamento.

#### Posição Financeira

No final de 2018, o ativo da EPAL ascendia a 853,7 milhões de euros e o capital próprio e o passivo eram de 621,3 e 232,4

milhões de euros, respetivamente.

(milhões EUR)	2016	2017	2018	Varia 2018/	ação /2017
Ativo não corrente	740,3	730,3	715,0	-15,2	-2%
Ativo corrente	121,9	131,8	138,7	6,9	5%
Total do ativo	862,3	862,1	853,7	-8,3	-1%
Capital próprio	602,1	612,9	621,3	8,4	1%
Passivo não corrente	200,9	184,1	170,5	-13,6	-7%
Passivo corrente	59,3	65, I	61,9	-3,1	-5%
Total do capital próprio e passivo	862,3	862,1	853,7	-8,3	-1%

EPAL | Relatório e Contas 2018 91/**190** 

A EPAL terminou o ano de 2018 com uma sólida situação financeira, apresentando uma autonomia financeira de 72,8% e um fundo de maneio positivo de 76.8 milhões de euros. O

valor do Net Debt/EBITDA alcançado em 2018 confirma a sustentabilidade da EPAL em termos financeiros.

Formação	2016	2017	2018
Autonomia Financeira	69,8%	71,1%	72,8%
Net Debt/EBITDA	0,8	0,5	0,3
Fundo de maneio (milhões EUR)	62,7	66,7	76,8
Solvabilidade	2,31	2,46	2,67

Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo total NET Debt/EBITDA = [Emp. Obtidos-Disponib.]/EBITDA Fundo de Maneio = Ativo corrente - Passivo corrente Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo Total

## Endividamento de Médio e Longo Prazo

O endividamento bancário de médio e longo prazo ascendia a 101,7 milhões de euros no final de 2018, menos 15,9 milhões de euros que o valor registado em 2017, evolução justificada pela ausência de recurso a endividamento no ano e pela realização contratual do serviço da dívida.

Todo o endividamento bancário foi contraído junto do Banco Europeu de Investimentos e correspondeu a um máximo de 50% da despesa com investimentos nos anos compreendidos entre 1997 e 2010, ressalvando-se que desde 2010 que a EPAL não recorre a qualquer novo financiamento.

#### Dívidas de Clientes e Prazo Médio de Recebimentos

Os valores apresentados nos quadros seguintes incluem os valores a receber de clientes Não Correntes, bem como de

Outros Devedores, no final de cada um dos anos apresentados, assistindo-se a uma redução face ao período homólogo.

#### Evolução das dívidas totais

(milhões EUR)	2016	2017	2018
Clientes Diretos	15,6	17,6	18,5
Clientes Municipais e Multimunicipais	9,8	6,9	5,5
Prestação de Serviços	0,6	0,8	0,6
	26,0	25,3	24,6

Nota: Foi deduzido ao valor dos clientes diretos o montante em divida respeitante às taxas cobradas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, atendendo que as mesmas não concorrem para o volume de negócios da EPAL.

## Evolução das dívidas vencidas

(milhões EUR)	0-30 dias	31-60 dias	61-180 dias	181-365 dias	>365 dias	Taxas CML	Total
Clientes Diretos	2,3	1,2	1,3	1,1	12,9	-12,5	6,3
Clientes Municipais e Multimunicipais	0,2	0, 1	0,0	0,0	0,4	0,0	0,6
Prestação de Serviços	0,1	0,0	0,0	0,1	0,2	0,0	0,4
	2,6	1,3	1,3	1,2	13,5	-12,5	7,3

2018, em níveis idênticos aos verificados em 2017, continuando

As imparidades de clientes mantiveram-se, no exercício de contudo os indicadores de cobrança a apresentar uma boa performance.

(milhões EUR)	2016	2017	2018
Imparidades do Ano	0,8	1,2	1,2
Faturação dos Clientes Abrangidos	71,4	76,0	78,3
Faturação Total dos Clientes	167,4	176,8	178,0
Imparidade / Faturação dos Clientes Abrangidos (%)	1,1%	1,6%	1,6%
Imparidade / Faturação Total dos Clientes (%)	0,5%	0,7%	0,7%

O prazo médio de recebimentos dos clientes em 2018 foi de 51 dias, apresentando um aumento face a 2017, que tinha sido de 48 dias.

#### Fundo de Pensões

O Fundo de Pensões de Benefício Definido ascendeu no final do ano a 33,0 milhões de euros, registando um nível de

## - Investigação e Desenvolvimento / Inovação

Com um nível linear de investimento em investigação, inovação e desenvolvimento, a EPAL mantém a forte tendência inovadora que carateriza o seu ADN, promovendo em 2018 uma continua integração de tecnologia nas suas áreas operacionais, procurando obter níveis de eficácia máximos. É na componente energética que a EPAL incorporou mais inovação tecnológica, procurando não só atingir níveis de eficiência que a permitam colocar como uma das empresas de referência mundial, como suportar o desenvolvimento do tecido nacional de empresas tecnológicas.

Na componente de Desenvolvimento, resultado das parcerias com entidades de ensino profissional, com a celebração de protocolos de cooperação com entidades públicas e privadas de ensino profissional em abril de 2017, a EPAL concedeu no ano de 2018 sete estágios de formação em contexto de trabalho, com alunos provenientes de várias entidades como o Instituto dos Pupilos do Exército, Escola Profissional de Ciências Geográficas, Casa Pia de Lisboa, Escola Secundária António Damásio, entre outras. Mas a componente de desenvolvimento e de partilha do conhecimento não se esgotou nas entidades de ensino profissional, privilegiando-se igualmente o relacionamento com os institutos e academias de ensino superior, nomeadamente a Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa (FCT/UNL), o Instituto Superior Técnico (IST), a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), a Faculdade de Farmácia da

financiamento de 115,4%, utilizando uma taxa de desconto de 1,4%, atendendo que as responsabilidades por serviços passados eram de 28.5 milhões de euros.

O Fundo de Pensões de Contribuição Definida ascendia a 15,7 milhões de euros no final de 2018, tendo sido feita uma contribuição pela empresa, no ano de 2018, de cerca de 0,4 milhões de euros.

Universidade de Lisboa (FFUL), a Universidade do Algarve (UAIg) e a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMUL). A EPAL entende que este é um dos vetores fundamentais para o desenvolvimento da cooperação entre o meio académico e o meio empresarial.

No ano de 2018 e relativamente a projetos de investigação realça-se que o projeto de investigação BINGO - Bringing Innovation to Ongoing Water Management - A better future under climate change, foi o vencedor do prémio "I+D+I", nos PT Global Water Awards, na categoria que distingue as iniciativas de investigação, desenvolvimento e/ou inovação. O BINGO é um projeto europeu que tem como objetivo avaliar os impactos das alterações climáticas no ciclo integrado da água, promovendo estratégias de gestão de risco e medidas de adaptação, numa lógica de redução de vulnerabilidades e de acréscimo de resiliência. Do BINGO resultará uma série de soluções para problemas específicos da gestão do ciclo da água, em particular para recursos hídricos vulneráveis e de importância estratégica. O projeto envolve 20 parceiros europeus de 6 países (Portugal, Espanha, Países Baixos, Alemanha, Noruega e Chipre) e integra uma equipa de cerca de 80 especialistas provenientes de centros de investigação e inovação, autoridades da água, utilizadores da água, indústria e empresas. Os parceiros nacionais são, para além do LNEC, a CIMLT, a EPAL, a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e a Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI).

O Projeto Europeu LIFE IMPETUS, com a referência LIFE14 ENV/PT/000379: "Improving current barriers for controlling pharmaceutical compounds in urban wastewater treatment plants", tem como principais objetivos monitorizar e determinar a eficiência de remoção de compostos farmacêuticos em ETAR de águas residuais urbanas com sistemas de tratamento convencionais, bem como avaliar estratégias de operação e, ou a adoção de novas tecnologias que permitam potenciar a remoção deste tipo de compostos nas ETAR urbanas. Este projeto, coordenado pelo LNEC, tem como participantes a EPAL, a Águas do Algarve, S.A., a Environment and Regional Development Consulting, Lda. (EHS), a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL) e a Universidade do Algarve (UAlg). Este projeto finalizará em junho de 2019, com um orçamento total de 1.492.452 euros e um apoio comunitário de 855.589 euros. A Direção Laboratórios e de Controlo de Qualidade da Água da EPAL tem tido uma participação preponderante para a execução prática deste projeto, dado que é responsável pela monitorização de fármacos em amostras de águas residuais provenientes da ETAR de Beirolas e da ETAR da Guia em Faro. O Laboratório tem participado nas ações BI - "Preparation of biological samples and wastewater samples for subsequent PhC analysis", onde estão previstas cerca de 500 amostras de águas residuais a serem tratadas pelo Laboratório, num período de 3 anos. Na ação B2 "Quantitative analysis of PhCs by UPLC-MS/ MS", o Laboratório da EPAL efetuou a análise quantitativa de 24 fármacos por UPLC-MS/MS em amostras de águas residuais provenientes da ETAR de Beirolas e da ETAR de Faro, assim como de amostras biológicas (ameijoas). Prevê-se a análise de cerca de 1000 amostras num período de 3 anos em que decorrem estas ações do projeto. No total já foram realizadas 52 campanhas de amostragem, tendo ainda sido realizadas 36 campanhas de análise de águas residuais relativas aos protótipos instalados na ETAR Beirolas (protótipo PTI e PT2) e ETAR de Faro-Noroeste (protótipo PTI). No âmbito das ações BI e B2, até ao fim de 2018, a monitorização de fármacos por LC-MS/MS já foi realizada em 614 amostras de águas residuais das ETAR de Beirolas e de Faro e em 107 amostras de ameijoas.

O Projeto de investigação TOXICFIRE – Impactos das escorrências pós-incêndio nos ecossistemas aquáticos e saúde pública resultou de uma parceria entra a EPAL e a Universidade de Aveiro para avaliar o impacto das cinzas dos incêndios ocorridos em 2017, na zona da Barragem do Cabril, local onde se encontra uma das captações superficiais da AdVT. O projecto teve como objetivo avaliar o impacto da toxicidade das cinzas dos incêndios florestais na qualidade da água da albufeira, através de uma abordagem química e ecotoxicológica.

O Projeto EnviHealth&Co insere-se no Programa Doutoral da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMUL), aprovado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), é inteiramente devotado à Saúde Ambiental e áreas afins. Este projeto, com duração de 4 anos, sendo o primeiro ano (2016) um ano curricular a decorrer na Faculdade de Medicina de Lisboa. Entre 2017 e 2019, a EPAL recebeu dois estudantes de doutoramento para a execução do trabalho experimental da tese de doutoramento. Nesse âmbito encontra-se a decorrer um estágio da Dra. Raquel Chaves, entre 23 de Novembro de 2017 e 30 de Novembro de 2020, tendo como objetivo final a elaboração de uma tese de doutoramento. Em 2018 deu-se igualmente continuidade ao trabalho para a tese de Doutoramento do aluno Daniel Fernando da Fonseca Salvador, intitulada "Deteção e quantificação de enterovirus, vírus das hepatites A e E em águas de consumo e residuais".

O Projeto Interreg IDIAQUA tem como objetivo a potenciação da investigação, inovação e desenvolvimento na temáticas do tratamento de águas residuais em pequenos aglomerados populacionais urbanos, através da aplicação de tecnologias sustentáveis que permitam reduzir os consumos energéticos das ETARs, bem como a quantidade de tratamento secundário, do desenvolvimento de melhorias nos sistemas de tratamento de águas residuais - leitos de macrófitas associados à reutilização da água e a tratamentos de baixo custo de microcontaminantes, do desenvolvimento e aplicação de sistemas modelados de controlo e otimização da operação em ETARs, como o objetivo de aumentar a previsibilidade dos sistemas e como ferramenta para a tomada de decisão e da adoção de sistemas solares inovadores e de baixo custo para a secagem de lamas, mediante a utilização de materiais ecológicos. O projeto arrancou em novembro de 2017 e deverá ter o seu término em 2019.

Como resultado do investimento em investigação, inovação e desenvolvimento a EPAL tem sido continuamente galardoada com diversos prémios, nomeadamente o "Prémio de excelência em abastecimento público de água entre entidades" pelo ser serviço em Alta e o "Selo de qualidade em abastecimento público de água" pelo seu serviço em Baixa.

## - Eventos Posteriores ao Fecho

Até à data da elaboração do presente relatório não se registaram quaisquer eventos ou acontecimentos relevantes que afetem o conteúdo do descrito no Relatório e Contas da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA...

## - Cumprimento das Orientações Legais

## I. Objetivos de gestão (artigo 38° do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

## ■ Objetivos de gestão (artigo 38° do RJSPE)

Nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, nas empresas que prestem serviços de interesse geral é obrigatória a definição de orientações estratégicas e objetivos de gestão aplicáveis aos respetivos gestores.

As orientações estratégicas e os indicadores de gestão respeitantes aos contratos de gestão, previstos no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, foram estabelecidos por Deliberação Unânime por Escrito, de 22 de setembro de 2017.

Os contratos de gestão preveem que para o mandato passam a vigorar as orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão, definidos no anexo que constitui parte integrante do

## Contrato em apreço.

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato, bem como a fórmula de cálculo do respetivo grau de concretização.

A avaliação é realizada em função do grau de concretização dos objetivos, conforme quadro seguinte:

Grau de Concretização	Avaliação Global
GC < 1,8	Objetivos não cumpridos
$1.8 \le GC < 2.5$	Objetivos cumpridos
GC ≥ 2,5	Objetivos cumpridos

A avaliação far-se-á pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório do atingimento de cada indicador determinado nos termos descritos no quadro de indicadores e metas que igualmente se indica de seguida:

		Não atingido:	Modo de avaliação: Atingido:	Superado:	Ponderação
	ojetivos financeiros, de eficiência e stentabilidade				
1.1.	Eficiência de gestão (PRC=GV+FSE+GP)/VN)	∆ PRC < 0%	0% ≤ Δ PRC < 3%	Δ PRC ≥ 3%	12,5%
1.2.	Limite ao endividamento	Dívida > 133,2 M€	129,3 M€ < Dívida ≤ 133,2 M€	Dívida ≤ 129,3 M€	12,5%
1.3.	Dívida comercial (vencida) de devedores municipais	DCDMA > 105%	95% ≤ DCDMA ≤ 105%	DCDMA < 95%	12,5%
1.4.	Degradação da tesouraria de exploração (DTE)	DTE > 100%	85% < DTE ≤ 100%	DTE ≤ 85%	5,0%
1.5.	Rentabilidade do capital investido (RCI)	RCI < 95% RCI 2015	95% RCI 2015 ≤ RCI < 110% RCI 2015	RCI > 110% RCI 2015	12,5%
2. Ot	ojetivos ambientais				
2.1.	Evolução da qualidade da água fornecida (AQA)	AQA < 99,5%	99,5% ≤ AQA ≤ 100,0%	AQA > 100,0%	15,0%
	Destaque de sist. multimunicipais da	N.° = 0 após final de		N.° = 2 até final de 2016	
2.2.	área metropolitana de Lisboa	2016	N.° = 2 até final de 2016	com arranque de atividade no início de 2017	7,5%
2.3.	Reorganização de modo a promover	Não certificada até	Certificada entre 20/06/2018 e		
	a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia	2018	31/12/2018	Certificada até 20/06/2018	5,0%
2.4.	Reorganização de modo a promover	Não certificada até	Certificada entre 20/06/2018 e		
	a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos	2018	31/12/2018	Certificada até 20/06/2018	5,0

			Modo de avaliação:		Ponderação
		Não atingido:	Atingido:	Superado:	
2.5.	Redução do consumo de energia	RCEE (Ano N) <	95% RCEE (Meta do Ano N) ≤ RCEE	RCEE (Ano N) > 105%	
	elétrica	95% RCEE (Meta do Ano N)	(ano N) ≤ 105% RCEE (Meta Ano N)	RCEE (Meta do Ano N)	7,5%
3. Oł	ojetivos de reporte	,			
3.1.	Grau de cumprimento dos prazos de reporte (GCPR)	GCPR > 0 dias	-1 dia ≤ AQA ≤ 0 dias	GCPR < -1 dia	5,0%

Os resultados verificados no ano de 2018 foram os seguintes:

	Resultado	Avaliação	Ponderação	Atingimento
I. Objetivos financeiros, de eficiência e sustentabilidade				
I.I. Eficiência de gestão (PRC=GV+FSE+GP)/VN)	3,6%	Superado	12,5%	3
1.2. Limite ao endividamento	35,6	Superado	12,5%	3
1.3. Dívida comercial (vencida) de devedores municipais	67,7%	Superado	12,5%	3
I.4. Degradação da tesouraria de exploração (DTE)	36,4%	Superado	5,0%	3
1.5. Rentabilidade do capital investido (RCI)	108,9%	Atingido	12,5%	2
2. Objetivos ambientais		Ü		
2.1. Evolução da qualidade da água fornecida (AQA)	99.6%	Atingido	15,0%	2
2.2. Destaque de sist. multimunicipais da área metropolitana de Lisboa	2	Superado	7,5%	3
<ol> <li>Reorganização de modo a promover a elevação dos níveis de eficiên no Sistema de Gestão de Energia</li> </ol>	cia 28,6%	Atingido	5,0%	2
<ol> <li>Reorganização de modo a promover a elevação dos níveis de eficiên no Sistema de Gestão de Ativos</li> </ol>	cia 21-12- 2018	Atingido	5,0%	2
2.5. Redução do consumo de energia elétrica	100,3%	Atingido	7,5%	2
3. Objetivos de reporte				
3.1. Grau de cumprimento dos prazos de reporte (GCPR)	-1	Atingido	5,0%	2
Avaliação Glol	Objetivos Superados	2,5		

A avaliação global do ano foi de 2,5, considerando-se assim uma avaliação global de Objetivos Superados.

#### ■ Plano de Atividades e Orçamento

No que respeita ao cumprimento do Plano de Atividades e

Orçamento (PAO) para 2018, aprovado por Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, a 21 de novembro de 2018, encontram-se indicadas no quadro do final do capítulo as respetivas execuções.

Da análise dos resultados da execução do ano de 2018 verifica-se:

- Princípio Financeiros de Referência a Empresa adotou e cumpriu os princípios de referência considerados no seu Plano de Atividades e Orçamento para 2018;
- Investimento execução de 42,8% do plano de investimentos previsto no planeamento anual para o exercício de 2018. O plano de investimentos foi revisto em agosto de 2018, para o triénio 2019/2021, tendo sido incorporadas medidas para mitigar eventuais desvios na execução face aos valores planeados;
- Endividamento cumprimento integral do previsto para o atingimento do endividamento bruto no final do exercício, não apresentando qualquer desvio;
- EBITDA diminuição do EBITDA em 4,7%, face ao valor previsto no PAO 2018, em resultado do efeito conjugado da diminuição do volume de negócios e do aumento dos gastos não controláveis pela gestão (nomeadamente eletricidade e gastos decorrentes do cumprimento do Acordo de Empresa). Este indicador deixou de ser monitorizado para o exercício de 2018, conforme o Decreto-Lei de Execução Orçamental para o ano de 2018;
- EBIT diminuição do EBIT em 5,6% face ao valor previsto no PAO 2018, em resultado do efeito conjugado da diminuição do volume de negócios e do aumento dos gastos não controláveis pela gestão (nomeadamente eletricidade e gastos decorrentes do cumprimento do acordo de empresa). Este indicador deixou de ser monitorizado para o exercício de 2018, conforme o Decreto-Lei de Execução Orçamental para o ano de 2018;
- Plano de Redução de Gastos (PRC) redução de 0,1 p.p. face ao valor previsto no PAO 2018. Para o efeito foram ajustados o impacto dos encargos incorridos não imputáveis e controláveis diretamente pela gestão, e que se julga não serem repetíveis em 2019, nomeadamente nas seguintes rubricas:
  - Eletricidade apesar de o consumo especifico ter reduzido 1,9%, refletindo o esforço que a empresa tem vindo a desenvolver em termos de eficiência energética, em resultado do aumento do preço unitário de energia (preço da componente variável no mercado) em cerca de 23% face a 2017, e cujo peso na componente total representa cerca de 61%, verificou-se um aumento do preço total em cerca de 13,5%. Desta forma o valor incluído no gasto incorrido em 2018 diretamente relacionado com o aumento do preço unitário é de 1.544,223 euros:

- Manutenção foi adjudicado um 2016 um contrato de aquisição de serviços de manutenção de infraestruturas de rede, equipamentos mecânicos, elétricos e eletromecânicos do sistema de abastecimento de água da EPAL, que foi nesse ano objeto de impugnação por parte de um dos concorrentes, tendo a sua eficácia ficado suspensa até decisão judicial. Já em 2018, o Supremo Tribunal Administrativo, não deu provimento às alegações do reclamante, tendo permitido que a empresa procedesse à efetiva adjudicação e início dos trabalhos em apreço. Assim, verifica-se um acréscimo de gastos em 2018, decorrente da execução deste contrato, e que pelos motivos explicitados, não se encontrava considerado nas projeções da empresa, no montante de 663.855 euros.
- Gastos com pessoal (variação dos valores incorridos com indemnizações e reposição dos instrumentos de contratação coletiva de trabalho) – 2.491.390 euros;
- Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel aumento dos gastos totais em 11,7% face ao valor previsto no PAO 2018, em resultado do processo de substituição de viaturas verificado durante o ano ter observado sobreposição de AOV (processo de troca de viaturas não é imediato, devido às questões processuais de entrega e recondicionamento das antigas viaturas às empresas locadoras). Contudo, e face ao valor observado em 2017, regista-se uma redução face a 2018 de 3,4%. Estando o processo de substituição terminado, os valores que se irão verificar em 2019 serão inferiores aos de 2018 (e aos constantes no PAO 2018);

Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – redução em 35,7% dos encargos com estudos, pareceres, projetos e consultorias face aos previstos no PAO 2018;

N.º de viaturas – 267, que corresponde ao número de viaturas previstas no PAO;

Gastos com Pessoal – expurgando os efeitos não comparáveis decorrentes da Lei do Orçamento de Estado (indemnizações, reposição dos instrumentos de contratação coletiva de trabalho e integração dos PREVPAP), verifica-se uma diminuição de 0,1% face ao previsto no PAO 2018.;

Quadro de pessoal – No final de 2018 a empresa tinha 656 trabalhadores. Face a 2017 verificou-se a integração de 9 trabalhadores no âmbito do PREVPAP.

#### 2. Gestão do risco financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez. A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS). Adotando uma posição conservadora e tendo em atenção as características de longo prazo dos ativos tem sido privilegiada a obtenção de financiamentos de longo prazo, com particular ênfase no BEI.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos da empresa se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (atividade em baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (atividade em alta) o risco

assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade da empresa são, primeiramente, utilizado para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada de tesouraria, e em relação ao restante, são aplicados junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes financeiros da EPAL é reduzido, se atendermos que é a entidade responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Apresenta-se a evolução da taxa média de financiamento (incluindo encargos associados aos empréstimos, tais como garantias) dos últimos 5 anos, constatando-se uma redução face ao valor verificado em 2017.

Anos	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos Financeiros (€)	I 707 383	2 084 160	2 284 324	2 649 300	3 327 284
Taxa média de financiamento (%)	1,36%	1,46%	1,42%	1,48%	1,69%

Para este resultado concorreu a redução do capital médio em divida em cerca de 12%, bem como o facto de os encargos financeiros terem diminuído em cerca de 18%.

## 3. Limite de crescimento do endividamento (n.º I do art.º 56.º da Lei n.º I 14/2017, de 29 de dezembro (LOE 2018)

Passivo remunerado	2018	2017	Variação 201	8/2017
assivo remunerado	Valores (€)		Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrrente)	117 575 342	133 407 702	-15 832 361	-11,9%
- do qual concedido pela DGTF	0	0	0	-
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	-
Aumentos de Capital por conversão créditos	0	0	0	-
Novos investimentos	0			

No ano de 2018 os financiamentos obtidos pela EPAL cingiamse a empréstimos junto do BEI, tendo ocorrido no ano uma redução de 15,8 milhões de euros (-12%), correspondente a

amortizações de capital relativa aos empréstimos contraídos em anos anteriores.

No ano em apreço a empresa não recorreu a qualquer novo financiamento.

A empresa cumpre integralmente o disposto no n.º 1 do art.º 56.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, apresentando uma redução de 5,6% no seu endividamento, apurada nos seguintes termos:

 $\frac{(\mathit{FR}_t - \mathit{FR}_{t-1}) + (\mathit{Capital}_t - \mathit{Capital}_{t-1}) - \mathit{NovosInvestimentos}}{\mathit{FR}_{t-1} + \mathit{Capital}_{t-1}} \\ = \mathsf{Em que}: \\ \mathsf{FR} - \mathsf{Financiamento Remunerado} \\ \mathsf{Capital} - \mathsf{Capital Social ou Capital Estatutário realizado}$ 

4. Evolução do prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores (RCM n° 34/2008, de 22 fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril) e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

Verificou-se em 2018 uma diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores em cerca de 6 dias, consubstanciando-se numa variação face a 2017 de -14,3%.

A evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores foi a seguinte:

	PMP	2018	2017	Variação 2017/2016		
	FILE	2010	2017	Valor	%	
Prazo (dias)		36	42	-6	-14,3%	

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição, sendo que os valores vencidos a mais de 90 dias respeitam essencialmente a serviços e bens cuja respetiva prestação não se encontra ainda formalmente concluída e/ou prestada ou, em alguns casos, com processos de resolução pendentes:

Dívidas vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art.° I.° o DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	931 409	7 556	70 036	68 861	141 261
Aquisição de Investimentos	72 902	2 423	57 686	1 045	75 840
Tot	al   1 004 311	9 980	127 722	69 906	217 101

## 5. Recomendações do acionista

Não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2018 aquando da aprovação das contas do exercício de 2017.

Foi dado integral cumprimento às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

#### 6. Determinações sobre remunerações

Foram cumpridas todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao

Setor Empresarial do Estado, nomeadamente:

- Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- Lei n.° 12 -A/2010, de 30 de junho;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;

- Despacho SET 764/2012, de 25 de maio;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Lei n.° 159-A/2015, de 30 de dezembro;
- Lei n.° 159-D/2015, de 30 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro;
- Lei n.° 7-A/2016, de 30 de março;
- Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro;
- Lei n.° 114/2017, de 29 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio;
- Oficio Circular n.º 5127, de 29 de novembro de 2017.

As reduções remuneratórias são as indicadas no quadro constante no final do presente capítulo, sendo que se apresenta a restante informação aplicável, conforme disposto no apêndice I das instruções sobre o processo de prestação

de contas referente a 2018 – Ofício Circular n.º 1116, de 12 de março de 2019.

No Relatório do Governo Societário do exercício de 2018 encontra-se complementada toda a informação relacionada com a determinação das remunerações.

## a) Órgãos Sociais

Foram aplicadas na EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA todas as orientações relativas às remunerações vigentes em 2018.

## (I) Mesa da Assembleia Geral

Em 2018, não tendo havido nova nomeação deste órgão social, os membros da Mesa da Assembleia Geral eleitos em 30 de junho de 2015, para o mandato 2015-2017, e abaixo identificados, mantiveram-se em funções.

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha	Valor Bruto
(Início - Fim)	Cargo	Nome	Fixado (€)	Auferido (€)
2015-2017	Presidente	AMEGA, representada por António Pombinho	650	0
2015-2017	Vice-Presidente	AdP SGPS SA,	525	0
2015-2017	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	450	0
		Total		0

No ano de 2018 os membros da Mesa da Assembleia Geral da EPAL não receberam qualquer remuneração.

## (2) Conselho de Administração

O Conselho de Administração foi eleito para o mandato 2016-2018, por Deliberação Unânime por escrito de 22 de junho de 2016.

Mandato			Designaçã	0		OPRLO (2)	OPRLO (2)		
(Início - Fim)	Cargo	Nome	Forma (I)	Data	Sim/ /Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	N.º de Mandatos	
2016-2018	Presidente	José Manuel Leitão Sardinha	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	AdP SGPS, SA	EPAL	3	
2016-2018	Vogal	Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	AdP SGPS, SA	EPAL	2	
2016-2018	Vogal	Ana Sofia Pereira da Silveira	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	-	EPAL	1	
2016-2018	Vogal	Barnabé Francisco Primo Pisco	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	EPAL	EPAL	1	
2016-2018	Vogal	Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Deliberação Unânime por escrito	22 de junho de 2016	Não	SIMAS de Oei- ras e Amadora	EPAL	1	

<sup>(</sup>I) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Membro do CA		Acumulação de Funções	
Plenbro do CA	Entidade	Função	Regime
	AdP SGPS, SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
	AdP, Serviços Ambientais, SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
José Manuel Leitão Sardinha	AdVT - Águas do Vale do Tejo SA	Presidente Executivo do Conselho de Administração	Público
	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa	Professor convidado	Público
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	AdVT - Águas do Vale do Tejo SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
Barnabé Francisco Primo Pisco	AdVT - Águas do Vale do Tejo SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	AdVT - Águas do Vale do Tejo SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público

			EGP			
Membro do CA (Nome)	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)			
(Notifie)	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação		
José Manuel Leitão Sardinha	Sim	А	5.722,75	2.289,10		
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	Sim	Α	4.578,20	1.831,28		
Ana Sofia Pereira da Silveira	Sim	Α	4.578,20	1.831,28		
Barnabé Francisco Primo Pisco	Sim	Α	4.578,20	1.831,28		
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Sim	Α	4.578,20	1.831,28		

Ml I. CA		Remuneração Anual (€)								
Membro do CA (Nome)	Fixa (I) Variável (2)		Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor BrutoFinal $(5) = (3)-(4)$					
José Manuel Leitão Sardinha	107.587,70	n.a.	107.587,70	5.379,40	102.208,30					
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	86.070,16	n.a.	86.070,16	4.303,80	81.766,36					
Ana Sofia Pereira da Silveira	86.070,16	n.a.	86.070,16	4.303,80	81.766,36					
Barnabé Francisco Primo Pisco	86.070,16	n.a.	86.070,16	4.303,80	81.766,36					
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	86.070,16	n.a.	86.070,16	4.303,80	81.766,36					
			451.868,34	22.594,60	429.273,74					

<sup>(1)</sup> O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

<sup>(2)</sup> Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no no 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

<sup>(4)</sup> Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

	Benefícios Sociais (€)											
Membro do CA (Nome)	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo	Encargo	Outros					
(i voino)	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual	Anual Seguro de Saúde	Anual Seguro de Vida	Identificar	Valor				
José Manuel Leitão Sardinha	a)	1.276,21	Seg. Social	25.116,50	1.182,06	1.634,42	n.a.	n.a.				
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	a)	1.461,53	CGA/ ADSE	20.629,55	1.646,56	1.307,43	n.a.	n.a.				
Ana Sofia Pereira da Silveira	b)	1.309,89	Seg. Social	20.395,83	464,49	1.307,43	n.a.	n.a.				
Barnabé Francisco Primo Pisco	a)	1.404,57	Seg. Social	20.464,01	464,49	0,00	n.a.	n.a.				
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	b)	1.224,15	Seg. Social	20.451,44	1.646,56	1.307,43	n.a.	n.a.				
		6.676,35	-	107.057,33	5.404,16	5.556,71	n.a.	n.a.				

Membro do CA		Encargos com Viaturas									
(Nome)	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor ref. da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor Ren. Mensal	Gasto Anual c/ Rendas	Prest. Cont. Remanesc.		
José Manuel Leitão Sardinha	Sim	Sim	49 143,99	AOV	2018	2022	816,62	9 799,44	42		
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	Sim	Sim	36 498,26	AOV	2018	2022	481,32	5 775,82	41		
Ana Sofia Pereira da Silveira	Sim	Sim	36 498,26	AOV	2018	2022	481,32	5 775,82	41		
Barnabé Francisco Primo Pisco	Sim	Sim	36 498,26	AOV	2018	2022	481,32	5 775,82	41		
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Sim	Sim	36 498,26	AOV	2018	2022	481,32	5 775,82	41		

	G	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)							
Membro do CA (Nome)	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outr	as	Gasto total com viagens (∑)			
				Identificar	Valor				
José Manuel Leitão Sardinha	138,09	190,00	0,00	-	0,00	328,09			
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	1 760,89	I 805,25	1 036,54	-	0,00	4 602,68			
Ana Sofia Pereira da Silveira	0,00	45,00	0,00		0,00	45,00			
Barnabé Francisco Primo Pisco	0,00	45,00	0,00	-	0,00	45,00			
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	0,00	45,00	0,00	-	0,00	45,00			
						5 065,77			

## (3) Fiscalização

## Conselho Fiscal

Mandato			De	signação	Estatuto	
(Início - Fim)	Cargo	Nome	Forma (I)	Data	Remuneratório Fixado Mensal (€)	Mandatos
2018-2020	Presidente	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	Assembleia Geral	16 de março de 2018	1.602,37	I
2018-2020	Vogal	Patrícia Isabel Sousa Caldinha	Assembleia Geral	16 de março de 2018	1.201,78	I
2018-2020	Vogal	Eduardo José Santos Clemente	Assembleia Geral	16 de março de 2018	1.201,78	I
2018-2020	Vogal Suplente	Luís Miguel Barros Martins Damas	Assembleia Geral	16 de março de 2018	-	I

<sup>(</sup>I) Indicar AG/DUE/Despacho

	Remuneração Anual (€)						
Nome	Bruto (I)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)				
Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	13.645,99	762,3	12.883,69				
Patrícia Isabel Sousa Caldinha	10.234,51	571,9	9.662,61				
Eduardo José Santos Clemente	10.234,51	571,9	9.662,61				
			32.208,91				

## Revisor Oficial de Contas

Até 16 de março de 2018 o Revisor Oficial de Contas da sociedade foi:

Mandato		Identificaçã	Identificação SROC/ROC			Designação		N° de	N° de anos	
(Início - Fim)	Cargo	Nome	N° de inscri- ção na OROC	N° Re- gisto na CMVM	Forma (I)	Data	Data do Contrato	anos de funções exercidas no grupo	de funções exercidas na sociedade	
2015-2017	SROC	Ernst & Young Audit & Associa- dos - SROC S:A., representada por Rui Manuel da Cunha Vieira	178	20161480	DUE	2 dezembro de 2016, com efeitos a 6 de agosto de 2016	2 dezembro 2016	9	3.º ano de exercício	
2015-2017	Fiscal Único Efetivo	Rui Manuel da Cunha Vieira	1154	20160766	DUE	2 dezembro de 2016, com efeitos a 6 de agosto de 2016	2 dezembro 2016	8	3.º ano de exercício	
2015-2017	Fiscal Único Suplente	Rui Abel Serra Martins	1119	20160731	DUE	2 dezembro de 2016, com efeitos a 6 de agosto de 2016	2 dezembro 2016	9	3.º ano de exercício	

<sup>(</sup>I) Indicar AG/DUE/Despacho

Através de proposta do Conselho Fiscal da sociedade, a Ernst de 20 d & Young Audit & Associados, SROC, SA, foi nomeada como 2018. A Revisor Oficial de Contas, por deliberação unânime por escrito 2018 é:

de 20 de dezembro de 2018, com efeitos a 16 de março de 2018. Assim, o Revisor Oficial de Contas para o exercício de 2018 é

Mandato		Identificação	SROC/RO	С		Designação	1	N° de	N° de anos	
(Início - Fim)	Cargo	Nome	N° de inscri- ção na OROC	N° Re- gisto na CMVM	Forma (I)	Data	Data do Contrato	anos de funções exercidas no grupo	de funções exercidas na sociedade	
2018-2020	SROC	Ernst & Young Audit & Associados – SROC S:A., representada por Rui Manuel da Cunha Vieira	178	20161480	DUE	20 dezembro de 2018	27 dezembro de 2018	9	3.º ano de exercício	
2018-2020	ROC	Rui Manuel da Cunha Vieira	1154	20160766	DUE	20 dezembro de 2018	27 dezembro de 2018	9	3.º ano de exercício	
2018-2020	ROC Suplente	Pedro Miguel Borges Marques	1801	20161640	DUE	20 dezembro de 2018	27 dezembro de 2018	I	I.º ano de exercício	

(I) Indicar AG/DUE/Despacho

Nome ROC/FU	Valor Anu	al do Contrato de F (€)	Prest. de Serv 2018	Valor Anual de Serv. Adicionais - 2018 (€)				
	Valor (I)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	
Ernst & Young	25.491	0	25.491	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	

## b) Auditor Externo

A EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA não dispôs durante o ano de 2018 de Auditor Externo, não se aplicando este ponto.

## 7. Aplicação do disposto nos artigos 32° e 33.° do Estatuto do Gestor Público

Foi dado cumprimento integral ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- a) À não utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa;
- b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, que se encontram sintetizadas no quadro seguinte:

	Gastos com Comunicações (€)				
	Plafond mensal definido	Plafond mensal definido Valor anual			
José Manuel Leitão Sardinha	80	585,19	-		
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	80	280,83	-		
Ana Sofia Pereira da Silveira	80	209,01	-		
Barnabé Francisco Primo Pisco	80	396,62	-		
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	80	481,09	-		
		1.952,74			

d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Membro do CA	Plafond mensal	Gastos anuais associados a viaturas (€)					
(Nome)	combustível e portagens	Combustível	Portagens	Total	Observações		
José Manuel Leitão Sardinha	572,28	2.496,56	1.618,39	4.114,95	-		
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado	457,82	1.772,44	1.048,85	2.821,29	-		
Ana Sofia Pereira da Silveira	457,82	987,65	773,75	1.761,40	-		
Barnabé Francisco Primo Pisco	457,82	3.613,63	1.617,05	5.230,68	-		
Rui Manuel Gonçalves Lourenço	457,82	2.743,95	733,80	3.477,75	-		
				17.406,07			

# 8. Despesas não documentadas ou confidenciais (aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP)

A empresa dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e ao artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não aceitando despesas não documentadas ou confidenciais.

# 9. Relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres (n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março)

Dando cumprimento ao previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a EPAL promove, divulga internamente e disponibiliza no sítio da internet, inserido no seu relatório anual de sustentabilidade, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

## 10. Relatório anual sobre a Prevenção da Corrupção (n.º I do artigo 46.º do RISPE)

Dando cumprimento ao previsto no n.º1 do artigo n.º 46 do Decreto-Lei n.º133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a EPAL procede à avaliação anual do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo n.º2 da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

"a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial".

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º2 do artigo n.º 46 do Decreto-Lei n.º133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual foi publicitado no sítio de Internet da EPAL (cujo link para o sitio da internet se encontra no quadro final do presente capitulo) e remetido à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), por correio eletrónico, bem como disponibilizado na plataforma SIRIEF.

## II. Contratação pública

## a) Modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2018

O Grupo AdP dispõe de uma unidade da AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A., que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aguisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Logística da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade. Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes, encontrandose implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao código dos contratos públicos pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a "aprendizagem" do Grupo ao longo destes 10 anos em matéria de contratação pública.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de aquisição.

## b) Procedimentos instituídos para a contratação de bens e serviços

A empresa dispõe de um procedimento que regula a contratação de bens e serviços, que tem como objetivo definir a metodologia de cumprimento do estabelecido no código dos contratos públicos, e cujo âmbito de aplicação versa sobre todas as propostas de aquisição e locação de bens móveis, serviços e empreitadas.

O procedimento foi revisto em 2017, e mantido em 2018, atentas que foram as recomendações do Tribunal de Contas constantes no Relatório de Auditoria 7/2017, e em alinhamento com as instruções emanadas pela AdP SGPS, SA, para todas as empresas do Grupo Águas de Portugal.

c) Os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões de euros, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)

Não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros, pelo que não houve quaisquer contratos sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas.

## 12. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014, na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente: Papel e economato, Vigilância e segurança, Combustíveis rodoviários, Veículos automóveis e motociclos, Licenciamento de software e serviços conexos e Higiene e Limpeza.

Recorreu-se a este figurino, quando validada a aderência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim à AdP Serviços uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

## 13. Medidas de redução de gastos operacionais (previstas no artigo 145.º do Decreto – Lei n.º 33/2018, de 15 de maio)

A EPAL cumpriu com a redução, no seu conjunto, do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, apresentando

o indicador no quadro no início deste capítulo respeitante ao cumprimento das orientações legais.

O quadro seguinte apresenta a execução comparativa com os anteriores períodos homólogos e comparáveis:

PD.C	2010 5	2010.0	2017.5	2017 E	2018/2	017
PRC	2018 Exec.	2018 Orç	2017 Exec.	2016 Exec.	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	93 985 371	98 607 180	98 002 280	95 950 476	-4 016 909	-4,1%
(I) CMVMC	I 770 564	I 788 590	I 775 798	I 657 683	-5 234	0%
(2) FSE	30 214 881	31 525 335	30 940 312	29 883 343	-725 431	-2%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii), iii) e iv)	22 994 727	23 020 737	23 054 544	22 658 200	-59 817	0%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	-1 023 903	-1 656 661	-784 619	-638 566	-239 284	30%
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	0		0	0	0	-
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	-1 425 333	-911 754	-628 389	0	-796 944	127%
(3.iv) Autorizações PAO 2018	-174 536	0	0	0	-174 536	-
(4) Gastos Operacionais <sup>a)</sup> = $(1)+(2)+(3)$	54 980 173	56 334 662	55 770 654	54 199 226	-790 481	-1%
(5) Volume de negócios (VN) <sup>b)</sup>	158 220 748	161 870 459	159 254 404	151 018 866	-1 033 656	-1%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	34,7%	34,8%	35,0%	35,9%	-0,3 p.p.	-1%
(i) Gastos com deslocações (FSE)	5 962	6 000	6 265	4 303	-302	-5%
(ii) Gastos com ajudas de custo e alojamento (gastos pessoal)	12 574	12 400	12 376	14 404	198	2%
(iii) Gastos com as viaturas	1 960 307	I 753 783	2 029 388	1 757 913	-69 081	-3%
Total = (i) + (ii) + (iii)	I 978 844	I 772 I83	2 048 029	I 776 620	-69 186	-3%
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	308 188	479 038	489 271	580 73 I	-181 083	-37%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	664	655	652	652	12	2%
N.º Órgãos Sociais (OS)	8	8	5	5	3	60%
N.º Cargos de Direção (CD)	19	19	19	25	0	0%
N.° Trabalhadores (sem OS e sem CD)	637	628	628	622	9	1%
N.° Trabalhadores/N.° CD	34	33	33	25	0	1%
N.° de viaturas	267	267	267	266	0	0%

No que respeita às variações registadas entre os exercícios de 2018 e 2017, salienta-se:

- (0) EBITDA | redução de 4,1%, em resultado da conjugação da diminuição do volume de negócios resultante da menor procura verificada, aliada aos gastos incorridos não controláveis pela gestão (conforme já descrito no ponto 2 do presente capitulo);
- (6) Gastos Operacionais / Volume de Negócios | Redução de 1% face a 2017, considerando os ajustamentos efetuados ao nível dos fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, referido dos no ponto 2 do presente capitulo;
- (Gastos com deslocações e alojamento, ajudas de custo e encargos com a frota automóvel) | redução global de 3%, apesar da sobreposição de gastos incorridos com o processo de substituição de viaturas;
- (Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria) | redução global de 37%, face ao valor registado em 2017;
- (Recursos Humanos) | aumento do número total de trabalhadores na Empresa por via da integração dos colaboradores abrangidos pelo PREVPAP, registando-se dessa forma um aumento do rácio de trabalhadores sobre os cargos dirigentes;
- (Número de viaturas) | manutenção do número de viaturas face ao verificado em 2017.
- 14. Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.° do RJSPE e artigo 135.° da Lei n.° 114/2017, de 29 de dezembro e artigo 104.° do Decreto-Lei n.° 33/2018. De 15 de maio)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários:
- encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros:
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário;
- Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS iniciou um processo de acesso aos mercados externos em 2003, concretizando uma colocação privada de dívida a 10 anos no Japão em 2005 e procedendo a três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação. A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS

centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplicou os seus excedentes de tesouraria, líquidos das

necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP. À data de 31 de dezembro de 2018, as disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP eram de 10.098.792 euros.

Ressalva-se contudo que alguns montantes indicados no quadro seguinte, respeitantes aos saldos finais em cada trimestre, poderão encontrar-se inflacionados por depósitos de valores efetuados pelos clientes no último dia útil de cada período que, pelo facto do IGCP não dispor de balcões de atendimento ao público, tiveram que ser depositados na banca comercial e, transferidos no dia útil seguinte, para a conta da EPAL junto do IGCP.

Banca Comercial*	I° Trimestre	2° Trimestre	3° Trimestre	4° Trimestre
	€	€	€	€
CGD (I)	I 403 095	l 491 298	1 721 010	134 613
BPI	147 279	156 612	22 439	102 235
BBVA (I)	286 294	78 684	132 423	273 088
Santander	10 579	4 303	161 886	60 224
BCP(I)	1 529 304	152 904	114 778	52 05 1
Novo Banco (1)	293 878	140 828	244 846	31 243
Banco Popular	8 20 1	19 296	10 556	0
Bankinter	3 846	8 028	24 829	3 954
Total	3 682 477	2 051 952	2 432 767	657 409
Juros auferidos**	0	0	0	0

- \* Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.
- \*\* Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2017) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC
- (1) Contas onde foram efetuados depósitos de clientes municipais no último dia do mês e que não estavam disponíveis para transferência para o IGCP, o que veio a acontecer no dia útil seguinte.

# 15. Recomendações dirigidas à empresa resultantes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos (2016 a 2018)

Através do Relatório de Auditoria n.º 7/2017, de 27 de abril de 2017, tendo por incidência os ajustes diretos realizados pelas empresas do Grupo Águas de Portugal no período compreendido entre 2012 e o 1.º semestre de 2014, foram realizadas as seguintes recomendações aos Conselhos de Administração:

 No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;  Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais (incluindo acordos quadro periódicos, se necessários).

Tendo em vista o cumprimento da obrigação de reporte prevista no ponto 159 do Relatório n.º 7/2017 do Tribunal de Contas, foram implementadas as seguintes medidas para cumprimento das recomendações constantes do citado relatório, as quais contribuíram para o reforço da garantia do cumprimento do regime previsto no Código dos Contratos Públicos e para a monitorização da execução contratual.

Medidas	Medida im- plementada (Sim/Não)	Objetivos
Aprovação do umo minuto tipo		- Uniformização de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP
Aprovação de uma minuta-tipo de informação para início de procedimentos de contratação pública	Sim	<ul> <li>Garantia de observância de requisitos legais inerentes à abertura de procedimentos</li> <li>Reforço da fundamentação de facto e de direito subjacente à promoção de procedimentos de contratação</li> </ul>
Declarações individualizadas de inexistência de conflitos de interesse	Sim	<ul> <li>Modelo de declaração anexo à minuta-tipo de informação para início de procedimentos de contratação</li> <li>Aumento de transparência dos procedimentos de contratação pública</li> <li>Cumprimento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção ou Infrações Conexas</li> <li>Acomodação de obrigação legal prevista na revisão do Código dos Contratos Públicos</li> </ul>
Designação de "gestor do procedimento"	Sim	- Definição de um responsável pelo acompanhamento da tramitação dos procedimentos de contratação, desde a data da decisão de contra- tar até à assinatura do contrato, com funções determinadas
procedimento		- Acomodação de obrigação legal prevista na revisão do Código dos Contratos Públicos
Designação de "gestor do contrato"	Sim	- Definição de um responsável pelo acompanhamento da execução dos contratos, com funções determinadas que abrangem a verificação do cumprimento dos termos contratuais, a validação de faturas e a elaboração do relatório de execução
		- Acomodação de obrigação legal prevista na revisão do Código dos Contratos Públicos
Implementação das orientações internas em matéria de número de entidades a convidar em função dos tipos de procedimento	Sim	- Definição do número de entidades a convidar nos procedimentos de contratação das empresas do grupo AdP, incluindo os promovidos ao abrigo dos setores especiais
Definição de novas orientações internas em matéria de avaliação do		- Fixação do 5.º dígito do CPV como referência para aferição de contratos cujo objeto seja constituído por prestações do mesmo tipo ou idênticas no ano económico em curso e nos dois anos anteriores
cumprimento do regime previsto no artigo 113.º, n.º 2, do CCP	Sim	- Garantia de observância de requisitos legais inerentes à abertura de procedimentos
		- Uniformização de práticas ao nível das empresas do grupo AdP
Emissão de orientações internas relativas à utilização de critérios	Sim	<ul> <li>Uniformização de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdP</li> <li>Garantia de observância de requisitos legais inerentes à abertura de procedimentos</li> </ul>
materiais em procedimentos de ajuste direto		<ul> <li>Reforço da fundamentação de facto e de direito subjacente à promo- ção de procedimentos de contratação</li> </ul>
		- Garantia de observância de requisitos legais inerentes à abertura de procedimentos
Existência de assessoria jurídica	C'	<ul> <li>Reforço da fundamentação de direito subjacente à promoção de procedimentos de contratação</li> </ul>
especializada em contratação em cada empresa do grupo AdP	Sim	- Análise e concertação periódica sobre questões de contratação pública em grupo de trabalho especializado
		- Assegurar a implementação das orientações internas em matéria de contratação

Medidas	Medida im- plementada (Sim/Não)	Objetivos
Monitorização de procedimentos de	Sim	- Definição de unidade orgânica no âmbito da AdP SGPS responsáve pelo acompanhamento dos termos de realização de procedimentos de contratação através de informação registada no ERP para controlo da legalidade dos procedimentos
contratação		- Realização de auditorias internas em áreas e matérias identificadas pela AdP SGPS
		- Uniformização de práticas ao nível das empresas do grupo AdP
		- Uniformização de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdF
Criação de unidade de compras responsável pela promoção de procedimentos de contratação	Sim	<ul> <li>Coordenação interna da tramitação de procedimentos de contratação relativos a aquisições/locações de bens e serviços, bem como a respetiva monitorização e reporte</li> </ul>
pública, em todas as empresas do grupo AdP		- Definição de unidade orgânica responsável pela informação prestada para efeitos de aferição do cumprimento do regime do artigo 113.°, n.º 2, do CCP
		- Identificação de necessidades em matéria de empreitadas e aquisições/ locações de bens e serviços em cada ciclo anual
Aprovação do Plano Anual de	Sim	- Melhorar o planeamento da realização de procedimentos de contrata- ção e identificar necessidades transversais que possam ser contratada: globalmente para redução de encargos
Compras em todas as empresas do grupo AdP		- Promover a divulgação de anúncios de pré-informação nos termos do CCP
		- Articulação com o orçamento das empresas
		- Carregamento do Plano Anual de Compras no ERP para monitoriza ção de execução
		- Preparação dos gestores e técnicos das empresas do grupo AdP para revisão do Código dos Contratos Públicos
Realização de ações de formação de âmbito geral e especializado	Sim	- Garantia de observância de requisitos legais e relativos a procedimentos de contratação pública
		- Uniformização de procedimentos ao nível das empresas do grupo AdF
Revisão das minutas-tipo de peças dos procedimentos de contratação pública	Sim	- Adaptação das minutas-tipo de peças dos procedimentos de contrata- ção pública inerentes à realização de investimentos (empreitadas, aquisi- ções de serviços de fiscalização e projeto, etc.)
		- Instituição de arquivo digital por procedimento de contratação pública da responsabilidade do gestor do procedimento
Arquivo de procedimentos de contratação pública	Sim	- Diminuição do suporte físico dos procedimentos de contratação pública
		- Agilização de disponibilização de informação em sede de consulta in- terna, auditorias e ações inspetivas

## 16. Quadro com informação a constar no site do SEE

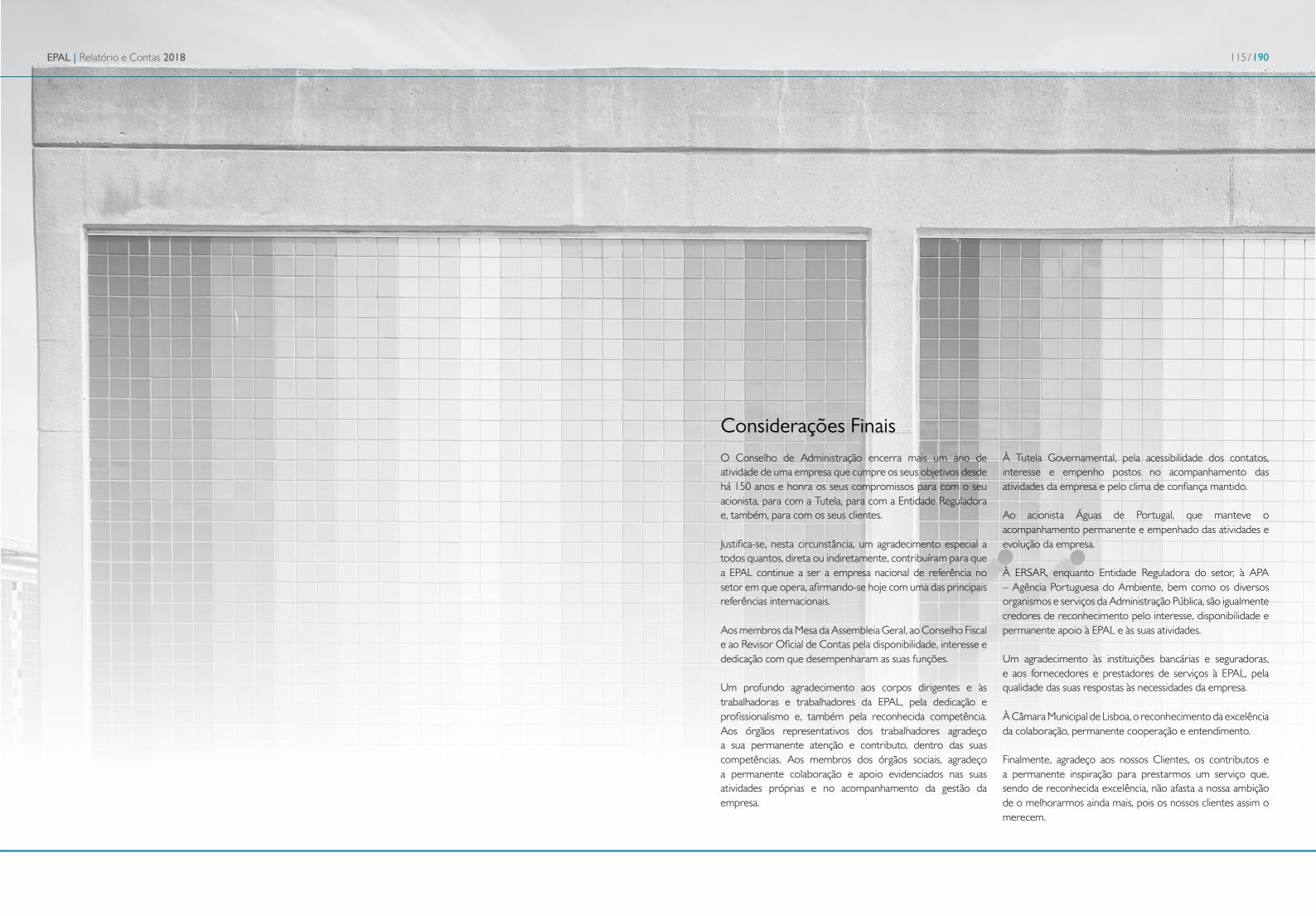
Conforme orientações da DGTF a empresa não divulga informação no sítio do SEE na internet, em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Para efeitos de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais referidas, apresenta-se o quadro seguinte:

Sumprimento das Orientações Logais 2019		Cumprim		Quantificação/	lustificação/ Poforância ao ponto do Polatóri	
Cumprimento das Orientações Legais - 2018	S	Ν	NA	Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do Relatório	
Objetivos de Gestão					Ponto I do capitulo "Cumprimento das Orientaçõe Legais"	
. Objetivos financeiros, de eficiência e sustentabilidade						
• Eficiência de gestão (PRC=GV+FSE+GP)/VN)	X			3,6%	Objetivo Superado	
Limite ao endividamento	X			35,6	Objetivo Superado	
Dívida comercial (vencida) de devedores municipais	X			67,7%	Objetivo Superado	
Degradação da tesouraria de exploração (DTE)	X			36,4%	Objetivo Superado	
Rentabilidade do capital investido (RCI)	X			108,9%	Objetivo Atingido	
2. Objetivos ambientais						
· Evolução da qualidade da água fornecida (AQA)	X			99,6%	Objetivo Atingido	
Destaque de sist. multimunicipais da área metropolitana de Lisboa	×			2	Objetivo Superado	
Reorganização de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Energia	×		×	28,6%	Objetivo Atingido	
Reorganização de modo a promover a elevação dos níveis de eficiência no Sistema de Gestão de Ativos	×		×	21-12-2018	Objetivo Atingido	
· Redução do consumo de energia elétrica	×		×	100,3%	Objetivo Atingido	
3. Objetivos de reporte						
Grau de cumprimento dos prazos de reporte (GCPR)	X			-1	Objetivo Atingido	
Metas a atingir constantes no PAO 2018					Comparação entre os valores de 2018 e as previsõe constantes do PAO 2018	
Princípios Financeiros de Referência	×			-	Ponto I do capitulo "Cumprimento das Orientaçõe Legais" Ponto I do capitulo "Cumprimento das Orientaçõe	
nvestimento	X			42,8%	Legais'	
Endividamento	X			100%	Ponto I do capitulo "Cumprimento das Orientaçõo Legais"	
EBITDA		×		-4,7%	Ponto I do capitulo "Cumprimento das Orientaçõ	
					Legais" Ponto I do capitulo "Cumprimento das Orientaçõo	
EBIT		X		-5,6%	Legais"	
Gastos Operacionais / Volume de Negócios	X			-0,1 p.p.	Ponto I do capitulo "Cumprimento das Orientaçõo Legais"	
Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e		×		11,7%	Ponto I do capitulo "Cumprimento das Orientaçõ	
alojamento, e os associados à frota automóvel Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres,				2 - 70/	Legais'' Ponto I do capitulo "Cumprimento das Orientaçõo	
projetos e consultoria	X			-35,7%	Legais" Ponto I do capitulo "Cumprimento das Orientaçõo	
N.° viaturas				0	Legais'	
Gastos com Pessoal	X			-0,1%	Ponto I do capitulo "Cumprimento das Orientaçõo	
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE			×		Legais"  Ponto I do capitulo "Cumprimento das Orientaçõe  Legais"	
Gestão do Risco Financeiro	×			1,36%	Legais"  Ponto 2 do capitulo "Cumprimento das Orientaçõo  Legais"	
Limites de Crescimento do Endividamento	×			-5,6%	Variação do endividamento face a 2016	
Evolução do PMP a fornecedores	×			-6	Ponto 4 do capitulo "Cumprimento das Orientaçõe	
Atrasos nos Pagamentos (Arrears)	×			I 429 020	Legais"  Ponto 4 do capitulo "Cumprimento das Orientaçõe Legais"	
Recomendações do Acionista na aprovação de contas			×		Não foram emitidas recomendações	
Remunerações:					Io. a oaaa recomenaagees	
e Não atribuição de prémios de gestão	×			-	-	
• CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2017	×			22 595 EUR	Valor das reduções remuneratórias em 2018	

6	Cu	ımpri	mento	Quantificação/	1.00 ~ / D ( ^ )
Cumprimento das Orientações Legais - 2018	S	N	I NA	Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do Relatório
• Fiscalização - redução e reversões remuneratória vigentes em 2017	×	'		762 EUR	Valor das reduções remuneratórias em 2018
• Auditor Externo - redução e reversões remuneratória vigentes em 2017			×	-	-
EGP - artigo 32° e 33.° do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	X			-	Os membros do CA não dispõem de cartões de credito
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X			-	A empresa não reembolsou qualquer despesa de representação pessoal
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X			-	Ponto 7 do capitulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensal- mente às viaturas de serviço	×			-	Ponto 7 do capitulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Despesas não documentadas - n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e a	art.°	11.°	do EGF	•	
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	×			-	A empresa não realizou qualquer despesa não documentado ou confidencial
Promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres - n.º	2 da	RCM	1 n.° 18	/2014	
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres	×			-	Ponto 9 do capitulo "Cumprimento das Orientações Legais"
Prevenção da Corrupção - n.º 1 do artigo 46º do RJSPE					
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	X			-	http://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/sustentabili- dade-responsabilidade-empresarial/plano-de-gestão- de-riscos-de-corrupção-e-infrações-conexas
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X				Ponto II do capitulo "Cumprimento das Orientaçõe Legais"
<ul> <li>Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas</li> </ul>			×	-	Ponto II do capitulo "Cumprimento das Orientaçõe Legais"
Contratos submetidos a visto prévio do TC			×	-	Ponto I I do capitulo "Cumprimento das Orientaçõe Legais"
Auditorias do Tribunal de Contas					
<ul> <li>No recurso ao ajuste direto devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;</li> </ul>	×			-	Ponto 15 do capitulo "Cumprimento das Orientaçõe Legais"
<ul> <li>Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais</li> </ul>	×			-	Ponto 15 do capitulo "Cumprimento das Orientaçõe Legais"
Parque Automóvel					
• Nº de viaturas	×			0	Ponto 13 do capitulo "Cumprimento das Orientaçõe Legais"
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	×			-2,9%	Ponto 13 do capitulo "Cumprimento das Orientaçõe Legais"
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/201	3)				
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	X			23 749 245 EUR	Saldo a 31/12/2017
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	X			2 035 822 EUR	Saldo a 31/12/2017
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	X			-	Ponto 14 do capitulo "Cumprimento das Orientaçõe Legais"



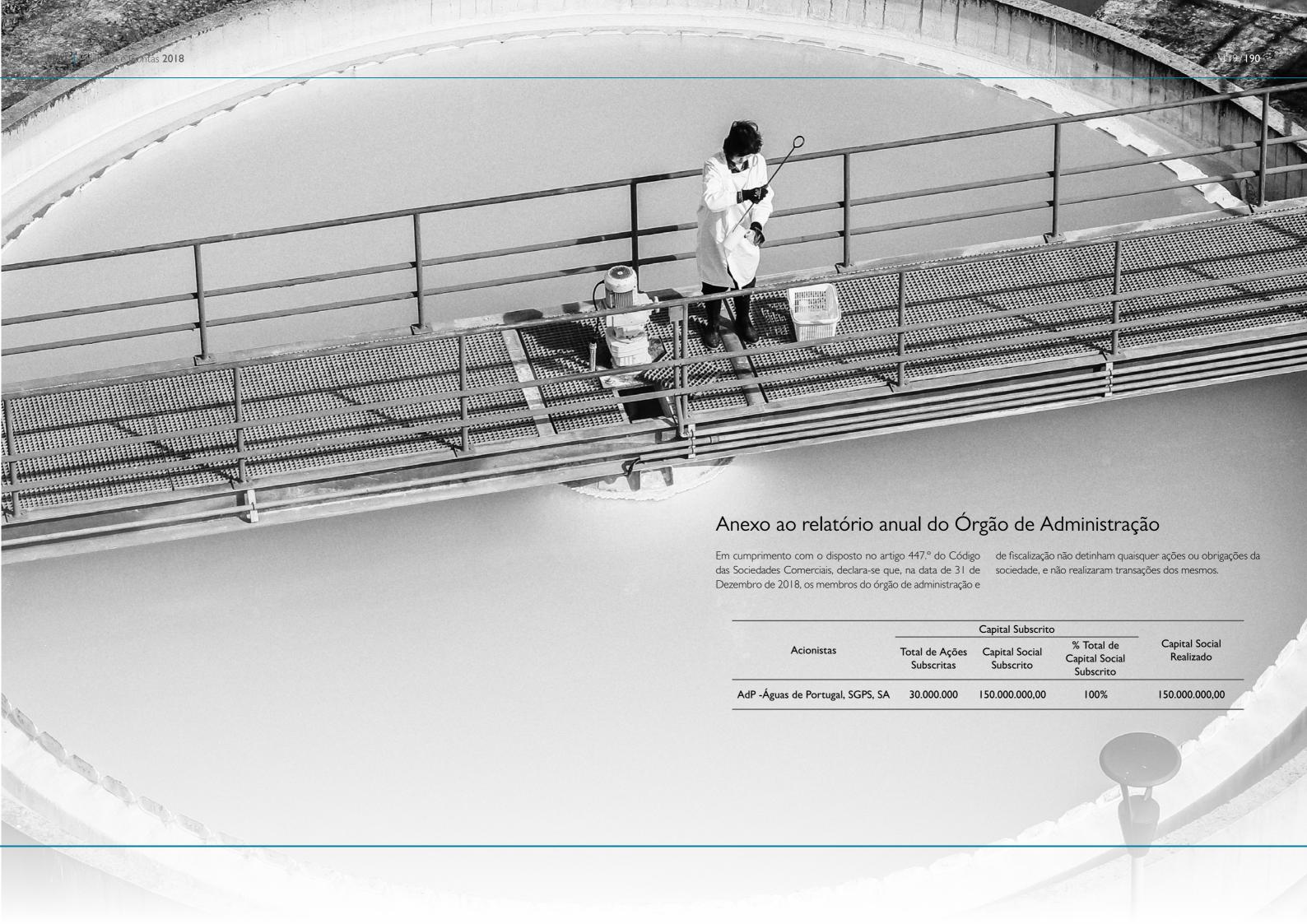


## Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no artigo 21.º dos Estatutos da EPAL de 2018, no montante de 49.108.341,71 euros (quarenta e - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de nove milhões, cento e oito mil, trezentos e quarenta e um Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício euros e setenta e um cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

■ 39.286.673,37 euros (trinta e nove milhões, duzentos trinta e sete cêntimos) para distribuição de dividendos aos cêntimos) para Resultados Transitados. Acionistas;

■ 9.821.668,34 euros (nove milhões, oitocentos e vinte e e oitenta e seis mil, seiscentos e setenta e três euros e um mil, seiscentos e sessenta e oito euros e trinta e quatro





## Demonstrações Financeiras

## Demonstração da posição financeira

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	7	682 766 433	695 604 184
Propriedades de investimento	8	13 399 960	13 479 013
Activos intangíveis	6	5 760 000	5 973 333
Outros ativos financeiros	10	102 514	98 463
Ativos por impostos diferidos	11	2 354 624	2 396 257
Outros ativos não correntes	12 e 19	10 652 125	12 730 420
Total do ativo não corrente		715 035 656	730 281 670
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	13	133 596	144 949
Clientes	14	14 969 864	15 382 742
Imposto sobre o rendimento	21	650 190	656 190
Outras contas a receber	21	74 863	
Diferimentos	14	109 226 168	86 573 597
Outros ativos financeiros	15	3 000 056	3 322 979
Caixa e depósitos bancários	5 e 10	-	18 000 000
Total do ativo corrente	5	10 656 495	7 7 1 2 1 0 3
Total do ativo		138 711 232	131 792 560
		853 746 888	862 074 229
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	16	150 000 000	150 000 000
Reserva legal	16	30 000 000	30 000 000
Outras reservas	16	22 171 377	22 171 377
Resultados transitados	16	370 041 697	360 708 788
Outras variações no capital próprio	16	(4 064)	(4 064)
		572 209 011	562 876 102
Resultado líquido do exercício	31	49 108 342	50 071 575
Total do capital próprio		621 317 353	612 947 677
PASSIVO: PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	17	101 666 506	117 575 342
Subsídios ao investimento	18	33 216 521	28 846 935
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	275 000	800 525
Passivos por impostos diferidos	17	35 354 257	36 842 018
Total do passivo não corrente	- 11	170 512 284	184 064 820
·			
PASSIVO CORRENTE: Provisões	20	163 051	400 IDE
	20		609 135
Fornecedores Estado e outros entes públicos	17 21	6 981 764	8 505 301 5 510 698
Imposto sobre o rendimento do exercício	21	5 945 907 4 492 325	3 705 811
Financiamentos obtidos	17	15 908 836	15 832 361
Outras contas a pagar	17	28 425 369	30 898 427
Total do passivo corrente	17	61 917 251	65 061 733
Total do passivo		232 429 535	249 126 553
Total do capital próprio e do passivo		853 746 888	862 074 229

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018.

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração José Manuel Leitão Sardinha Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado Ana Sofia Pereira da Silveira Barnabé Francisco Primo Pisco Rui Manuel Gonçalves Lourenço

## Demonstração dos Resultados (por Naturezas)

(Montantes expressos em euros)

		(i fortaine	3 CAPI C3303 CITI CUI O
Rendimentos e Gastos	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	22	158 220 748	159 254 404
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(1 770 564)	(1 775 798)
Fornecimentos e serviços externos	23	(32 290 499)	(30 940 312)
Gastos com o pessoal	24	(25 618 500)	(24 467 552)
Imparidade de dívidas a receber (perdas) / reversões	14	(965 181)	(1 073 295)
Provisões (aumentos) / reduções	20	327 037	22 017
Subsídios ao investimento	18	1 453 065	l 275 977
Outros rendimentos e ganhos	25	4 078 384	4 007 184
Outros gastos e perdas	26	(7 996 054)	(7 024 367)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e	mpostos	95 438 436	99 278 257
Gastos de depreciação e de amortização	27	(25 539 052)	(25 486 278)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e in	mpostos)	69 899 384	73 791 979
Juros e rendimentos similares obtidos	28	766 256	550 520
Juros e gastos similares suportados	28	(1 709 324)	(2 225 917)
Resultado antes de	mpostos	68 956 316	72 116 581
Imposto sobre o rendimento do exercício - diferido	11	1 166 535	582 564
Imposto sobre o rendimento do exercício - corrente	11	(21 014 509)	(22 627 570)
Resultado líquido do		49 108 342	50 071 575
Resultado por ação básico	31	1,64	1,67
Resultado por ação diluído		1,64	1,67
	21.1.1.1.1	1 2010	

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado Marcos Levi Santinho de Faria Miguel O Conselho de Administração José Manuel Leitão Sardinha Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado Ana Sofia Pereira da Silveira Barnabé Francisco Primo Pisco Rui Manuel Gonçalves Lourenço

## Demonstração do rendimento integral

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2018	2017
Resultado líquido do exercício		49 108 342	50 071 575
Itens que não reciclam por resultados:			
Remensurações do plano de pensões (líquido de imposto)	11 e 19	(681 406)	(652 680)
Efeito de alteração de taxa de imposto	11	-	(1 622 795)
Ajuste benefício de reforma	11	-	230 694
Total do rendimento integral do exercício		48 426 936	48 026 795

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado Marcos Levi Santinho de Faria Miguel O Conselho de Administração José Manuel Leitão Sardinha Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado Ana Sofia Pereira da Silveira Barnabé Francisco Primo Pisco Rui Manuel Gonçalves Lourenço

## Demonstração das variações do capital próprio

	Si				Resulta-	Outras	Resultado	
	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	dos tran- sitados	variações no capital próprio	líquido do exercício	Capital próprio
Posição no início do exercício de 2017		150 000 000	30 000 000	22 171 377	350 228 371	(4 064)	49 722 300	602 117 985
Alterações no exercício:								
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	11, 19	-	-	-	535 957	-	-	535 957
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado		-	-	-	49 722 300	-	(49 722 300)	-
		150 000 000	30 000 000	22 171 377	400 486 628	(4 064)	-	602 653 942
Resultado líquido do exercício de 2017							50 071 575	50 071 575
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	16	-		-	(39 777 840)	-	-	(39 777 840)
		-	-	-	(39 777 840)	-	50 071 575	(39 777 840)
Posição no fim do exercício de 2017		150 000 000	30 000 000	22 171 377	360 708 788	(4 064)	50 071 575	612 947 677
Posição no início do exercício de 2018		150 000 000	30 000 000	22 171 377	360 708 788	(4 064)	50 071 575	612 947 677
Posição no início do exercício de 2018		150 000 000	30 000 000	22  7  377	360 708 788	(4 064)	50 071 575	612 947 677
Alterações no exercício:								
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	11, 19	-	-	-	(681 406)	-	-	(681 406)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado		-	-	-	50 071 575	-	(50 071 575)	-
		150 000 000	30 000 000	22  7  377	410 098 957	(4 064)	-	612 266 271
Resultado líquido do exercício de 2018							49 108 342	49 108 342
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	16	-	-	-	(40 057 260)	-	-	(40 057 260)
		-	-	-	(40 057 260)	-	-	(40 057 260)
Posição no fim do exercício de 2018		150 000 000	30 000 000	22 171 377	370 041 697	(4 064)	49 108 342	621 317 353

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado Marcos Levi Santinho de Faria Miguel O Conselho de Administração José Manuel Leitão Sardinha Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado Ana Sofia Pereira da Silveira Barnabé Francisco Primo Pisco Rui Manuel Gonçalves Lourenço

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dezembro 2018		31 dezembro 2017	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:					
Recebimentos de clientes		190 482 175		196 383 526	
Pagamentos a fornecedores		(44 368 607)		(37 340 215)	
Pagamentos ao pessoal		(31 219 156)		(36 003 043)	
Caixa gerada pelas operaçõ	ies	114 894 412		123 040 268	
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(21 229 932)		(21 037 406)	
Outros recebimentos / (pagamentos)		(24 041 491)		(23 749 671)	
Fluxos das atividades operacionais	[1]	_	69 622 989	_	78 253 19
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis	7	(11 205 250)		(12 674 256)	
Activos intangíveis					
Investimentos financeiros		(7 008)		(5 439)	
Outros ativos	5 e 10	(82 000 000)	(93 212 258)	(60 000 000)	(72 679 695
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis		481 463		511 215	
Investimentos financeiros		-		-	
Outros ativos	5 e 10	60 000 000		50 000 000	
Juros e rendimentos similares	_	364 788	66 201 973	109 733	50 620 948
Fluxos das atividades de investimento	[2]		(27 010 285)		(22 058 747)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos	17	(15 832 361)		(18 109 607)	
Juros e gastos similares		(1 778 691)		(2 064 122)	
Dividendos	16	(40 057 260)	(57 668 312)	(39 777 840)	(59 951 569)
Fluxos das atividades de financiamento [3]			(57 668 312)		(59 951 569)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]			(15 055 608)		(3 757 125)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	5		25 712 103		29 469 228

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 3 l de dezembro de 2018.

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração José Manuel Leitão Sardinha Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado Ana Sofia Pereira da Silveira Barnabé Francisco Primo Pisco Rui Manuel Gonçalves Lourenço

## Notas às Demonstrações Financeiras

## I Nota Introdutória

## I.I Introdução

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (adiante designada por "EPAL" ou "empresa") é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O objeto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

## 1.2 Atividade

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em "alta" a 34 municípios da Região da Grande Lisboa, num total de 35 municípios abrangidos.

Adicionalmente, a empresa, enquanto entidade com gestão delegada de distribuição à cidade de Lisboa e abastecimento da Região da Grande Lisboa e, conforme previsto no Decreto-Lei nº 230/9 I, de 2 I de junho, apresenta no seu modelo de gestão a liberdade de contratualizar fornecimento de água com Municípios. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015 e consequente alteração ao Decreto-Lei nº 230/9 I, as tarifas da EPAL deixam de ser fixadas por Convenção entre o Estado, representado pela Direção Geral das Atividades Económicas, e a EPAL, passando para a esfera da ERSAR. Para o período 2016-2020 as tarifas foram fixadas pelo mesmo Decreto-Lei, constando dos seus Anexos IV e V.

A EPAL é ainda responsável pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, atribuída pelo Decreto-Lei nº 94/2015, de 29 de maio, e revista pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, o qual integra atualmente 70 municípios.

Desde o início do ano de 2016 que a EPAL assumiu a gestão e exploração do sistema de abastecimento do Oeste, passando dessa forma a deter a responsabilidade pela operação e gestão das instalações desse sistema de abastecimento, mantendo a Águas do Vale do Tejo a propriedade dos inerentes ativos.

## 1.3 Acionistas

À data de 31 de dezembro de 2018, a Empresa é integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

## 1.4 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 13 de março de 2019. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, tendo os acionistas capacidade para alterar as demostrações financeiras após estas terem sido aprovadas para emissão.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

## 2 Políticas Contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2018.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

## 2.1 Bases de apresentação

## 2.1.1 Introdução

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

## 2.1.2 Novas normas e alteração de políticas

#### 2.1.2.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentada nos comparativos.

## 2.1.2.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

## IFRS 15 Rédito de Contratos com Clientes

A IFRS 15 veio substituir a IAS 11 Contratos de Construção, a IAS 18 Rédito e as Interpretações relacionadas com estas normas e aplica-se, com raras exceções, a todo o rédito proveniente de contratos com clientes.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A IFRS 15 requer que o órgão de gestão faça julgamentos, considerando todos os factos e circunstâncias relevantes quando

aplica cada um dos cinco passos do modelo aos contratos com os seus clientes. A norma também especifica como devem ser contabilizados os custos incrementais para a obtenção de um contrato e os custos diretamente incorridos no cumprimento de um contrato. Adicionalmente, a norma exige divulgações mais extensas.

A EPAL adotou a IFRS 15 usando o método retrospetivo modificado, com data de aplicação inicial de 1 de janeiro de 2018. De acordo com este método, a norma pode ser aplicada, na data de aplicação inicial, a todos os contratos ou apenas aos contratos que não estejam concluídos nessa data. A EPAL optou por aplicar a norma aos contratos que não estavam concluídos em 1 de janeiro de 2018.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela EPAL, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou das prestações do serviço ao cliente.

A aplicação da IFRS 15 não tem impacto significativo na forma como a EPAL reconhece atualmente o rédito das vendas de bens e prestação de serviços a clientes.

## IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A nova norma IFRS 9 Instrumentos Financeiros que substitui a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, tem como principal enfoque os seguintes aspetos: i) Classificação e mensuração; ii) Imparidade; e iii) Contabilidade de Cobertura.

A EPAL adotou esta nova norma em 1 de Janeiro de 2018, data em que se tornou obrigatória a sua aplicação, não havendo lugar a reexpressão da informação comparativa.

A EPAL analisou o impacto da adoção desta nova norma, não tendo identificado impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras.

#### i) Classificação e mensuração

De acordo com a IFRS 9, os ativos financeiros correspondentes a instrumentos de dívida podem ser subsequentemente mensurados ao justo valor através de resultados, ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral. A classificação é determinada em função do modelo de negócio da EPAL para gerir os ativos financeiros e se os fluxos de caixa contratuais do instrumento de dívida representam, ou não, apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

A avaliação do modelo de negócio da EPAL foi efetuada à data de aplicação inicial, em 1 de janeiro de 2018. A avaliação se os fluxos de caixa contratuais representam apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros foi efetuada com base nos factos e circunstâncias existentes à data de reconhecimento dos ativos.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.

Os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 não tiveram um impacto significativo na EPAL. As alterações ocorridas ao nível da classificação dos ativos financeiros da empresa são as seguintes:

Contas a receber e Outros ativos financeiros não correntes (isto é, empréstimos a entidades relacionadas e contas a receber de clientes) classificados como Empréstimos e contas a receber em 31 de dezembro de 2017, são detidos para receber os fluxos de caixa contratuais e dão origem a fluxos de caixa que representam apenas reembolsos de capital e pagamento de juros. São classificados e mensurados como instrumentos de dívida ao custo amortizado com início em 1 de janeiro de 2018.

### ii) Imparidade

A IFRS 9 requer que a EPAL reconheça imparidades sobre créditos a receber, com base no modelo de perdas estimadas (quer numa base de perdas esperadas a 12 meses ou perdas esperadas na totalidade da vida dos créditos a receber), em substituição do modelo de perdas incorridas previsto na IAS 39. A EPAL aplicou a abordagem simplificada para os créditos comerciais a receber, reconhecendo a estimativa de perdas para a totalidade da vida dos créditos.

A atual política contabilística seguida pela EPAL já prevê o reconhecimento de uma imparidade sobre créditos comerciais a receber, atendendo ao histórico de incobrabilidade de cada negócio.

A EPAL não identificou qualquer impacto material nas suas Demonstrações Financeiras pela aplicação deste novo modelo de reconhecimento de imparidades.

## iii) Contabilidade de cobertura

A Empresa não detém instrumentos de contabilidade de cobertura.

## Alterações à IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira

A IFRIC 22 corresponde a uma interpretação à IAS 2 I — 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio', referindo-se à determinação da 'data da transação' quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira, sendo o fator que determina a taxa de câmbio a usar para conversão cambial das transações em moeda estrangeira à data da transação. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras.

## Alterações à IAS 40 - Propriedades de investimento

Esta alteração clarifica que a transferência de ativos só pode ser efetuada (de e para a categoria de propriedades de investimento) quando existe evidência da sua alteração de uso, sendo que a alteração de intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Da adoção desta norma não decorrem impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.

#### Outras normas sem qualquer impacto nas demonstrações financeiras

- Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016 Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016, o IASB introduziu as seguintes melhorias que devem ser aplicadas retrospetivamente e são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018 (uma outra melhoria relacionada com a IFRS 12 foi já efetiva a partir de 1 de janeiro de 2017):
  - IFRS | Adoção pela primeira vez das IFRS Esta melhoria veio eliminar a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS;
  - IAS 28 Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento.
- Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 Alterações à IFRS 4 As alterações vêm dar tratamento a algumas das questões levantadas com a implementação da IFRS 9 antes da implementação da nova norma sobre contratos de seguros que o IASB irá emitir para substituir a IFRS 4.
- IFRS 2 Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações Alterações à IFRS 2 O IASB emitiu alterações à IFRS 2 em relação à classificação e mensuração de transações de pagamentos com base em ações. Estas alterações tratam de três áreas essenciais:

- Vesting conditions os seus efeitos na mensuração de transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro;
- Classificação de transações de pagamento com base em ações com opção de liquidação pelo valor líquido, para cumprimento de obrigações de retenções na fonte;
- Contabilização de uma alteração dos termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações que altere a sua classificação de liquidada em dinheiro para liquidada com instrumentos de capital próprio.

#### 2.1.2.3 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após I de janeiro de 2019 ou posteriores e que a empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

## Já endossadas pela EU

#### IFRS 16 Locações

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e veio substituir a IAS 17 - Locações, a IFRIC 4 - Determinar se um Acordo contém uma Locação, a SIC 15 - Locações Operacionais/Incentivos e a SIC 27 - Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação.

A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação das locações e requer que os locatários contabilizem todas as locações nos respetivos balanços de acordo com um modelo único semelhante ao previsto atualmente na IAS 17 para as locações financeiras.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para os locatários - contratos de locação em que os ativos tenham pouco valor (como, por exemplo, um computador pessoal), e contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior).

Na data de início da locação, o locatário irá reconhecer o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

No âmbito da norma, os locatários passam a ter de remensurar o passivo da locação quando ocorrem certos eventos (como por exemplo, uma alteração no período da locação, uma alteração nos pagamentos da locação em consequência de uma alteração num indexante ou numa taxa usados para determinar esses pagamentos). Os locatários irão reconhecer o montante dessa remensuração no passivo da locação como um ajustamento ao ativo sob direito de uso.

A contabilidade do locador de acordo com a IFRS 16 permanece substancialmente inalterada face à contabilização atualmente prevista na IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando o mesmo princípio de classificação da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locações operacionais e financeiras.

A IFRS 16, que entra em vigor nos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2019, requer dos locadores e dos locatários divulgações mais extensivas do que as requeridas pela IAS 17.

Transição para a IFRS 16

A EPAL irá adotar a IFRS 16 retrospetivamente com o efeito cumulativo na data de aplicação do IFRS 16 (1 de janeiro de 2019), em que o direito de uso do ativo da locação será contabilizado pelo valor igual ao passivo da locação determinado no dia 1 de janeiro de 2019. Através deste expediente prático do IFRS 16, os comparativos não serão reexpressos. A empresa irá aplicar a norma a todos os contratos que foram anteriormente identificados como locações ao abrigo da IAS 17 e da IFRIC 4. Consequentemente, a EPAL não irá aplicar a norma a contratos que não tenham anteriormente sido identificados como contendo uma locação.

A EPAL decidiu aplicar as isenções previstas na norma para contratos de locação cujo período da locação termine nos próximos 12 meses desde a data de aplicação inicial, e para contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha pouco valor. A empresa tem contratos de locação para certos tipos de equipamentos administrativos (como, por exemplo, computadores pessoais, impressoras multifunções e fotocopiadoras) que a EPAL considera terem pouco valor.

Durante o período de 2018, a EPAL efetuou uma avaliação detalhada dos impactos da IFRS 16. Em resumo, o impacto esperado da adoção da IFRS 16 no dia 1 de janeiro de 2019 é o seguinte:

- Aumento do ativo Direito de uso do ativo da locação | 2.501.423 euros
- Aumento do passivo Passivo da locação
   2.501.423 euros

Na determinação do impacto estimado com a transição para o IFRS 16 no dia 1 de janeiro de 2019, foram utilizados os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços foi tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 31 de dezembro de 2019, foram excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado novo inferior a 5.000 euros (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) foram excluídos do âmbito do IFRS 16.

Adicionalmente, a taxa de desconto utilizada na quantificação do passivo da locação em 1 de janeiro de 2019, foi determinada da seguinte forma:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, foi utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utilizou-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

O impacto acima estimado com a transição para o IFRS 16 incide essencialmente sobre os contratos que até 31 de dezembro de 2018 eram contabilizados como locação operacional no âmbito do IAS 17:

- i) Contratos de aluguer de viaturas e prestação de serviços com manutenção, seguros e impostos;
- ii) Contratos de arrendamento de imóveis.

## IFRIC 23 – Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento

Em junho de 2017, o IASB emitiu a IFRIC 23 - Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento (a Interpretação), que clarifica os requisitos de aplicação e de mensuração da IAS 12 - Imposto sobre o rendimento, quando existe incerteza quanto aos tratamentos a dar ao imposto sobre o rendimento.

A Interpretação endereça a contabilização do imposto sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais que envolvem incerteza e que afetam a aplicação da IAS 12. A Interpretação não se aplica a taxas ou impostos que não estejam no âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente requisitos referentes a juros ou multas associados com a incerteza de tratamentos de impostos.

A Interpretação endereça especificamente o seguinte:

- Se uma entidade considera as incertezas de tratamentos de impostos separadamente;
- Os pressupostos que uma entidade utiliza sobre o exame de tratamentos fiscais por parte das autoridades fiscais;
- Como uma entidade determina o lucro e/ou prejuízo fiscal, a base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas fiscais:
- Como uma entidade considera as alterações de factos e de circunstâncias.

Uma entidade tem de determinar se deve considerar a incerteza sobre cada tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos. A abordagem que deverá ser seguida é a que melhor permita prever o desfecho da incerteza.

A Interpretação foi endossada em 23 de outubro de 2018 e é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019.

## Pagamentos antecipados com compensações negativas - Alterações à IFRS 9

De acordo com a IFRS 9, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral desde que os cash flows implícitos sejam "apenas pagamento de capital e juro sobre o capital em dívida" (o critério SPPI), e o instrumento seja detido num modelo de negócios que permita essa classificação.

As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro passa o critério SPPI, independentemente do evento ou das circunstâncias que causam o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.

As bases de conclusão, para esta alteração clarificam que o término antecipado pode ser consequência de uma cláusula contratual ou de um evento que esteja fora do controlo das partes envolvidas no contrato, tais como uma alteração de leis ou regulamentos que levem ao término antecipado.

Modificação ou a substituição de um passivo financeiro que não origina o desreconhecimento desse passivo.

Nas bases para a conclusão o IASB também clarifica que os requisitos da IFRS 9 para ajustamento do custo amortizado de um passivo financeiro, quando uma modificação (ou substituição) não resulta no seu desreconhecimento, são consistentes com os requisitos aplicados a uma modificação de um ativo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento.

Isto significa que o ganho ou a perda que resulte da modificação desse passivo financeiro que não resulte no seu dereconhecimento, calculado descontando a alteração aos cash flows associados a esse passivo à taxa de juro efetiva original, é imediatamente reconhecido na demonstração dos resultados.

O IASB fez este comentário nas bases para a conclusão relativa a esta alteração pois acredita que os requisitos atuais da IFRS 9 fornecem uma boa base para as entidades contabilizarem as modificações ou substituições de passivos financeiros, e que nenhuma alteração formal à IFRS 9 é necessária no que respeita a este assunto.

Esta alteração foi endossada em 22 de março de 2018 e é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. Devem ser aplicados retrospetivamente. Esta alteração traz requisitos específicos para adotar na transição mas apenas se as entidades a adotarem em 2019 e não em 2018 em conjunto com a IFRS 9. É permitida a adoção antecipada.

A EPAL não optou pela adoção antecipada.

## IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para uma associada ou um empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio, tal como definido na IFRS 3 — Combinações de Negócios.

Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

Em dezembro de 2015 o IASB decidiu diferir a data de aplicação desta emenda até que sejam finalizadas quaisquer emendas que resultem do projeto de pesquisa sobre o método da equivalência patrimonial. A aplicação antecipada desta emenda continua a ser permitida e tem de ser divulgada. As alterações devem ser aplicadas prospetivamente.

#### Ainda não endossadas pela UE

## Interesses de longo prazo em Associadas ou Joint Ventures - Alterações à IAS 28

As alterações vêm clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 para interesses de longo prazo em associadas ou joint ventures às quais o método da equivalência patrimonial não é aplicado mas que, em substância, sejam parte do investimento líquido nessa associada ou joint venture (interesses de longo prazo). Esta clarificação é relevante pois implica que o modelo da perda esperada da IFRS 9 deve ser aplicado a esses investimentos.

O IASB também clarificou que, ao aplicar a IFRS 9, uma entidade não tem em conta quaisquer perdas dessa associada ou joint venture, ou perdas por imparidade no investimento líquido, que estejam reconhecidas como um ajustamento ao investimento líquido decorrente da aplicação da IAS 28.

Para ilustrar como as entidades devem aplicar os requisitos da IAS 28 e da IFRS 9 no que respeita a interesses de longo prazo, o IASB publicou exemplos ilustrativos quando emitiu esta alteração.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após I de janeiro de 2019. A alteração tem de ser aplicada retrospetivamente, com algumas exceções. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

## Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

- IFRS 3 Combinações de negócios | Interesse detido previamente numa operação conjunta
  - As alterações clarificam que, quando uma entidade obtém controlo de uma operação conjunta, deve aplicar os requisitos da combinação de negócios por fases, incluindo remensurar o interesse previamente detido nos ativos e passivos da operação conjunta para o seu justo valor;
  - Ao fazê-lo, o adquirente remensura o seu interesse previamente detido nessa operação conjunta;
  - Esta alteração é aplicável a combinações de negócios para as quais a data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada.
- IFRS I I Acordos conjuntos | Interesse detido previamente numa operação conjunta
  - Uma parte que participe, mas que não tenha controlo conjunto, numa operação conjunta pode obter o controlo conjunto de uma operação conjunta cuja atividade constitua um negócio tal como definido na IFRS 3. Esta alteração vem clarificar que o interesse previamente detido não deve ser remensurado;
  - Esta alteração é aplicável a transações nas quais a entidade obtenha o controlo conjunto que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após I de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada.
- IAS 12 Imposto sobre o rendimento | consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital
  - Estas alterações vêm clarificar que as consequências ao nível de imposto sobre os dividendos estão associadas diretamente à transação ou evento passado que gerou resultados distribuíveis aos acionistas. Consequentemente, a entidade reconhece os impactos ao nível do imposto na demonstração dos resultados, em rendimento integral ou em outro instrumento de capital de acordo com a forma como a entidade reconheceu no passado essas transações ou eventos.
  - Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após I de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada. Quando a entidade aplica pela primeira vez estas alterações, deve aplicar às consequências ao nível de imposto sobre os dividendos reconhecidos em ou após o início do período comparativo mais antigo.
- IAS 23 Custos de empréstimos | custos de empréstimos elegíveis para capitalização
  - A alteração veio clarificar que uma entidade trata como parte dos empréstimos globais qualquer empréstimo originalmente obtido para o desenvolvimento do ativo qualificável, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar esse ativo para o seu uso pretendido ou para venda estejam completas.
  - As alterações são aplicáveis aos custos de empréstimos incorridos em ou após o início do período de reporte em que a entidade adota estas alterações.
  - Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais que se iniciem em ou após I de janeiro de 2019. É permitida adoção antecipada.

## IFRS 17 - Contratos de seguro

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.

Em novembro de 2018 o IASB decidiu propor a alteração da data de entrada em vigor da norma para exercícios anuais com início em ou após I de janeiro de 2022. O IASB está igualmente a tentar alterar a norma para considerar as preocupações e os desafios da implementação da norma que têm sido levantados pelas partes interessadas.

## Definição de atividade empresarial - alterações à IFRS 3

Esta alteração veio clarificar os requisitos mínimos para que se considere uma atividade empresarial, remove a avaliação se os participantes de mercado têm capacidade de substituir os elementos em falta, adiciona uma orientação para que se consiga avaliar se um processo adquirido é substantivo, restringe as definições de atividade empresarial e de output e introduz um teste opcional de justo valor da atividade empresarial.

Esta alteração é efetiva para transações que sejam consideradas concentrações de atividades empresariais ou compras de ativos para as quais a data de aquisição ocorreu em ou após o início do primeiro período que se inicie em ou após I de janeiro de 2020. Estas alterações aplicam-se prospectivamente. Consequentemente as entidades não têm de avaliar as aquisições que tenham ocorrido antes dessa data. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

Esta alteração terá impacto igualmente em outras normas (por exemplo, quando a empresa-mãe perde o controlo da subsidiária e aplicou antecipadamente a alteração à IFRS 10 e IAS 28 que respeita à venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto).

## Definição de materialidade - Alterações à IAS I e à IAS 8

O objetivo desta alteração foi o de tornar consistente a definição de "material" entre todas as normas em vigor e clarificar alguns aspetos relacionados com a sua definição. A nova definição prevê que "uma informação é material se da sua omissão, de um erro ou a da sua ocultação se possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras tomam com base nessas demonstrações financeiras, as quais fornecem informação financeira sobre uma determinada entidade que reporta".

As alterações clarificam que a materialidade depende da natureza e magnitude da informação, ou de ambas. Uma entidade tem de avaliar se determinada informação, quer individualmente quer em combinações com outra informação, é material no contexto das demonstrações financeiras.

## Ocultar informação

As alterações explicam que uma informação está ocultada se é comunicada de uma forma que tem os mesmos efeitos que teria se a mesma estivesse omissa ou contivesse erros. Informação material pode estar oculta, por exemplo, se a informação relativa a um item material, a uma transação material ou outro evento material está dispersa ao longo das demonstrações financeiras, ou se está divulgada usando uma linguagem que é vaga e pouco clara. Informação material pode também estar oculta se itens dissimilares, transações dissimilares ou eventos dissimilares são agregados inapropriadamente, ou inversamente, se itens similares estão desagregados.

Novo nível de materialidade ("threshold")

As alterações substituem a referência ao nível de materialidade "puder influenciar", o qual sugere que qualquer influência potencial dos utilizadores tem de ser considerada, por "razoavelmente se espera que influencie" contida na definição de materialidade. Na definição alterada, é assim clarificada que a avaliação da materialidade tem de ter em conta apenas a influência razoavelmente esperada nas decisões económicas dos utilizadores primários das demonstrações financeiras.

Utilizadores primários das demonstrações financeiras

A definição atual refere "utilizadores" mas não especifica as suas características, cuja interpretação pode implicar que a entidade tenha de ter em consideração todos os utilizadores possíveis das demonstrações financeiras quando toma a decisão sobre a informação a divulgar. Consequentemente o IASB decidiu referir-se apenas aos utilizadores primários na nova definição para responder às preocupações de que o termo "utilizadores" possa ser interpretado de forma alargada.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após I de janeiro de 2020. Esta alteração tem de ser aplicada prospetivamente. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

#### IAS 19 Alterações ao plano, cortes ou liquidação do plano

Esta alteração vem esclarecer qual o tratamento contabilístico a seguir no caso de existir uma alteração ao plano, ou de haver um corte ou a liquidação do plano.

Determinar o custo dos serviços correntes e do interesse líquido

Quando se contabiliza um plano de benefícios definidos de acordo com a IAS 19, a norma requere que custo dos serviços correntes seja mensurado usando pressupostos atuariais determinados na data de início desse período de reporte. Da mesma foram, o interesse líquido é mensurado multiplicado o passivo (ativo) líquido do plano pela taxa de desconto, ambos determinados na data de início desse período de reporte.

Esta alteração vem esclarecer que quando ocorre uma alteração, um corte ou a liquidação do plano durante o período, é requerido:

- Que o custo dos serviços correntes para o período remanescente seja mensurado usando os pressupostos atuariais que tenham sido usados para remensurar o passivo (ativo) líquido do plano, o qual reflete os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento;
- O interesse líquido para o período remanescente após esse evento seja determinado usando:
  - O passivo (ativo) líquido do plano, o qual reflete os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento; e
  - A taxa de desconto usada para remensurar esse passivo (ativo) líquido do plano.

Efeito nos requisitos para determinar o limite máximo de reconhecimento do ativo

Uma alteração, um corte ou a liquidação do plano pode reduzir ou eliminar o excesso que exista no plano de benefícios definidos o que pode levar a uma alteração do limite máximo de reconhecimento do ativo.

Esta alteração vem clarificar que primeiro deve ser determinado qualquer custo de serviços passados, ou o ganho ou perda na liquidação, sem considerar o limite máximo para reconhecimento do ativo. Esse valor é reconhecido em resultados no período.

Posteriormente deve ser determinado o efeito do limite máximo de reconhecimento do ativo após a alteração, o corte ou a liquidação do plano. Qualquer alteração nesse efeito, não considerando os valores incluídos no interesse líquido, é reconhecida em rendimento integral.

Esta clarificação poderá levar uma entidade a reconhecer custos de serviços passados, ou o ganho ou perda na liquidação, o que reduz o excesso que não tenha sido reconhecido no passado. Alterações no efeito do limite máximo ao reconhecimento do ativo não podem compensar esses valores.

Esta alteração é aplicável a alterações, o cortes ou a liquidações de planos que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte anual que se inicie em ou após I de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada, a qual deverá ser divulgada.

## A estrutura conceptual para o reporte financeiro

A estrutura conceptual estabelece um conjunto abrangente de conceitos para:

- O reporte financeiro;
- A definição de normas;
- O desenvolvimento de princípios contabilísticos consistentes; e
- Apoiar no entendimento e interpretação de normas.

A estrutura concetual revista inclui:

- Alguns conceitos novos;
- Definições e critérios revistos para o reconhecimento de ativos e passivos;
- Clarificações sobre conceitos importantes.

Esta estrutura está organizada como segue:

- Capítulo I O objetivo do reporte financeiro
- Capítulo 2 Características qualitativas de uma informação financeira útil
- Capítulo 3 Demonstrações financeiras e a entidade que reporta
- Capítulo 4 Os elementos das demonstrações financeiras
- Capítulo 5 Reconhecimento e desreconhecimento
- Capítulo 6 Mensuração
- Capítulo 7 Apresentação e divulgação
- Capítulo 8 Conceitos de capital e de manutenção de capital.

A estrutura conceptual para o reporte financeiro revista não é uma norma e nenhum dos seus conceitos prevalece sobre os conceitos presentes em normas ou outros requisitos de alguma das normas. É aplicável às entidades que desenvolvam os seus princípios contabilísticos com base na estrutura conceptual para exercícios iniciados em ou após I de janeiro de 2020.

## IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após I de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da EPAL exceto quanto ao IFRS 16 conforme acima divulgado.

## 2.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, o último dos quais o Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro, e os efeitos da reavaliação livre dos ativos fixos tangíveis de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS.

Os ativos fixos adquiridos após I de janeiro de 2009 encontram-se registados ao custo de aquisição que inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Terrenos	-
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento básico	3 - 55
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10
Taras e vasilhame	7
Outros ativos tangíveis	8 - 15

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender e, (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis e amortizáveis".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela empresa. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

## 2.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou menor sempre que exista uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

## 2.4 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento da empresa provêm dos imóveis detidos com o objetivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas. As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os gastos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo depreciado.

As propriedades de investimento adquiridas pela EPAL até 3 I de dezembro de 2008 encontram-se registadas ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, o último dos quais o Decreto-Lei nº 3 I/98, de 1 I de fevereiro, e os efeitos da reavaliação livre das propriedades de investimento de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a I de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada. As propriedades de investimento adquiridas após I de janeiro de 2009 encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem.

As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

As propriedades de investimento são desreconhecidas na alienação ou quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

As depreciações são calculadas, por terem tratamento contabilístico idêntico aos ativos fixos tangíveis, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens (indicadas na Nota 2.2).

Para fins da análise do valor de recuperação das propriedades de investimento e para fins de divulgação, a empresa detém avaliações externas elaboradas por entidades independentes e especializadas no final de cada ano económico em que se entenda que tenha existido alteração nas condições de mercado, ou eventos excecionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento, tal como determinadas nas avaliações imediatamente anteriores. Sempre que na data de

relato o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas (ou valor recuperável) seja superior ao seu justo valor, à data de relato, a empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva.

## 2.5 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período de locação quando a EPAL não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EPAL tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

## 2.6 Ativos e passivos financeiros

### Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros da empresa são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do modelo de negócio de gestão do ativo financeiro e das caraterísticas dos cash-flows contratuais inerentes ao ativo financeiro.

O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A EPAL classifica os seus ativos financeiros nas categorias definidas no IFRS 9, sendo-lhe apenas aplicável a categoria "Custo amortizado".

## "Custo amortizado"

Correspondem a ativos financeiros não derivados (empréstimos e contas a receber), com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: (i) ativos originados do decurso normal das atividades operacionais e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e (ii) investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, se qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor recuperável.

São registadas perdas por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a empresa não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Na avaliação das perdas por imparidade dos ativos financeiros relacionados com contas a receber de clientes, a Empresa tem em consideração a experiência com perdas de crédito históricas e fatores prospetivos específicos dos devedores e da envolvente económica.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

## Classificação de passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IFRS 9 - Instrumentos financeiros prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: (i) passivos financeiros ao custo amortizado; e (ii) passivos financeiros ao justo valor por via de resultados. A EPAL apenas tem passivos financeiros ao custo amortizado e incluem Empréstimos obtidos, Fornecedores e outras contas a pagar.

## Empréstimos obtidos

Os empréstimos (bancários e obrigacionistas) são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecida em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a empresa liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

## Justo valor de ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da empresa mensurados ao justo valor, são classificados de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor previstos na IFRS 13. Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13 – Instrumentos financeiros.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam informação de mercado como as curvas de taxa de juro.

Para alguns tipos de instrumentos financeiros mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais a empresa utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

## 2.7 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela empresa no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de perdas por imparidade.

## 2.8 Inventários

Os inventários que se destinam ao processo produtivo da EPAL incluem, essencialmente, reagentes, tais como cloro líquido, sulfato de alumínio, dióxido de carbono e outros produtos usados no tratamento da água.

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda.

Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Perdas de imparidade em inventários".

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

## 2.9 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

Ainda que a norma sugira os 3 meses como a maturidade a partir da qual as aplicações financeiras devam ser classificadas como atividades de investimento e portanto não consideradas como caixa e equivalentes de caixa (disponibilidades), entendeu-se que aplicações que se caraterizem por ser imediatamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de perda de valor (parágrafo 6 do IAS 7), devam ser consideradas como caixa e equivalentes de caixa (disponibilidades), desde que a sua maturidade não exceda 6 meses.

## 2.10 Subsídios ao investimento e à exploração

### Subsídios ao investimento

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição de ativos fixos tangíveis são divulgados como passivo não-corrente, e creditados na demonstração dos resultados na mesma cadência em que as depreciações relativas aos ativos associados são reconhecidas.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

#### Subsídios à exploração

O IAS 20, no seu parágrafo 29, permite que as entidades optem entre duas políticas de reconhecimento do proveito com subsídios à exploração: i) de forma separada, numa rubrica de outros rendimentos; ou ii) como uma dedução ao gasto associado.

Assim, a norma IAS 20, permite que o proveito de subsídios à exploração seja registado como um "menos gasto", o que implica que o respetivo gasto seja apresentado pelo seu "valor líquido".

Com efeitos a 1 de janeiro de 2017, os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, sendo reconhecidos como uma dedução ao gasto, nas rubricas ondes estes são reconhecidos.

### 2.11 Benefícios pós-emprego

A empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores/as, que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez).

O sistema de benefícios com pensões da empresa consubstancia-se em dois planos de pensões, um de contribuição definida e outro de benefícios definidos.

#### Planos de contribuição definida (CD)

Um plano de contribuição definida é um plano de pensões, segundo o qual a empresa tem como única obrigação pecuniária a realização de contribuições fixas junto de uma entidade separada (um Fundo).

As contribuições da empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da empresa e são calculadas com base numa percentagem aplicada sobre a massa salarial de cada ativo integrante no plano.

#### Planos de benefício definido (BD)

Um plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço na empresa e remuneração.

A empresa tem um plano de benefício definido para complementos de reforma. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano, são calculadas anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

As remensurações são reconhecidas em outros rendimentos integrais no período em que são apurados.

O custo dos serviços passados é reconhecido de imediato na data em que existam alterações de benefícios atribuídos.

A responsabilidade associada aos benefícios definidos reconhecida na demonstração da posição financeira, representa o valor presente da correspondente obrigação deduzido do justo valor dos ativos do plano. Os benefícios atribuídos a pré-reformas são calculados anualmente por atuários independentes utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações

de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

### 2.12 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões mais usuais registadas pela EPAL estão relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente a discordâncias de natureza contratual com terceiros. A EPAL reconhece essa provisão quando, da avaliação efetuada aos processos em curso com os advogados responsáveis, resulte uma eventual e provável responsabilidade de pagar.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

#### Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

### 2.13 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

A empresa reconhece o rédito no período em que cumpre as obrigações de desempenho associadas aos contratos. O valor do rédito resulta da aplicação das tarifas, as quais relativamente à atividade de abastecimento de água, se encontram fixadas no Decreto-Lei n.º 94/2015.

A venda de água e quota de serviço encontra-se suportada por contratos celebrados com os clientes, em que o preço se encontra perfeitamente definido através de um tarifário devidamente aprovado.

A partir de 2016 a EPAL ficou sujeita às atribuições da ERSAR de regulação comportamental em matéria económica e aos regulamentos tarifários previstos nos respetivos estatutos, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Ao longo do ano, os rendimentos relativos à venda de água são reconhecidos à medida que são faturados, com base nos consumos apurados através da leitura de contadores ou, nos períodos em que, para um dado consumidor, não foi realizada a leitura do contador, em estimativas de consumos. No final do ano, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, é reconhecida uma conta a receber pelo valor estimado dos consumos por ler e faturar.

No final de cada exercício económico, o montante registado a título de vendas de água corresponde aos consumos reais do ano apurados com base na leitura dos contadores e, nos casos em que tal não é viável, em estimativas fiáveis de tais consumos.

Sistematizando, para a atividade de abastecimento de água temos:

Atividade regulada - Serviços em "alta" de abastecimento de água: O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada – Serviços em "baixa" de abastecimento de água: A venda de água aos consumidores finais é efetuada com base nos volumes consumidos (m³), aos quais são aplicadas as respetivas tarifas. Em alguns casos são efetuadas estimativas de consumos, sendo estas regularizadas aquando das leituras dos contadores individuais de cada cliente. A quota de serviço aplicada depende da tipologia de cliente e do diâmetro nominal do contador, sendo aplicado o valor fixo previsto no tarifário aprovado.

A EPAL presta ainda serviços relacionados com a sua atividade de venda de água, como sejam a abertura e fecho de instalações de água, a instalação e substituição de contadores, a construção e reparação de ramais, bem como presta serviços complementares como sejam a comercialização do sistema de faturação Aquamatrix, do sistema para a gestão e redução de perdas de água na rede de distribuição (WONE), de análises laboratoriais, serviços de formação profissional e a reparação de contadores. Nos serviços complementares é reconhecido o valor previsto contratualmente com o cliente, sendo o mesmo reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço. Nos serviços relacionados com a atividade de venda de água os preços são definidos pela empresa e reconhecidos contabilisticamente no período a que respeita a prestação de serviço.

O rédito de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a empresa reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os cash-flows futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

## 2.14 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos cujo período de construção ou produção é superior a I ano, são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. Adicionalmente, a capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos exercícios de 2017 e 2018, a Empresa não recorreu a financiamentos para os investimentos realizados nestes anos na aquisição e/ou construção dos seus ativos fixos.

Uma vez que os financiamentos atualmente negociados referem-se à construção de ativos específicos investidos em anos anteriores, a empresa não procedeu à capitalização de encargos financeiros.

#### 2.15 Rendimentos e Gastos

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

### 2.16 Fiscalidade

A EPAL encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e às taxas de imposto aplicáveis.

A empresa é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

## 2.17 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional de relato da empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

### 2.18 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

## 3 Políticas de gestão do risco financeiro

#### 3.1 Fatores de risco

As atividades da EPAL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida centralemente pelo departamento de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

#### 3.2 Risco de mercado

### 3.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variável expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da Empresa é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos à taxa variável.

A análise de sensibilidade abaixo, foi preparada de acordo com a exposição da Empresa às taxas de juros dos empréstimos obtidos. Se a variabilidade da taxa de juro aplicável àqueles empréstimos no exercício de 2018 e 2017 tivesse sido 1% acima e/ou abaixo daquela que incidiu sobre os mesmos, o impacto no resultado líquido da Empresa em 31 de dezembro de 2018 e 2017 seria como segue:

	2018	2017
Juros suportados com financiamentos bancários (Nota 28)	1.454.011	1.796.854
Impacto no resultado líquido:		
Se as taxas de juro variáveis tivessem sido 1% acima do verificado	586.837	647.648
Se as taxas de juro variáveis tivessem sido 1% abaixo do verificado (a)	n.a.	n.a.

<sup>(</sup>a) as taxas de juro variáveis a 31 de dezembro de 2018 e 2017 são inferiores a 1%

#### 3.2.2 Risco de taxa de câmbio

A empresa não se encontra exposta ao risco de câmbio.

#### 3.2.3 Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da empresa em energia e combustíveis, representam aproximadamente 42% do total de fornecimentos e serviços externos da Empresa (13,5 milhões de euros, num total de 32,3 milhões de euros). O Grupo AdP, através da AdP Serviços negoceia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

### 3.3 Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A empresa efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos com flexibilidade.

A EPAL procede à análise dos seus compromissos de investimento, realizando uma recalendarização e mapeamento dos mesmos face a sua importância, impactos económico/financeiro e ambiental, minimizando desta forma eventuais riscos decorrentes de compromissos assumidos com diversas entidades.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros agrupados pela maturidade remanescente à data das demonstrações financeiras:

	2018		
	Menos de 1 ano	Entre I a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos:			
Empréstimos bancários	15.908.836	43.640.181	58.026.325
Fornecedores	6.981.764 -	-	-
Outras contas a pagar	28.425.369 -	-	-
. 0	51.315.968	43.640.181	58.026.325

	2017		
	Menos de 1 ano	Entre I a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos:			
Empréstimos bancários	15.832.361	49.093.117	78 852 054
Fornecedores	8.505.301	-	-
Outras contas a pagar	30.898.427	-	-
	55.236.088	49.093.117	68.482.225

Os empréstimos bancários dizem respeito única e exclusivamente a financiamentos contratados junto do BEI. O valor previsto com juros a pagar referente a esses empréstimos bancários têm a seguinte maturidade:

Juros	Menos de 1 ano	Entre I a 5 anos	Mais de 5 anos
2018	1.219.024	3.817.924	2.367.682
2017	1.671.818	5.326.289	3.882.115

O objetivo da EPAL em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida.

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da EPAL, com uma remuneração adequada ao acionista e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento.

Em 2018, a estratégia da EPAL passou por reduzir o seu rácio de endividamento liquido sobre o capital total, tendo-se verificado uma redução da dívida líquida (através da amortização de capital dos financiamentos BEI e do incremento no valor dos excedentes/ disponibilidades) e um aumento do Capital próprio (resultante da aplicação do resultado líquido gerado no ano anterior).

Os rácios em 31 de dezembro de 2018 e 2017 eram os seguintes:

	Notas	2018	2017
Total de financiamento obtido	17	117.575.342	133.407.702
Disponibilidades	5	(10.656.495)	(25.712.103)
Apoios de tesouraria ao acionista	14	(82.000.000)	(60.000.000)
Dívida Líquida		24.918.846	47.695.599
Capitais Próprios	16 e 31	621.317.353	612.947.677
Subsídios ao investimento	18	33.216.521	28.846.935
Capital e Subsídios		654.533.873	641.794.612
Dívida Líquida/Capital Total		0,04	0,07

Para a dívida líquida contribuem os valores relativos aos apoios de tesouraria concedidos ao acionista, no âmbito da nova política de tesouraria do Grupo AdP. A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras das empresas do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria. O facto da AdP SGPS gerir centralmente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo. Assim, apenas os excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, são aplicados junto da IGCP.

### 3.4 Risco de crédito

O risco de crédito está, essencialmente, relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A EPAL está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

### 3.4.1 Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está, essencialmente, relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional, empresarial ou residencial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

### 3.4.2 Contraparte de depósitos

Na tabela seguinte é apresentada a exposição máxima da EPAL ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores divulgados na Nota 14) em 31 de dezembro de 2018, excluindo eventuais colaterais detidos ou outras melhorias de crédito, definida com base na sua quantia escriturada reportada naquela data.

Ativos Financeiros Bancários	2018	2017
Depósitos à Ordem (Nota 5)	10.628.495	7.686.603
Depósitos a Prazo (Nota 10)	0	18.000.000
Outros Ativos Financeiros (Nota 10)	102.514	98.463
	10.731.009	25.785.066
Rating	2017	2016
A- (Moodys)	-	20.322
A2 (Moodys)	61.643	-
A3 (Moodys)	191.045	-
BI (Moodys)	-	37.552
Bal (Moodys)	157.056	109.882
Ba3 (Moodys)	76.531	-
Baal (Moodys)	-	85.553
Baa2 (Moodys)	106.023	-
Baa3 (Moodys)	10.098.792	-
BB- (Moodys)	-	198.133
BBB- (Moodys)	-	23.750.245
Caa2 (Moodys)	39.919	1.583.380
	10.731.009	25.785.066

Rating (Moodys) - Nota: notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em dezembro

Face a 2017, a EPAL considera que não houve qualquer aumento significativo do risco de crédito.

### 3.5 Risco de exploração

#### 3.5.1 Risco de catástrofe

A EPAL está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

### 3.5.2 Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

## 4 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

### 4.1 Provisões

A EPAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A EPAL é parte em processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 4.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados da EPAL.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão.

### 4.3 Imparidade de contas a receber

A determinação de uma eventual perda por imparidade é gerada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EPAL, bem como por quaisquer outras alterações, internas ou externas à Empresa. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto

de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

À data de emissão das demonstrações financeiras não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras.

### 4.4 Benefício pós-emprego

Para avaliação das responsabilidades associadas a benefícios pós-emprego e de pré-reforma é necessário adotar vários pressupostos atuariais, tais como a taxa de desconto, as tábuas de mortalidade ou as progressões salariais, bem como a idade de reforma e o salário pensionável para a Empresa. Os valores reais desses pressupostos podem vir a revelar-se diferentes dos valores estimados na data do cálculo das responsabilidades. Essas diferenças podem produzir ligeiros desequilíbrios anuais (positivos ou negativos), que a longo prazo tendem a anular-se mutuamente, uma vez que os valores dos pressupostos atuariais são ajustados periodicamente em função dos valores correspondentes observados. Assim, o princípio do equilíbrio atuarial assegura um equilíbrio a longo prazo, não se prevendo nesta data qualquer impacto relevante.

### 4.5 Estimativa de impostos e impostos diferidos

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporárias tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias, exceto quando a EPAL seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos de demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada, prontamente convertíveis para uma quantia conhecida de dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de perda de valor, e descobertos bancários.

Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos - curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existiam descobertos bancários.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2018 e 2017 detalham-se conforme se segue:

	Notas	2018	2017
Numerário		28.000	25.500
Depósitos à ordem		10.628.495	7.686.603
		10.656.495	7.712.103
Depósitos a prazo	10	_	18.000.000
	_	10.656.495	25.712.103
Fluxos de investimento	_	-	-
Caixa e seus equivalentes	_	10.656.495	25.712.103

## 6. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2018	2017
Saldo inicial - quantia bruta		
Propriedade Industrial	6.401.391	6.401.391
Propriedade Industrial - aquisições		-
Saldo final - quantia bruta	6.401.391	6.401.391
Saldo inicial - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(428.058)	(214.725)
Depreciações do exercício (Nota 27)	(213.333)	(213.333)
Saldo final - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(641.391)	(428.058)
Saldo final - quantia escriturada líquida	5.760.000	5.973.333

Em 21 de maio de 2015 foi celebrado um Acordo de Aditamento do Contrato de Abastecimento de Água, onde a ex-Águas do Oeste, SA se obriga a comprar exclusivamente à EPAL a água necessária ao fornecimento dos seus utilizadores, passando, em consequência, a EPAL a explorar as infraestruturas de captação de água subterrânea que servem o sistema multimunicipal do Oeste, com efeitos a 1 de janeiro de 2016. Esta garantia de exclusividade vigora até ao final do prazo do contrato de concessão do Oeste ou de outro que o substitua, tendo tido como contrapartida pelo direito de exclusividade o pagamento de 6,4 milhões de euros.

Com a agregação da ex-Águas do Oeste na Águas do Vale do Tejo, a titularidade do acordo passou para esta última, assim como o prazo de exclusividade foi estendido até 2045.

As depreciações encontram-se a ser calculadas de acordo com o prazo estipulado contratualmente.

## 7. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2018				
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	117 616 035	203 878 119	I 054 730 785	1 235 441	23 979 650	24 425 862	18 714 643	I 444 580 536
Aquisições		18 222	792 653		335 922	219 003	11 043 115	12 408 914
Alienações				(18 954)				(18 954)
Transferências		10 091 314	10 270 664		913 188	657 798	(21 932 965)	-
Ajustamentos								-
Abates			(500 120)		(3 020)			(503 140)
Saldo final	117 616 035	213 987 655	I 065 293 982	1 216 487	25 225 740	25 302 664	7 824 794	I 456 467 356
Depreciações acumulad	das e perdas por -	imparidade 113 918 504	590 014 121	1 107 293	21 740 558	22 195 876	_	748 976 352
Depreciações do exercício (Nota 27)		4 250 488	19 739 389	49 594	682 811	524 384		25 246 665
Alienações				(18 954)				(18 954)
Abates			(500 120)		(3 020)			(503 140)
Saldo final	-	118 168 991	609 253 390	l 137 932	22 420 350	22 720 260	-	773 700 924
Ativos líquidos	117 616 035	95 818 663	456 040 592	78 555	2 805 390	2 582 404	7 824 794	682 766 433

				2017				
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	117 609 266	203 742 389	1 047 701 762	1 187 471	23 302 040	24 066 377	12 703 075	1 430 312 381
Aquisições	-	6 660	I 443 I95	47 970	219 172	141 918	14 457 898	16316813
Alienações	(10 120)	-	-	-	-	(13 991)	-	(24 110)
Transferências	16 889	129 070	6 162 927	-	460 962	231 558	(7 001 405)	-
Ajustamentos	-	-	-	-	-	-	(1 444 925)	(1 444 925)
Abates	-	-	(577 099)	-	(2 524)	-	-	(579 623)
Saldo final	117 616 035	203 878 119	I 054 730 785	1 235 441	23 979 650	24 425 862	18 714 643	I 444 580 536
Depreciações acumulac	das e perdas por	imparidade						
Saldo inicial	-	105 347 608	551 756 899	1 032 664	20 3 1 6 8 1 5	21 316 967	_	699 770 952
Depreciações do exercício (Nota 27)	-	4 337 846	19 754 761	32 094	736 436	433 761	-	25 294 898
Alienações	-	109 678 839	570 856 469	1 064 759	21 026 517	21 750 727	-	724 377 311
Abates	-	4 239 665	19 734 751	42 535	716511	459 140	-	25 192 601
Saldo final	-	-	-	_	-	(13 991)	-	(13 991)
	-	-	(577 099)	-	(2 469)	-	-	(579 568)
Ativos líquidos	-	113 918 504	590 014 121	1 107 293	21 740 558	22 195 876	-	748 976 352
	117 616 035	89 959 615	464 716 664	128 148	2 239 092	2 229 986	18 714 643	695 604 184

A rubrica "Equipamento básico" inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e eletricidade, obras hidráulicas e contadores. Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Equipamento básico" incluía ainda ativos fixos em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição no montante de 3.280.387 euros (3.246.765 euros em 2017).

As aquisições ocorridas no exercício de 2018 nos ativos fixos tangíveis ascenderam a 12.408.914 euros e respeitam essencialmente a:

- Obras de reabilitação do Adutor Vila Franca Xira-Ralis;
- Reabilitação da ETA de Vale da Pedra;
- Reabilitação das condutas da rede de distribuição;
- Remodelação das instalações no recinto de Vila Franca de Xira;
- Aquisição e instalação de Contadores.

A rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso" no exercício de 2018, registou um decréscimo de 10,9 milhões de euros, com um incremento de 11,0 milhões de euros (correspondente às aquisições do ano) e uma redução no montante de 21,9 milhões de euros, que corresponde essencialmente à conclusão de:

- Reabilitação da Estação de Tratamento de Vale da Pedra;
- Reabilitação e Ampliação da Rede de Distribuição;
- Reabilitação do Reservatório da Charneca;
- Remodelação das instalações no recinto de Vila Franca de Xira.

Em 3 I de dezembro de 2018, a rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 7.824.794 euros, respeita essencialmente à intervenção de reabilitação do Adutor Vila Franca Telheiras (Troços 2 e 3 - Bairro da Mata e São João dos Montes) que ascendia a 3.201.513 euros.

Em 2018, as rubricas de "alienações" e "abates" referem-se na sua quase totalidade a contadores instalados nos clientes diretos e que ao longo do ano foram sendo substituídos por novos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor de ativos fixos tangíveis da EPAL encontra-se totalmente coberto por seguros. Os seguros contratados estabelecem, todavia, limites globais de indemnizações, por sinistro, de 175 milhões de euros, com reposição automática na anuidade, para danos materiais cobertos pela apólice multirriscos do Grupo AdP e, para atos de terrorismo, de 25 milhões de euros por sinistro e agregado (anual).

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas, apresentadas na Nota 2.2.. As depreciações do exercício de 2018, no montante de 25.246.665 euros (25.192.601 euros em 2017), foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e de amortização" (Nota 27).

Encontram-se registados ao seu valor reavaliado os ativos fixos tangíveis que sofreram reavaliações em anos anteriores, conforme explicitado na nota 16.

## 8. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento respeitam a terrenos e imóveis detidos pela Empresa que não estão afetos à sua atividade operacional.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2018						
	Em desenvolvimento	Total				
Saldo inicial - quantia bruta						
Edificios e Outras Construções	2.537.817	2.537.817				
Terrenos e Rec, Naturais	12.883.738	12.883.738				
Saldo final - quantia bruta	15.421.554	15.421.554				
Saldo inicial - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1.942.541)	(1.942.541)				
Depreciações do exercício (Nota 27)	(79.053)	(79.053)				
Saldo final - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(2.021.594)	(2.021.594)				
Saldo final - quantia escriturada líquida	13.399.960	13.399.960				

2017						
	Em desenvolvimento	Total				
Saldo inicial - quantia bruta						
Edificios e Outras Construções	2.537.817	2.537.817				
Terrenos e Rec, Naturais	12.883.738	12.883.738				
Saldo final - quantia bruta	15.421.554	15.421.554				
Saldo inicial - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1.862.197)	(1.862.197)				
Depreciações do exercício (Nota 27)	(80.344)	(80.344)				
Saldo final - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1.942.541)	(1.942.541)				
Saldo final - quantia escriturada líquida	13.479.013	13.479.013				

Decorrente da execução de um protocolo existente com a Câmara Municipal de Lisboa, a EPAL procedeu, em 2014, à incorporação no seu património de um terreno, o qual foi registado como propriedade de investimento, dado não estar definida a sua utilização. De acordo com o referido protocolo, celebrado em 1992, o Município de Lisboa obrigava-se a transmitir para a EPAL terrenos para construção. Os desenvolvimentos ocorridos em 2014, culminaram com a materialização, em 31 de dezembro desse ano, da transmissão efetiva do terreno em apreço, mediante outorga de escritura pública, entre o Município de Lisboa e a EPAL.

O justo valor das propriedades de investimento é pelo menos equivalente ao seu valor contabilístico, tendo sido determinado através de avaliações realizadas por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante, sendo atualizado sempre que existam indicadores de alterações significativas no seu valor, tal como referido na nota 2.4..

A 31 de dezembro de 2018 o justo valor das propriedades de investimento era pelo menos igual ao seu valor contabilístico, sendo que, relativamente à mais relevante, e que representa cerca de 96% do valor líquido contabilístico, o valor reconhecido nas demonstrações está mais que garantido, ao abrigo do protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa, sendo que a última avaliação efetuada por entidade independente (em 2017) apresenta um valor de 20,4 milhões de euros. Quanto às restantes, apenas duas apresentam valor liquido contabilístico. A empresa considera que se mantém adequada a última avaliação, pois entende-se que não existiram alterações nas condições de mercado, ou eventos excecionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento.

# 9. Ativos e passivos financeiros

As políticas contabilísticas de mensuração para instrumentos financeiros de acordo com a IFRS 9 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

		2018			
	Ativos ao custo amortizado	Passivos ao custo amortizado	Total	Não classificados como instrum. financeiros	Total a 31.12.2018
Outros ativos financeiros	102.514	-	102.514	4.402.000	4.504.514
Outras contas a receber	109.226.168	-	109.226.168	-	109.226.168
Clientes	14.969.864	-	14.969.864	-	14.969.864
Caixa e equivalentes de caixa	10.656.495	-	10.656.495	-	10.656.495
Total do ativo	134.955.041	-	134.955.041	4.402.000	139.357.041
Financiamentos obtidos	-	117.575.342	117.575.342	-	117.575.342
Fornecedores	-	6.981.764	6.981.764	-	6.981.764
Outras contas a pagar	-	28.425.369	28.425.369	3.281.000	31.706.369
Total do passivo	-	152.982.474	152.982.474	3.281.000	156.263.475

		2017			
	Ativos ao custo amortizado	Passivos ao custo amortizado	Total	Não classificados como instrum. financeiros	Total a 31.12.2017
Outros ativos financeiros	18.098.463	_	18.098.463	5.476.000	23.574.463
Outras contas a receber	93.828.016	-	93.828.016	-	93.828.016
Clientes	15.382.742	-	15.382.742	-	15.382.742
Caixa e equivalentes de caixa	7.712.103	-	7.712.103	-	7.712.103
Total do ativo	135.021.325	-	135.021.325	5.476.000	140.497.325
Financiamentos obtidos	-	133.407.702	133.407.702	-	133.407.702
Fornecedores	-	8.505.301	8.505.301	-	8.505.301
Outras contas a pagar	-	30.898.427	30.898.427	3.255.465	34.153.892
Total do passivo	-	172.811.430	172.811.430	3.255.465	176.066.895

### 10. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de "Outros ativos financeiros" apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Não correntes:		
Títulos e outras aplicações financeiras	102.514	98.463
	102.514	98.463
Correntes:		
Depósitos a prazo	_	18 000 000
	-	18 000 000
	102.514	18.098.463

### Títulos e outras aplicações financeiras

Relativamente ao montante registado na rubrica "Títulos e outras aplicações financeiras", que ascendia a 102.514 euros, corresponde sobretudo a valores cativos à ordem dos tribunais (94.235 euros).

### Depósitos a prazo

Em 3 I de dezembro de 20 I 8, a empresa não tinha qualquer Depósito a prazo. Em igual período do ano anterior tinha I 8.000.000 Euros aplicados junto do IGCP (Nota 5).

## 11. Impostos sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

Em janeiro de 2018 foi pago I milhão de euros, resultante da correção do benefício fiscal usufruído em 2013, no âmbito do crédito fiscal para o investimento (CFEI), atendendo que a Autoridade Tributária não considerou a EPAL como uma empresa elegível para usufruir desse beneficio registado no ano indicado. Este montante não teve contudo impacto nos resultados do exercício pois ainda em 2017 havia sido considerada uma provisão para imposto a pagar.

O gasto líquido com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

	2018	2017
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do exercício	21.314.959	21.671.036
Excesso/Insuficiência da estimativa do exercício anterior	(300.450)	(43.465)
Provisão impostos	,	1.000.000
Efeito de alterações de políticas contabilísticas e de correcções de erros registados em resultados	_	_
de en os registados em resultados	21.014.509	22.627.570
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	(1.166.535)	(582.564)
	(1.166.535)	(582.564)
Gasto com impostos sobre o rendimento	19.847.975	22.045.006

A reconciliação do imposto do exercício em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é como segue:

	2018	2017
Resultado antes de impostos	68.956.316	72.116.581
Diferenças permanentes:		
Amortizações não aceites	4.877	4.877
Multas e juros compensatórios	2.684	143.252
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	-	542.191
Outros	(85.111)	(26.607)
	(77.550)	663.713
Diferenças temporárias:		
Amortizações não aceites	2.655.343	2.850.754
Imparidade	982.074	107.240
Diferença entre base contabilística e fiscal de ativos fixos	1.289.380	1.291.682
Provisões	(852.525)	(762.128)
Outros	(673.683)	(174.115)
Lucro tributável	3.400.590	3.313.433
	72.279.356	76.093.728
Imposto	15.178.665	15.979.683
Derrama	1.084.190	1.141.406
Derrama estadual	4.910.142	4.431.561
Tributações autónomas	141.962	118.386
Ajustamentos a exercícios anteriores	(300.450)	956.535
Total de imposto corrente e ajustamentos	21.014.509	22.627.570
Efeito de impostos diferidos no exercício	(1.166.535)	(582.564)
Total dos gastos do exercício	19.847.975	22.045.006
Taxa efetiva de imposto do exercício	29%	31%

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de imposto prevista no Orçamento do Estado para 2019 e que corresponde a uma taxa de IRC de 21%, acrescida da Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e da Derrama Estadual de 3% a 9%, conforme decorre da atual legislação fiscal, tendo sido utilizada uma taxa final média de 29,4%.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foi como se segue:

	20	18	20	17
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	2.396.257	36.842.018	2.310.619	35.654.902
Efeito em resultados:				
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Em dívidas a receber	137.187		90.204	
Em inventários	-		-	
Provisões	(132.300)		5.843	
Reposição de proveitos tributados	-		20.125	
Efeito de desconto da dívida da AdVT (Ex-AdO)	(46.520)		(30.534)	
Diferenças entre base contabilística e base fiscal de ativos fix tangíveis e propriedades de investimento:	OS			
Reavaliações legais		(379.078)		(379.754)
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Ativos amortizáveis		(777.903)		(835.338)
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos		(168.095)		(104.476)
Mais valias reinvestidas		(1.434)		516
Responsabilidades por benefícios de reforma		118.342		230.694
	(41.633)	(1.208.167)	85.637	(1.088.358)
Efeito em resultados transitados:				
Efeito de alteração de taxa de imposto		-		1.622.795
Responsabilidades por benefícios de reforma		(279.594)	-	652.680
	-	(279.594)	-	2.275.475
Saldo final	2.354.624	35.354.257	2.396.257	36.842.018

## 12. Outros ativos não correntes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outros ativos não correntes" apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Outros devedores		
Grupo (Nota 29)	6.250.125	7.167.293
Não Grupo	-	87.127
Ativos com planos de benefício definido (Nota 19)	4.402.000	5.476.000
	10.652.125	12.730.420

A rubrica "Outros devedores" é composta por dívidas a receber, com planos de pagamento que envolvem prazos superiores a I ano.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo desta rubrica, no montante de 6.250.125 euros, inclui a dívida da AdVT (pertencente anteriormente à ex-Águas do Oeste) em resultado da alienação dos subsistemas de abastecimento de Alenquer/Torres Vedras e Arruda dos Vinhos/ Sobral de Monte Agraço, a qual apresenta um plano de reembolso anual a findar em 2033 (nota 29). O plano de reembolso a valores nominais da dívida acima referida, devido ao efeito do desconto, descrimina-se como se segue:

	2018	2017
Evigéral antro L o 5 anos	2.505.472	3.155.165
Exigível entre 1 e 5 anos Exigível a mais de 5 anos	5.010.944	5.512.048
Exigivei a mais de 3 anos	7.516.416	8.667.214
Efeito de desconto da dívida	(1.266.291)	(1.412.794)
Eleko de desconto da divida	6.250.125	7.254.420

## 13. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2018			2017		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Mercadorias	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	133 596	-	133 596	144 949	-	144 949
	133 596	-	133 596	144 949	-	144 949

#### Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é detalhado conforme se segue:

	2018				
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total		
Saldo inicial	-	144.949	144.949		
Compras	-	1.759.212	1.759.212		
Regularizações	-	-	-		
Saldo final	-	(133.596)	(133.596)		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	1.770.564	1.770.564		
		2017			
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total		
Saldo inicial	-	101.395	101.395		
Compras	-	1.819.352	1.819.352		
Regularizações	-	-	-		
Saldo final	-	(144.949)	(144.949)		
			1.775.798		

#### Perdas por imparidade

Procedeu-se durante o ano de 2018 a uma inventariação externa dos bens e artigos existentes nos armazéns da Empresa, não tendo havido a necessidade de proceder a registos de perdas por imparidades, pelo que não existe qualquer saldo em perdas por imparidade acumuladas de inventários, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### 14. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas "Clientes" e "Outras contas a receber" da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2018			2017		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Clientes						
- Grupo (Nota 29)	2 279 058	_	2 279 058	1 086 799	-	1 086 799
- Não Grupo	21 731 741	(9 040 935)	12 690 806	22 371 697	(8 075 754)	14 295 943
	24 010 800	(9 040 935)	14 969 864	23 458 496	(8 075 754)	15 382 742
Outras contas a receber						
Pessoal	53 536	_	53 536	52 078	-	52 078
Devedores por acréscimos de rendimentos						
- Grupo (Nota 29)	2 296 844	_	2 296 844	3 273 705	-	3 273 705
- Não Grupo	10 427 961	_	10 427 961	9 639 992	-	9 639 992
Outros devedores						
- Grupo (Nota 29)						
- Apoio Tesouraria Acionista	82 000 000	_	82 000 000	60 000 000	-	60 000 000
- Outros	I 644 328	_	I 644 328	3 644 711	-	3 644 711
- Não Grupo	13 185 202	(381 703)	12 803 499	10 356 559	(393 447)	9 963 111
	109 607 870	(381 703)	109 226 168	86 967 044	(393 447)	86 573 596
	133 618 670	(9 422 638)	124 196 032	110 425 540	(8 469 201)	101 956 338

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a totalidade da rubrica "Devedores por acréscimos de rendimentos" nos montantes de 12.724.805 euros e 12.913.697 euros, respetivamente, compreende essencialmente o acréscimo de rendimentos relativo a água por faturar, nos montantes de 10.221.934 euros e 10.229.391 euros, respetivamente.

O movimento das imparidades do ano foi a seguinte:

2018									
	Saldo inicial	Reclassificações	Aumentos	Reversões	Saldo final				
Imparidades	(8.075.754)	-	(1.228.938)	263.757	(9.040.935)				
	(8.075.754)	-	(1.228.938)	263.757	(9.040.935)				
		2017							
	Saldo inicial	Reclassificações	Aumentos	Reversões	Saldo final				
Imparidades	(7.348.433)	430.000	(1.240.537)	83.215	(8.075.754)				
	(7.348.433)	430.000	(1.240.537)	83.215	(8.075.754)				

### 15. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

	2018	2017	
Gastos diferidos com seguros	622.549	637.233	
Outros gastos diferidos	2.377.507	2.685.746	
Materiais e produtos	2.354.682	2.271.146	
Outros	292.825	414.600	
	3.000.056	3.322.979	

A rubrica de gastos diferidos com seguros é composta pelos valores já pagos às seguradoras resultantes dos prémios de seguro liquidados antecipadamente para o total do período contratado, sendo registado em gastos no respetivo período em que se aplicam.

Em 2018 a rubrica de outros gastos diferidos é composta essencialmente pelos valores reclassificados da rubrica de Inventários respeitantes a materiais de manutenção e laboratório.

## 16. Instrumentos de capital próprio

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 30.000.000 ações com o valor nominal de cinco euros, cada, detido na totalidade pela AdP SGPS, SA...

#### Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual (os estatutos da EPAL elevam esse limite para 10%) tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é passível de distribuição a não ser no caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a reserva legal ascendia a 30.000.000,00 euros, estando dessa forma integralmente constituída.

#### Outras reservas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as outras reservas ascendiam a 22.171.377 euros, correspondiam inteiramente a reservas livres e não apresentaram qualquer movimento em ambos os exercícios económicos.

#### Distribuições

Os dividendos referentes ao exercício findo em 3 I de dezembro de 2017 atribuídos aos acionistas ascenderam, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 16 de março de 2018, a 40.057.260 euros, cujo pagamento ocorreu em abril de 2018.

Quanto aos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração propõe que seja pago um montante de 39.286.673 euros. Estes dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, não tendo sido incluídos como passivo nas demonstrações financeiras anexas.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa inclui na rubrica de resultados transitados incrementos decorrentes da aplicação do critério do justo valor dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, e reavaliações realizadas em anos anteriores ao abrigo, dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/9 I, de 25 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro

De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, os incrementos patrimoniais decorrentes desta reavaliação não são suscetíveis de distribuição aos acionistas enquanto não se encontrarem realizadas (por depreciação ou alienação), podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizado em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

Do valor total de reavaliações efetuadas (legais e económicas) não se encontram ainda realizadas reavaliações (líquidas de imposto) no valor total de 171.900.980 euros (176.034.888 euros em 2017).

### 17. Passivos financeiros

### Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017
Fornecedores:		
Fornecedores conta corrente		
- Grupo (Nota 29)	17.179	517.753
- Não grupo	3.983.131	4.851.982
Fornecedores faturas em receção e conferência	141.918	127.145
Fornecedores de investimentos	2.839.536	3.008.420
	6.981.764	8.505.301
Outras contas a pagar:		
Taxas CML	19.904.147	19.229.768
Componente tarifária acrescida (CTA)		
- Grupo (Nota 29)	2.471.619	2.083.471
Credores diversos		
- Grupo (Nota 29)	453	1.302.613
	268.254	776.292

	2018	2017
Credores por acréscimos de gastos:		
Seguros a liquidar	33.167	341.819
Outros acréscimos de gastos		
- Grupo (Nota 29)	788.566	1.058.471
- Não grupo	1.678.162	2.843.331
Pessoal:		
Férias e subsídio de férias	3.198.957	3.177.352
Outras dívidas ao pessoal	82.044	85.309
	28.425.369	30.898.427
	35.407.133	39.403.728

Em 2018 a rubrica de Outras Contas a Pagar é constituída essencialmente por:

- 19,9 milhões de euros referentes às taxas cobradas pela EPAL por conta da Câmara Municipal de Lisboa, que representam uma variação face a 2017 de cerca de 0,7 milhões de euros;
- O valor da componente tarifária acrescida que é devida à Águas do Vale do Tejo, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, onde se estipula que o valor efetivamente cobrado deverá ser entregue no mês seguinte ao final de cada trimestre, no montante de 2,5 milhões de euros.

### Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos detalham-se, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, como segue:

			2018			2017			
			Montant	e utilizado		Montant	e utilizado		
	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente	Vencimento	Tipo de amortização
Instituições financeiras: Empréstimos bancários:									
Ao investimento - Empréstimos "EPAL II e III"	BEI	117 575 342	15 908 836	5 101 666 506	133 407 702	15 832 36	I 117 575 342	Entre 2018 e 2030	Semestral
	_	117 575 342	15 908 836	5 101 666 506	133 407 702	15 832 36	1 117 575 342		

Na nota 3.3 – Risco de Liquidez e de Capital, inserido no capitulo das Politicas de gestão do risco financeiro, detalham-se os financiamentos pelos prazos de vencimento.

Os empréstimos foram contraídos em euros e, no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, venciam juros de acordo com as seguintes periodicidades e regimes de taxa:

- 54% da dívida a taxa fixa, com juros pagos semestralmente; e
- 46% da dívida a taxa variável, com periodicidade de revisão da taxa de juro trimestral.

De acordo com o articulado do parágrafo 25 do IFRS 7, procede-se a divulgação do justo valor dos financiamentos junto do BEI.

Neste caso correspondem aos cash-flows descontados utilizando uma taxa que assume que o risco associado tem um comportamento similar ao da OT a 10 anos.

	2018	3	2017	7
	Valor Contabilístico	Justo Valor	Valor Contabilístico	Justo Valor
Financiamento BEI	117 575 342	106 766 664	133 407 702	117 139 238

Os financiamentos junto do BEI que estão sujeitos ao regime de taxa variável são sujeitos, no período de pagamento de juros, a revisão da taxa, de acordo com a taxa de referência em vigor nessa data. De acordo com o contrato assinado entre a Empresa e o BEI, o capital em dívida a esta instituição bancária tornar-se-á exigível, caso existam alterações significativas na estrutura acionista da Empresa, nomeadamente, o facto de o atual acionista deixar de ter o controlo da Empresa. Os empréstimos têm ainda associadas garantias bancárias que visam cobrir o serviço de dívida (Nota 30).

A parcela classificada como não corrente em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2018	2018		
	Capital	 Juros	Capital	Juros
Superior a I ano	101.666.506	6.185.606	117.575.342	9.208.404
	101.666.506	6.185.606	117.575.342	9.208.404

A EPAL não dispõe de qualquer linha de crédito ou outras para além da mencionada.

### 18. Subsídios ao investimento

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os "Subsídios ao investimento" apresentavam a seguinte composição:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Rédito do exercício	Rédito acumulado	Rédito por reconhecer em 2018	Rédito por reconhecer em 2017
Subsídios relacionados com ativos:						
COMPART. MAFRA 2ª FASE	216 801	216 801	4 927	152 747	64 054	68 982
FEDER TOMAR/T.NOVAS	5 684 192	5 684 192	106 961	4 079 783	1 604 409	1711369
COMPART. OURÉM	550 553	550 553	10 360	395 155	155 398	165 758
COMPART. T.NOVAS	435 315	435 315	8 191	312 444	122 871	131 062
COMPART. TOMAR	497 804	497 804	9 367	357 295	140 509	149 877
FEDER OURÉM/ENTRONCAMENTO	3 027 720	3 027 720	56 973	2 173 122	854 599	911 572
COMPART. ENTRONCAMENTO	4 959	4 959	93	3 559	I 399	I 493
COMPART. V.N.BARQUINHA	72 726	72 726	I 444	48 183	24 542	25 986
FEDER V.N.BARQUINHA/CONSTÂNCIA	11 125 239	11 125 239	220 848	7 370 816	3 754 423	3 975 272
FUNDO COESÃO REDE DISTRIBUIÇÃO	7 635 576	7 635 576	63 630	6 681 129	954 448	1 018 077
fundo coesão adutor c.bode 1ºfase	9 405 370	9 405 370	188 107	4 5 1 4 5 7 8	4 890 792	5 078 900
COMPART RESERV PATRIARCAL	74 820	74 820	384	63 309	11511	11 895
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 2ªFASE	22 472 817	22 472 817	449 456	10 337 496	12 135 321	12 584 778
SANTA MARGARIDA	274 339	274 339	5 487	126 196	148 143	153 630
MINDE/MIRA D'AIRE/BATALHA/LEIRIA	4 472 789	4 472 789	107 191	2 543 350	I 929 439	2 036 630
COMPARTICIPAÇÃO CONSTÂNCIA	87 104	87 104	1 729	57 709	29 395	31 124
COMPARTICIPAÇÃO ALCANENA	139 941	139 941	3 354	79 574	60 367	63 720
COMPARTICIPAÇÃO PORTO DE MÓS	139 941	139 941	3 354	79 574	60 367	63 720
COMPARTICIPAÇÃO BATALHA	66 118	66 118	I 585	37 597	28 521	30 106
COMPARTICIPAÇÃO LEIRIA	66 118	66 118	I 585	37 597	28 521	30 106

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Rédito do exercício	Rédito acumulado	Rédito por reconhecer em 2018	Rédito por reconhecer em 2017
PROJECTO SPRINT	21 604	21 604	-	-	21 604	21 604
EDP	373 874	373 874	23 367	152 903	220 970	244 337
MINISTÉRIO DA SAUDE	375 061	375 061	7 584	46 135	328 926	336 510
FUNDO AMBIENTAL	427	427	-	-	427	427
POSEUR - VALE DA PEDRA	5 822 650	5 355 722	177 088	177 088	5 645 562	-
	73 043 858	72 576 930	I 453 065	39 827 337	33 216 521	28 846 935

No ano de 2018 foi aprovada a concessão por parte do POSEUR de um subsídio ao investimento para a reabilitação da Estação de Tratamento de Vale da Pedra, ao abrigo do qual foram já recebidos 5,4 milhões de euros, perspetivando-se que o remanescente seja recebido no ano de 2019.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os montantes registados como ganho do exercício foram os seguintes:

	2018	2017
Subsídios ao investimento	1.453.065	1.275.977
	1.453.065	1.275.977

## 19. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

A EPAL dispõe de um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores/as, consubstanciado em dois planos de pensões, um plano de benefícios definidos e outro de contribuições definidas, os quais tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela Empresa.

Em 2008 a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores/as e sindicatos, nomeadamente, no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores ativos da empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de março de 2008.

### Benefício pós-emprego – plano de contribuição definida

A empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias para um fundo de pensões de contribuição definida. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições, tendo também sido facultada aos colaboradores abrangidos, a possibilidade de efetuarem contribuições próprias, de caráter voluntário.

As contribuições realizadas, durante os exercícios 2018 e 2017, ao abrigo do Plano de Contribuição Definida, foram as seguintes:

	2018	2017
Contribuições da Empresa Contribuições dos colaboradores	439.898 22.574	447.460 21.745
	462.472	469.205

O gasto total reconhecido com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ascendeu a 439.898 euros (447.460 euros em 2017) (Nota 24).

### Benefícios pós-emprego – plano de benefícios definidos e pré-reformas

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2018 por uma entidade externa independente. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas, bem como o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os principais pressupostos adotados na avaliação atuarial foram os seguintes:

	2018	2017
Taxa de desconto	1,40%	1,20%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento dos salários da segurança social	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das prestações de pré-reforma	1,00%	1,00%
Idade normal de reforma (anos)	66 e 4 meses	66 e 3 meses

A "duration" do Plano de Benefício Definido do Fundo de Pensões da EPAL é de 9 anos.

No decurso dos exercícios findos em 3 I de dezembro de 2018 e 2017, foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica "Gastos com o pessoal":

	2018	2017
Custo dos serviços correntes	61.000	77.000
Juro líquido	(64.440)	(29.000)
Total de gastos (Nota 24)	(3.440)	48.000

Com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, as responsabilidades líquidas por serviços passados associadas ao plano de benefícios definidos e com pré-reformas eram as seguintes:

	2018	2017
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	28.648.000	31.339.500
Justo valor dos ativos do fundo	33.050.000	36.815.500
Ativo com planos de benefícios definidos (Nota 12)	4.402.000	5.476.000
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	275.000	800.525
Passivo com planos de benefícios definidos	275.000	800.525

As responsabilidades globais da Empresa são cobertas através dos ativos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo, a qual ascendia a 275.000 euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (800.525 euros em 2017).

Os movimentos no valor presente da obrigação e no justo valor dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respetivamente, são descritos conforme se segue:

	Passivo do plano	Justo valor dos ativos do plano	Total
A I janeiro 2018	32.140.025	(36.815.500)	(4.675.475)
Custo com pensões			-
Custo serviço corrente	61.000	(465.000)	(404.000)
Juro líquido	401.000		401.000
Benfícios pagos	(2.782.025)	2.257.500	(524.525)
Reconhecimento imediato de ganhos e perdas			
Remensurações	(071,000)		(271,000)
(ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos	(371.000)		(371.000)
(ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros	(526.000)		(526.000)
(ganhos)/ perdas de rendimento		1.973.000	1.973.000
A 31 de dezembro 2018	28.923.000	(33.050.000)	(4.127.000)
		lucto unla undo o	

	Passivo do plano	Justo valor dos ativos do plano	Total
A I janeiro 2017	35.042.000	(36.789.000)	(1.747.000)
Custo com pensões			-
Custo serviço corrente	77.000	(465.000)	(388.000)
Juro líquido	436.000		436.000
Benfícios pagos	(3.151.975)	2.275.500	(876.475)
Reconhecimento imediato de ganhos e perdas			
Remensurações	(5.4.4.500)		(5.4.4.500)
(ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos	(544.500)		(544.500)
(ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros	281.500		281.500
		(1.837.000)	(1.837.000)
(ganhos)/ perdas de rendimento			-
A 31 de dezembro 2017	32.140.025	(36.815.500)	(4.675.475)

As principais categorias de ativos do fundo são detalhados conforme se segue:

	Justo Val	Justo Valor		
	2018	2017		
Instrumentos de capital próprio	10.603.050	12.897.063		
Instrumentos de dívida	20.422.324	21.835.024		
Outros	2.024.626	2.083.413		

Justo Valor		
2018	2017	
33.050.000	36.815.500	

A sensibilidade da responsabilidade por benefícios definidos face a variações dos principais pressupostos é a seguinte:

	Impacto na respon	Impacto na responsabilidade por beneficio definido		
	Alteração nos pressupostos	Responsabilidade por beneficio definido		
Pressuposto				
Taxa de desconto	-0,20%	Aumento de 1,7%		

Uma diminuição de 0,20% na taxa de desconto aumentaria as responsabilidades em 1,7%, tendo dessa forma um impacto de cerca de 0,5 milhões de euros.

A análise de sensibilidade apresentada foi apurada variando o pressuposto (taxa de desconto) e mantendo as restantes variáveis constantes. Na prática, este cenário é improvável, visto que as alterações em alguns pressupostos podem estar correlacionadas.

### Política de Investimentos do Fundo de Pensões

A política de investimento do Fundo de Pensões da EPAL enuncia os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos do fundo, em conformidade com:

- A natureza dos benefícios abrangidos pelos Planos de Pensões;
- As características da população abrangida e o horizonte temporal das responsabilidades assumidas, designadamente a repartição entre responsabilidades assumidas com os Participantes e com os Beneficiários do Fundo de Pensões;
- O nível de cobertura das responsabilidades do Fundo de Pensões;
- A estrutura de gestão do Fundo de Pensões.

A política de investimento será objeto de revisão, pelo menos, de três em três anos ou sempre que a alteração dos pressupostos atrás enunciados assim o justifique.

Os princípios e regras que constituem a Política de Investimentos do Fundo de Pensões encontram-se consagrados no contrato de gestão entre a EPAL e a entidade gestora.

A política de investimento do Fundo de Pensões tem como principal objetivo a maximização do retorno potencial das aplicações do fundo, a médio e a longo prazo, baseada em regras e procedimentos assentes na prudência e no profundo conhecimento dos mercados, por forma a evitar inadequados riscos de perda. O investimento em aplicações financeiras deverá ser realizado de uma forma diversificada e prudente, tendo em atenção nomeadamente o risco de taxa de juro, de crédito e de liquidez.

No que respeita a restrições/indicações no Fundo Total e em cada Carteira:

- O investimento em ações e/ou obrigações poderá ser efetuado por via direta ou através de Organismos de Investimento Coletivo de Valores Mobiliários (OICVM) que respeitem os requisitos de legislação adotada por força da Diretiva do Conselho n.º 85/611/CEE, de 20 de dezembro, alterada pela Diretiva n.º 2001/108/CE, de 21 de janeiro de 2002;
- Por princípio, o fundo efetua a cobertura do risco cambial inerente às ações expressas em divisas que não o euro, pelo que não deverá existir risco cambial relevante nessas aplicações;

- As aplicações diretas em obrigações serão efetuadas em títulos denominados em euros, ou denominados noutra divisa, desde que se efetue a correspondente cobertura do risco cambial;
- Para efeitos do cumprimento dos limites de alocação a obrigações não Euro, o critério de classificação dos títulos deverá ser o
  da moeda de emissão das obrigações, e não o de exposição a risco cambial. Desta forma, uma obrigação emitida em USD será
  considerada como 'obrigação não Euro', independentemente da política de cobertura de moeda que a gestora possa assumir;
- A exposição à classe obrigacionista encontra-se limitada a obrigações com rating. As obrigações de taxa fixa Euro deverão ter um rating mínimo de 'BBB' ou equivalente. A componente de obrigações com rating de 'BBB' não deverá ultrapassar 30% da componente obrigacionista. A designação 'BBB' abrange os títulos de dívida com ratings 'BBB-' e 'BBB+'. As obrigações com rating inferior a BBB, excepto as de dívida portuguesa, serão classificadas na classe de high yield, podendo o seu peso ir até aos 7.5% do valor patrimonial. As obrigações de dívida portuguesa (privada e pública) serão classificadas na classe de taxa fixa Euro e não estão sujeitas à notação mínima BBB, podendo representar no máximo 15% da componente obrigacionista;
- Sempre que ocorra o downgrade de uma obrigação, que implique o não cumprimento dos limites de rating definidos, e
  querendo a Entidade Gestora manter o título em carteira, deverá a situação ser reportada ao Associado e obter a respetiva
  aprovação;
- Qualquer alteração à classificação para efeitos do cumprimento dos limites estabelecidos na Política de Investimentos deverá ser sujeita a aprovação prévia e por escrito por parte do Associado;
- A componente "Government" das obrigações não deverá representar menos de 40% da classe obrigacionista. Por "Government" entende-se dívida pública de taxa fixa emitida por governos centrais, agency e quasi-government. Não se encontram incluídas as emissões de mercados emergentes e high yield (ainda que em Euros). Inclui as emissões de dívida pública portuguesa;
- O limite relativo a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou em mercados análogos de países da OCDE é 5%;
- Ativos expressos em moedas não-euro não poderão exceder o limite máximo de 25%;
- Não deverá ser realizado qualquer investimento em fundos 'venture capital' sem uma aprovação prévia e por escrito do Associado;
- O gestor fará a gestão setorial (dívida pública/dívida privada), de país e de duration da componente obrigacionista dentro dos limites e restrições estabelecidos nesta política de investimentos;

O Fundo de Pensões poderá recorrer a operações de reporte e empréstimo de títulos com o objetivo de incrementar a rentabilidade da carteira. As operações com produtos derivados e operações de empréstimo devem ser obrigatoriamente realizadas:

- xvii) Num mercado regulamentado; ou
- xviii) Com uma instituição financeira legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE, desde que o rating dessa instituição seja qualitativamente igual ou superior a "BBB"/"Baa2", conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes.

É realizada uma monitorização do risco implícito na carteira do Fundo de Pensões, em termos de avaliação e controle dos riscos financeiros (risco de mercado, risco de crédito e risco cambial), de acordo com os limites definidos internamente, utilizando para o efeito a metodologia do VaR (Value at Risk).

O método de cálculo utilizado para a avaliação da rendibilidade da carteira e do benchmark deverá ser uma aproximação da 'Time Weighted Rate of Return'. Deverá atender-se a:

- Para efeitos de comparação com o benchmark, os diversos instrumentos deverão ser classificados de acordo com a classe predominante. Produtos de capital garantido ligado aos mercados acionistas, assim como warrants e obrigações convertíveis, deverão ser classificados como ações;
- Para efeitos de determinação da exposição às diversas classes de ativos é considerada a exposição efetiva bem como a exposição implícita, através de posições em futuros e opções;
- A avaliação de desempenho da Entidade Gestora é feita trimestralmente e terá em consideração os objetivos fixados para a obtenção de valor acrescentado.

### 20. Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, é detalhada conforme se segue:

			2018		
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	140 679	14 784	(1 281)		154 183
Acidentes de trabalho	18 456	-		(9 588)	8 868
Outras provisões - judiciais	450 000	-	(340 540)	(109 460)	-
	609 135	14 784	(341 822)	(119 048)	163 050

			2017		
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	162 696	45 660	(43 176)	(24 501)	140 679
Acidentes de trabalho	32 636	-	(14 180)	-	18 456
Outras provisões - judiciais	450 000	-	-	-	450 000
	645 332	45 660	(57 356)	(24 501)	609 135

No ano de 2018 verificou-se um reforço de 14.784 euros às provisões anteriormente constituídas, 341.822 euros de reversões e 119.048 euros de utilizações de provisões.

## 21. Estado e outros entes públicos e imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" e "Imposto sobre o Rendimento" apresentavam a seguinte composição:

	2018		201	7
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	_	376 766	-	409 717
Imposto sobre o Valor Acrescentado	74 863	-	-	242 433
Contribuições para a Segurança Social	-	635 463	-	654 744
Fundos Compensação e Garantia do trabalho	-	460	-	251
Taxa de Recursos Hídricos	-	4 932 967	-	4 203 553

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Outros Impostos	-	250		
_	74 863	5 945 907	-	5 510 698
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	650 190	4 492 325	656 190	3 705 811
	725 053	10 438 232	656 190	9 216 509

O valor a receber relacionado com IRC respeita a um pedido efetuado junto da Autoridade Tributária referente à aceitação da revisão das vidas úteis esperadas de algumas categorias de bens do ativo fixo tangível adquiridos até 2009, específicas da atividade da Empresa. Durante o ano de 2018 foram efetuadas diligências junto da Autoridade Tributária para que fosse avaliada a proposta efetuada, sendo expetável que o assunto seja despachado no ano de 2019.

O valor da Taxa de Recursos Hídricos, respeitante aos montantes faturados aos clientes da EPAL, será, de acordo com o previsto na Lei, liquidado à Agência Portuguesa do Ambiente no início de 2019.

### 22. Rédito

O rédito reconhecido pela empresa em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é detalhado conforme se segue:

	2018	2017
Venda de água e quota de serviço	156.664.794	157.535.336
Prestação de serviços	1.555.954	1.719.069
	158.220.748	159.254.404

Os rendimentos de venda de água e quota de serviço ascenderam em 2018 a 156.664.794 euros, em resultado dos cerca de 195 milhões de m³ vendidos.

No final de 2018 a empresa fornecia água a 35 municípios, incluindo Lisboa, onde efetua o abastecimento domiciliário a mais de 357 mil clientes diretos.

## 23. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é detalhada conforme se segue:

	2018	2017
Eletricidade	12.982.909	11.952.408
Conservação e reparação	6.439.385	5.197.793
Trabalhos especializados	4.295.497	4.266.777
Comunicação	1.265.157	1.255.870
Seguros	1.222.518	1.115.515
Rendas e alugueres	750.773	394.609
Subcontratos	736.009	670.330
Vigilância e segurança	592.896	763.752
Publicidade e propaganda	509.118	510.919
Limpeza, higiene e conforto	483.418	456.679
Combustíveis	426.075	590.203

	2018	2017
Outros fornecimentos e serviços externos	2.822.101	3.988.727
Capitalização	(235.358)	(223.270)
	32.290.499	30.940.312

#### Em termos de FSE destaca-se:

- A eletricidade com 13,0 milhões de euros, apresenta um aumento de cerca de 1,0 milhão de euros face ao verificado no ano anterior, em resultado do incremento do preço de aquisição da energia no mercado;
- A Conservação e Reparação no montante global de 6,4 milhões de euros, apresenta um aumento de 1,2 milhões de euros face a 2017, em resultado da política prosseguida pela empresa no sentido de assegurar as boas condições de funcionamento dos seus ativos;
- Na rubrica de Outros e Fornecimentos e Serviços encontravam-se registados em 2017 os encargos com cobranças a clientes, os quais foram reclassificados em 2018 para a rubrica de Outros gastos Operacionais, e que em 2018 atingiram o valor de 738 mil euros.

## 24. Gastos com o pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é detalhada conforme se segue:

	2018	2017
Remunerações dos orgãos sociais	497.904	445.064
Remunerações do pessoal	25.614.678	29.059.487
Benefícios pós-emprego		
Contribuição definida (Nota 19)	439.898	447.460
Benefício definido e pré-reformas (Nota 19)	(3.440)	48.000
Indemnizações	1.023.903	784.619
Encargos sobre remunerações	5.984.596	6.757.686
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	446.807	419.856
Gastos de ação social	1.944.915	2.027.647
Formação	238.464	191.640
Outros	80.253	335.025
Capitalização	(1.300.186)	(1.216.117)
Redebitos à AdLVT/AdVT	(9.349.291)	(14.832.816)
	25.618.500	24.467.552

Em consequência da gestão delegada da EPAL na Águas do Vale do Tejo, foram incorporados na Empresa os trabalhadores/as provenientes das empresas agregadas nessa empresa. De acordo com o definido no modelo de relacionamento entre as entidades, o custo integral é debitado à Águas do Vale do Tejo, não afetando, em termos económicos, a EPAL. Assim, a demonstração de resultados da EPAL incorpora o valor total do processamento salarial de todos os seus trabalhadores/as, apresentando em sentido contrário o montante faturado, sem margem, à Águas do Vale do Tejo.

Os trabalhadores ao serviço da Empresa, expurgando os acima referidos, eram, em 31 de dezembro de 2018, 656 trabalhadores/ as, mais 9 que em 2017, na sequência da integração de 9 colaboradores no âmbito do PREVPAP. As restantes movimentações de entradas e saídas de trabalhadores/as durante o ano de 2018 foram em igual número. A informação relativa às remunerações auferidas e aos benefícios e demais regalias concedidos pela Empresa aos membros dos órgãos sociais está divulgada no capítulo

VII-D do Relatório do Governo Societário.

## 25. Outros rendimentos e ganhos

A composição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é conforme se segue:

	2018	2017
Rendimentos suplementares	3.963.493	3.828.361
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	76.501	80.501
Ganhos em inventários	-	11.379
Diferenças de câmbio favoráveis	1.711	106
Outros	36.679	86.836
	4.078.384	4.007.184

A rubrica "Rendimentos Suplementares" que, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, ascende a 3.963.493 euros e 3.828.361 euros, respetivamente, destacando-se a prestação de serviços à Câmara Municipal de Lisboa de faturação e gestão comercial, no montante de 1.312.252 euros (1.262.979 euros em 2017).

## 26. Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é conforme se segue:

	2018	2017
Impostos e taxas	3.592.980	3.805.951
Componente tarifária acrescida	3.091.778	2.672.812
Encargos com cobranças	737.740	0
Indemnizações por roturas	242.143	86.929
Donativos	202.120	222.153
Quotizações	55.701	33.703
Outros	73.592	202.819
	7.996.054	7.024.367

A rubrica de Impostos e taxas inclui essencialmente os valores relativos à Taxa de Subsolo e às taxas devidas à ERSAR – taxa de regulação e taxa de Controlo da Qualidade da água.

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, estabelece a aplicação da Componente Tarifária Acrescida que, no período em apreço, é devida pela EPAL à AdVT. No caso da atividade de distribuição domiciliária em baixa, a AdVT fatura trimestralmente o montante resultante da aplicação do valor unitário: 0,0519 euros/m³ (0,0425 euros/m³ em 2017), ao volume de água utilizada em Lisboa, conforme n.º 1 do artigo 32.º do referido Decreto-Lei, registando a EPAL esse montante numa rubrica de Outros Gastos e Perdas – 3.091.778 euros em 2018.

## 27. Depreciações

A composição da rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é conforme se segue:

	2018	2017
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	25.246.665	25.192.601
Propriedades de investimento (Nota 8)	79.053	80.344
Ativos fixos Intangíveis (Nota 6)	213.333	213.333
	25.539.052	25.486.278

## 28. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os juros, e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são detalhados conforme se segue:

	2018	2017		
Juros obtidos:				
Depósitos em instituições de crédito	414		115.738	
Outros	481.560	481.974	214.469	330.207
Outros rendimentos similares		284.282		220.313
		766.256		550.520

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são detalhados conforme se segue:

	2018	2017
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	1.454.011	1.796.854
Outros financiamentos	255.313	429.063
	1.709.324	2.225.917

### 29. Partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela entidade AdP SGPS, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade.

Transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2018:

	Vendas e ou Prestações de Serviços	Prestações de Serviços Intragrupo	Ganhos Financeiros	Aquisição de Serviços Intragrupo
AdP SGPS	-	140 034	436 563	2 178 377
AdP Serviços	2 446	3 460	-	898 055
ADP Internacional	-	162 517	-	-
Águas do Algarve	-	35 500	-	2 205
Águas S. André	-	22 187	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	155 702	-	-
Águas Públicas do Alentejo	-	8 240	-	-
Águas do Centro Litoral	-	21 250	-	-

	Vendas e ou Prestações de Serviços	Prestações de Serviços Intragrupo	Ganhos Financeiros	Aquisição de Serviços Intragrupo
Águas do Norte	-	116 926	-	-
Águas do Tejo Atlântico	76 707	112 609	-	5 070
Simarsul	-	63 030	-	640
Águas do Vale do Tejo	14 982 225	-	158 653	7 868 670
	15 061 377	841 455	595 216	10 953 016

Os montantes registados em vendas e prestações de serviços dizem respeito essencialmente à venda de água, bem como a prestações de serviços de gestão comercial (Aquamatrix) e formação. As transações com outras empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à EPAL, e respeitam essencialmente à aquisição de serviços partilhados nas áreas de sistemas de informação, serviços de engenharia, marketing e comunicação, compras e apoio geral, serviços jurídicos e recursos humanos.

### Transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2017:

	Vendas e ou Prestações de Serviços	Prestações de Serviços Intragrupo	Ganhos Financeiros	Aquisição de Serviços Intragrupo
AdP SGPS	_	_	137 778	2 199 702
AdP Serviços	2 695	-	-	1 015 438
Aquasis	-	-	-	61 921
ADP Internacional	-	86 835	-	-
Águas do Algarve	-	25 689	-	-
Águas S. André	-	20 124	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	180 829	-	-
Águas Públicas do Alentejo	-	6 961	-	-
Águas do Centro Litoral	-	10 096	-	-
Águas do Norte	-	100 027	-	-
Águas do Tejo Atlântico	39 282	10 000	-	30 061
Simarsul	-	5 000	-	-
Águas do Douro	-	15 000	-	-
Águas do Vale do Tejo	14 560 951	-	107 276	7 276 217
·	14 602 929	460 561	245 054	10 583 339

### Saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2018:

	Clientes (Notas 12 e 14)	Fornecedores (Nota 17)	Outros Devedores (Notas 12 e 14)	Acréscimo de rendimentos (Nota 14)	Acréscimo de gastos (Nota 17)	Outras contas a pagar (Nota 17)
AdP SGPS AdP Serviços	- I 086	10 742	82 042 756 4 094	47 532	(47 601)	-

	Clientes (Notas 12 e 14)	Fornecedores (Nota 17)	Outros Devedores (Notas 12 e 14)	Acréscimo de rendimentos (Nota 14)	Acréscimo de gastos (Nota 17)	Outras contas a pagar (Nota 17)
Aquasis	-	-	113 739	-	-	-
Águas do Algarve	-	2 196	-	700	-	-
Águas S. André	-	-	2013	3 767	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	-	2 153	14 455	-	-
Águas Públicas do Alentejo	-	-	31 439	8 562	-	-
Águas do Centro Litoral	150 679	4 242	-	-	65 807	-
Águas do Norte	-	-	5 137	-	-	453
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	2 127 293	-	7 693 123	2 221 828	770 360	2 47 1 6 1 9
	2 279 058	17 179	89 894 453	2 296 844	788 566	2 472 072

### Saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2017:

	Clientes	F I	Outros	Acréscimo de	Acréscimo de	Outras contas
	(Notas 12 e	Fornecedores (Nota 17)	Devedores	rendimentos	gastos (Nota	a receber
	14)	(INOLA 17)	(Notas 12 e 14)	(Nota 14)	17)	(Nota 14)
AdP SGPS	-	235 746	60 138 291	-	159 025	-
AdP Serviços	3 5 1 5	228 63 I	-	-	22 987	-
Aquasis	-	15 190	-	-	-	-
ADP Internacional	-	-	106 807	-	-	-
Águas do Algarve	-	-	-	-	-	427
Águas S. André	-	-	1 999	I 625	-	427
Águas da Região de Aveiro	-	-	29 901	14 304	-	427
Águas Públicas do Alentejo	-	-	-	-	-	427
Águas do Centro Litoral	-	-	-	-	-	427
Águas do Norte	-	-	22 582	8317	-	427
Águas do Tejo Atlântico	40 667	38 186	-	-	84 171	427
Simarsul	-	-	-	-	-	427
Simdouro	-	-	-	-	-	427
Águas do Douro	-	-	18 450	-	-	-
Águas do Vale do Tejo	2 106 278	-	8017516	3 249 458	792 288	1 298 770
	2 150 460	517 753	68 335 545	3 273 705	1 058 471	1 302 613

O Conselho de Administração da empresa foi avaliado como parte relacionada e as remunerações pagas divulgadas no relatório do Governo Societário.

# 30. Passivos contingentes e garantias prestadas

### Passivos contingentes

A Empresa fez uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados, e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas.

Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa tinha assumido as seguintes responsabilidades por garantias prestadas:

	2018	2017
Banco Europeu de Investimento (Nota 16)	117.575.342	133.407.702
Tribunais	5.175.900	5.175.900
Outros	253.157	397.259
	123.004.398	138.980.861

## 31. Resultado por ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foi determinado conforme segue:

	2018	2017
Resultados		
Resultado líquido do exercício	49.108.342	50.071.575
Número de ações		
Número médio ponderado de ações em circulação	30.000.000	30.000.000
Resultado por ação básico	1,64	1,67
Resultado por ação diluído	1,64	1,67

## 32. Informação sobre matérias ambientais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não se encontra reconhecida nem divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Empresa que não existem, a estas datas, contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

Confirma-se igualmente que, para os exercícios apresentados, não foram despendidos quaisquer montantes quer para prevenir, quer para reparar qualquer dano de caráter ambiental.

## 33. Eventos subsequentes

Em 14 de janeiro de 2019 foi publicado o Decreto-Lei n.º 5/2019, o qual estabelece os termos e as condições a que obedecem os acordos de regularização das dívidas das autarquias locais às entidades gestoras de sistemas multimunicipais ou de outros sistemas de titularidade estatal de abastecimento de água ou saneamento de águas residuais, ou entidades gestoras de parcerias entre o Estado e as autarquias locais nesse âmbito, através de um plano de pagamentos até 25 anos, bem como a cedência dos créditos resultantes dos acordos a terceiros.

Estão abrangidos pelos Acordos de Regularização de Dívida as seguintes dívidas:

- a) Dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2018 e reconhecidas pela Entidade Utilizadora;
- b) Dívidas objeto de procedimento de injunção ou outro procedimento judicial iniciado até 30 de setembro de 2018, nos quais tenha sido celebrada transação, devidamente homologada por decisão judicial, até 31 de dezembro de 2018.
- O Acordo de Regularização de Dívida apenas produz efeitos quando se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:
- a) Deliberação favorável dos órgãos autárquicos competentes no que respeita à celebração do Acordo;
- b) Submissão de versão assinada do presente Acordo à fiscalização prévia do Tribunal de Contas até 31 de março de 2019;
- c) Concessão de Visto pelo Tribunal de Contas, nos termos legalmente previstos, até 31 de maio de 2019, exceto se forem suscitadas dúvidas de legalidade, nos termos e para os efeitos do artigo 84.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.

Adicionalmente, o mencionado Decreto-Lei prevê que as entidades utilizadoras que celebrem um Acordo de Regularização de Dívida beneficiam de uma redução correspondente a 30 % dos juros vencidos à data de 31 de dezembro de 2018.

A análise feita pela EPAL na data de aprovação de contas indicia que não existem quaisquer dívidas municipais abrangidas por eventuais Acordos de Regularização de Dívidas.

A Administração da EPAL, não tem conhecimento, em 13 de março de 2019, data da aprovação destas contas, de quaisquer outros eventos subsequentes com impato significativo nas contas apresentadas.

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado Marcos Levi Santinho de Faria Miguel O Conselho de Administração José Manuel Leitão Sardinha Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado Ana Sofia Pereira da Silveira Barnabé Francisco Primo Pisco Rui Manuel Gonçalves Lourenço

## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal





#### RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DE ÁGUAS LIVRES, S.A.

### Tul

SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2018

#### RELATÓRIO

- Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o
  presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de
  prestação de contas da sociedade EPAL Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A.,
  apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2018.
- 2. O Conselho Fiscal, nomeado em Assembleia Geral ordinária de 16 de março de 2018, acompanhou a gestão da sociedade e a evolução dos seus negócios, quer, designadamente mediante contactos e reuniões com os seus principais responsáveis, como através da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração. Efetuou reuniões, tendo contado, sempre que necessário, com a presença do Administrador responsável pelo pelouro financeiro, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
- O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que entendeu necessária ao desempenho das suas funções.
- Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emitiu um Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2018, tendo o mesmo sido aprovado em 21 de novembro de 2018 pela Tutela.
  - No que se refere ao cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no PAO, os resultados obtidos alcançaram na generalidade as metas definidas, conforme consta dos documentos de prestação de contas, com exceção do investimento, do EBITDA e do EBIT. Constata-se, por outro lado, que o volume de negócios foi também inferior à previsão do PAO.
- 5. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, verificou igualmente o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, tendo emitido os respetivos pareceres sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental,

Relatório e Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas de 2018 da EPAL-Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

918



referentes aos três primeiros trimestres de 2018, que foram remetidos às entidades competentes.

- 6. Em observância com o artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias, aplicáveis ao setor empresarial do Estado (SEE), designadamente, do cumprimento das orientações legais relativas às remunerações vigentes em 2018, as quais se encontram devidamente divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório de Governo Societário.
- O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foi elaborado em 2009. Não tendo sido feita a atualização do mesmo desde então, o Conselho Fiscal recomenda que seja iniciado a revisão deste à luz da legislação em vigor.
- Nada chegou ao nosso conhecimento, que nos leve a concluir, que da análise apresentada no Relatório de Gestão sobre o cumprimento das obrigações legais não esteja correta.
- Em 22 de setembro de 2017, foram aprovados por unanimidade, em Declaração Social Unânime por Escrito, os indicadores e objetivos de gestão, aos membros do Conselho de Administração, que vigoraram para o triénio 2016-2018.

A análise aos referidos indicadores é efetuada no Relatório de Gestão, tendo-se constatado, quanto aos objetivos fixados, que estes foram "superados", em 2018, tendo o grau de concretização ascendido a 2,5.

Decorrente da sua análise, e no âmbito da competência na avaliação do desempenho dos membros do Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal da EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A. nada chegou ao seu conhecimento, que o levasse a concluir que o grau de execução dos objetivos fixados não tenha sido atingido, e que não é adequado à correta avaliação do desempenho do Conselho de Administração.

 No domínio das remunerações dos trabalhadores e dos órgãos sociais foi dado cumprimento às orientações remuneratórias vigentes em 2018.

Relatório e Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas de 2018 da EPAL-Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

Tour Tour

11. A EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A. apresentou igualmente o Relatório de Governo Societário, previsto no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/213, de 3 de outubro, de acordo com o modelo disponibilizado pela UTAM, tendo este Conselho Fiscal, emitido Parecer favorável ao mesmo.

12. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor, pelo Revisor Oficial de Contas, a qual, integra as matérias relevantes de auditoria e os outros requisitos legais, que aqui se dão como reproduzidos, e obteve deste, os esclarecimentos que entendeu necessários inerentes ao exercício das suas funções.

13. O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório Adicional, emitido pelo Revisor Oficial de Contas ao Órgão de Fiscalização, em cumprimento do estabelecido nos n.ºs 1 a 3 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria (RJSA).

14. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras (as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018, as Demonstrações dos resultados por naturezas e do rendimento integral, a Demonstração das variações do capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as Notas às demonstrações financeiras) são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenvolveu a atividade. No entanto, e sem afetar o resultado das operações, chamamos à atenção para as seguintes situações:

 a) As divulgações sobre ativos e passivos financeiros, incluindo a imparidade de ativos financeiros, não cumprem, na sua totalidade, com o previsto no normativo contabilístico aplicável (IFRS 9 e IFRS 7);

b) Relativamente às propriedades, que foram classificadas como propriedades de investimento, a sociedade divulgou o justo valor de uma delas. Sendo que a última avaliação feita por um perito independente respeita a novembro de 2017. Adicionalmente, existem propriedades de investimento classificadas desadequadamente como ativos fixos tangíveis, embora não sejam materialmente relevantes. Consequentemente não foram feitas as divulgações de acordo com a IAS

Relatório e Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas de 2018 da EPAL-Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

15. O Conselho Fiscal chama à atenção que, no que diz respeito ao cumprimento das obrigações legais, o indicador "Degradação de Tesouraria de Exploração" (DTE) foi considerado como superado no Relatório e Contas, contrariamente ao verificado no Relatório do Governo Societário. No entanto ressalvamos que a avaliação global dos objetivos fixados se manteve nos 2,5.

16. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Sociedade.

#### PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é da opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A. aprove:

a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais de 2018; e

 b) A proposta de aplicação dos resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Lisboa, 29 de março de 2019

O Conselho Fiscal

Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais (Presidente)

Eduardo José Santos Clemente

(Varal)

Patricia Isabel Sousa Caldinha (Vogal)

Relatório e Parecer Anual do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas de 2018 da EPAL-Empresa Portuguesa das Águas Lívres, S.A.

414

# Certificação Legal de Contas



Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. Avenida da República, 90-69 1600-206 Lisboa Portugal Tel: +351 226 002 015 Fax: +351 226 000 004 www.ey.com

#### Certificação Legal das Contas

#### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 853.746.888 euros e um total de capital próprio de 621.317.353 euros, incluindo um resultado líquido de 49.108.342 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilisticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tai como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

#### 1. Reconhecimento do rédito e estimativa de acréscimo de rendimentos

#### Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

O montante de rédito reconhecido no exercício depende do volume de água fornecido, incluindo não só as leituras reais dos medidores de água mas também estimativas de consumos entre a data da

última leitura do contador e o final do ano.

Tal como referido na Nota 13 das notas às demonstrações financeiras, a 31 de dezembro de 2018, o valor registado em acréscimos de rendimentos referente a consumos de água a faturar ascende a 10.222 milhares de euros (2017; 10.229 milhares de euros). As

# Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- Análise da coerência dos pressupostos definidos pelo Conselho de Administração;
- Comparação, para uma amostra, dos consumos estimados com a correspondente fatura emitida no ano de 2019;
- Execução do recálculo das estimativas preparadas pela Entidade; e
- Execução de procedimentos de revisão analítica para todas as subcontas das rubricas de Vendas e de Prestações de Serviços, incluindo a análise das variações significativas face

Societade Anjoine - Capital Social II. 175.000 euroy. Invenção n.º 178 na tratem dos Revisores Eficiais de Codas. Invenção 16.º 2011/1.480 na Comissão do Mercado de Values Medil Contribute N.º 400.098 2013. ° L. P. Comerciai de Libbaa sob o metino númera - Sedin Av. da República, 90 4 8.º - 1400-206 Libbaa A membre 70m o Efinal S. Visiona. Ginal Limita.



EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. Certificação Legal das Contas 31 de dezembro de 2018

#### Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

referidas estimativas incluem diversos pressupostos relativamente aos consumos históricos e ao padrão de consumo dos consumidores, sendo desta forma uma área de julgamento significativa.

#### Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

ao ano anterior e face às expetativas e à atividade contratada/ orçamentada, recorrendo à utilização de ferramentas de análise de dados (data analytics).

Analisámos também as divulgações efetuadas nas Notas 2.13 e 14 das notas às demonstrações financeiras, de forma a garantir que as mesmas respeitam as disposições das normas contabilísticas aplicáveis.

#### 2. Perdas por imparidade sobre contas a receber de clientes

#### Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Verifica-se a existência de um conjunto de clientes que não pagam as suas faturas referentes a serviços de água, resultando assim na necessidade de constituição de imparidades sobre os montantes em divida.

Tal como referido na Nota 14 das notas às demonstrações financeiras, a 31 de dezembro de 2018 as imparidades acumuladas reconhecidas ascendem a 9 milhões de euros.

Conforme descrito na Nota 4.3, na avaliação efetuada quanto à necessidade de registo de perdas por imparidade, o Conselho de Administração tem em consideração: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional, empresarial ou residencial; ii) o prazo médio de recebimento: e iii) a situação financeira do cliente.

Os elevados montantes em causa e o grau de julgamento associado à categorização dos clientes, justificam que esta tenha constituido um matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

#### Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- Análise das respostas dos advogados aos pedidos diretos de informação sobre os processos judiciais em curso;
- Testes à antiguidade de saldos, com foco nos prazos previstos de prescrição do direito de cobrança, comparando-a com as respostas obtidas dos advogados;
- Revimos os critérios definidos pela gestão para a avaliação de imparidade das contas a receber; e
- Execução de procedimentos de revisão analítica para todas as subcontas das rubricas de Vendas e de Prestações de Serviços, incluindo a análise das variações significativas face ao ano anterior e face às expetativas e à atividade contratada/ orçamentada, recorrendo à utilização de ferramentas de análise de dados (data analytics).

Analisámos também as divulgações efetuadas nas Notas 4.3 e 14 às demonstrações financeiras, de forma a garantir que as mesmas respeitam as disposições das normas contabilisticas aplicáveis; incluindo a correta apresentação dos saldos como ativos correntes ou não correntes.

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeía;
- elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e





EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. Certificação Legal das Contas 31 de dezembro de 2018

 avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção materiai quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver confuio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilisticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluírmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.





EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. Certificação Legal das Contas 31 de dezembro de 2018

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

#### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Conforme previsto no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório de Gestão.

#### Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou um relatório separado do Relatório de Gestão, que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo sido publicado juntamente com o Relatório do Governo Societário.

## Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade através de Deliberação Unânime por Escrito da Assembleia Geral de acionistas a 20 de dezembro de 2018, para um mandato compreendido entre 2018 e 2020;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 28 de março de 2019;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria; e
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços.

Lisboa, 28 de março de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154 Registado na CMVM com o n.º 20160766

4/4

